



## **PARTE 01**

# **documento de trabalho**

**recuperar o que é nosso**



# RECUPERAR O QUE É NOSSO

**BLOCO DE ESQUERDA**  
**MANIFESTO ELEITORAL**  
LEGISLATIVAS 2015

- 1. Europa.** Desobedecer à austeridade
- 2. Trabalho.** Criar emprego e recuperar direitos
- 3. Estado Social.** Fator de modernização do país
- 4. Justiça e Igualdade.** Razões da democracia
- 5. Bens comuns.** Desenvolvimento produtivo e ambiental

# 1. Europa.

## Desobedecer à Austeridade

### 1.1. UM PAÍS EM ESTADO DE CHOQUE

Segundo Passos Coelho, no final do seu mandato, “os portugueses respiram de alívio”. Em quatro anos o produto caiu 5%, centenas de milhar de jovens fugiram do país, um trauma social só comparável ao do tempo da guerra colonial. A pobreza e a malnutrição atingem entre um quarto e um terço das crianças e dos idosos, 600 mil empregos foram destruídos, uma queda de 12% só contida pela promoção estatal de estágios precários.

Esta radical transformação do país operou-se a partir de 2010 e consumou-se no programa de austeridade assinado, com as instituições da troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI), pelos partidos do “arco do memorando”- PS, PSD e CDS.

Mas a austeridade é mais do que a senha da catástrofe económica e social portuguesa. É também o nome da estratégia de acumulação e concentração de riqueza em toda a Europa e a própria forma da integração europeia dos países da periferia da União. O resultado é um empobrecimento massivo das camadas populares e uma situação de grande instabilidade política à escala continental.

As eleições legislativas decorrem em Portugal sob o signo desta crise europeia. O impasse que se vive atualmente na Grécia é determinante para o futuro de toda a Europa. O que se decide é se, na zona euro, é possível aplicar políticas diferentes das que são prescritas por Bruxelas. A resposta das instituições europeias tem-se resumido à tentativa de estrangular o governo eleito e impor as medidas que o povo grego rejeitou nas urnas. Além disso, a Alemanha dispensou todas as regras do método comunitário, o BCE retem as verbas relativas aos lucros obtidos com títulos de dívida grega e a Comissão Europeia e o Eurogrupo já violaram qualquer leitura razoável do acordo assinado a 20 de Fevereiro. Na Europa de hoje, em que o poder de Berlim é regra única, a defesa da democracia é a arma dos povos contra a chantagem.

Só é possível inverter a política de austeridade rompendo com a lógica dos programas de ajustamento e do pacto de estabilidade. Isso mesmo fica demonstrado na Grécia, mas também na capitulação total de governos como o do PS francês. Sob a chantagem da dívida e do Tratado Orçamental, não é possível um programa de investimento que inverta o ciclo da crise. Prova disso é o programa eleitoral do PS: mesmo com delírio otimista sobre a evolução económica, tem que manter a punição fiscal do trabalho, penaliza a Segurança Social e liberaliza o despedimento para obedecer aos critérios de Angela Merkel.

A arquitetura da moeda única criou uma autoridade sobre a política monetária e cambial que retira aos Estados os instrumentos mais importantes de ação económica. Sob as atuais regras europeias, a possibilidade do controlo de capitais é reduzida a breves momentos excecionais e não é possível o controlo público da banca ou de indústrias, ou um programa para o pleno emprego. A menos que haja desobediência, em nome da soberania.

O Bloco de Esquerda propõe, com a Esquerda Europeia, uma Conferência Europeia para a Re-

estruturação das Dívidas dos Países da Periferia do Euro e para o Fim do Tratado Orçamental. Além de propôr uma cooperação entre Estados europeus em novas bases, um governo de esquerda assume o confronto com as atuais instituições europeias e prepara todas as consequências possíveis. O presente quadro só pode transformar-se pela mobilização popular que conduza à desobediência de um ou mais países - Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda. Assim, o Bloco não desiste da disputa da relação de forças à escala nacional e europeia. A escolha da esquerda é a reconstrução económica e social do país, com políticas de emprego, redistribuição da riqueza e de recusa de novos sacrifícios impostos em nome do euro.

## 1.2. FIM À AUSTERIDADE: LIBERTAR RECURSOS PARA DISTRIBUIR A RIQUEZA

Numa iniciativa pública a 30 de maio, o Bloco de Esquerda apresentou um documento com os pressupostos financeiros e as principais medidas do seu programa económico. Este ponto é um resumo do que ali foi apresentado.

Em síntese, a proposta do Bloco consiste numa resposta forte, eficaz e socialmente justa, à compressão da procura interna. Ao contrário do Partido Socialista, que pretende financiar a procura a partir da redução forçada do valor das pensões futuras, o Bloco propõe uma redistribuição dos rendimentos em que se destaca o acesso ao subsídio social de desemprego a todas as pessoas em situação de desemprego e sem rendimentos. Esta opção pelo combate à exclusão dos desempregados responde à emergência social, combate a pobreza e traduz-se num impacto imediato em termos de procura, porque os desempregados em situação de carência canalizam este rendimento para o consumo imediato.

Assim, o Bloco de Esquerda apresenta duas ferramentas essenciais para libertar os recursos necessários a uma nova distribuição da riqueza.

### **Primeira ferramenta: reestruturação da dívida.**

- Abatimento de 60%, com juro de 1,5% e pagamento entre 2022 e 2030, incluindo credores públicos e privados, salvaguardando certificados do tesouro e de aforro, bem como o fundo da Segurança Social.
- Após um período de carência de três anos, indexação do pagamento de juros à taxa anual de crescimento do PIB.
- Devolução pelo Banco Central Europeu dos lucros que obteve com títulos da dívida portuguesa.
- Auditoria à dívida, para que sejam conhecidas e transparentes, para toda a cidadania, as suas origens e natureza.

### **Segunda ferramenta: revolução fiscal para acabar com a punição do trabalho.**

- Imposto sobre grandes fortunas.
- Taxa agravada para bens de luxo.
- Taxa sobre transações bolsistas e dividendos aos acionistas.
- Fim das “borlas fiscais” aos grandes grupos económicos no IRC.
- Diminuição do IVA da restauração para 13% e da eletricidade e gás para os 6%.

- Eliminação da sobretaxa do IRS e reposição dos oito escalões existentes antes da troika.
- No IMI, proteção das primeiras habitações e fim da isenção dos fundos imobiliários, Igreja, partidos políticos e colégios privados.
- Limites às deduções fiscais: mil euros nos rendimentos anuais até 20 mil; 500 euros nos rendimentos entre 20 mil e 40 mil; fim das deduções nos rendimentos acima de 40 mil euros.

A ativação destas duas ferramentas de política económica inicia a inversão do atual processo de concentração de riqueza, nomeadamente aliviando a carga fiscal sobre o trabalho e penalizando o capital e as grandes fortunas. A margem de manobra orçamental conquistada através da renegociação da dívida também permitirá reverter a “desvalorização interna” imposta pelo memorando.

#### **Devolver os rendimentos cortados no ciclo da austeridade.**

- Devolução dos salários cortados aos trabalhadores da função pública;
- Acesso ao subsídio social de desemprego a todas as pessoas em situação de desemprego e sem rendimentos, medida sujeita a condição de recursos;
- Reposição do abono de família e respetivas bonificações, cortados em 2010;
- Reposição dos níveis de cobertura do Rendimento Social de Inserção anteriores a 2010;
- Reposição dos níveis de cobertura do Complemento Solidário para Idosos anteriores a 2010.
- Rescalonamento do IVA, com a redução à taxa mínima dos bens de primeira necessidade.

O leque de medidas propostas nas áreas fiscal e de rendimentos representam um acréscimo de cerca de 6 mil milhões de euros no rendimento disponível das famílias e uma margem de 3 mil milhões para o investimento produtivo e o resgate dos serviços públicos. Do ponto de vista orçamental, o conjunto destas medidas, conjugadas com o efeito da reestruturação da dívida, somam um total de 5,5 mil milhões de nova despesa ou receita perdida e um total de 6 mil milhões de nova receita ou despesa não realizada.

### 1.3. CONTROLO PÚBLICO REDIRECIONAMENTO DO SISTEMA BANCÁRIO

A existência de um serviço público financeiro - um sistema bancário detido pelo Estado e submetido a critérios e objetivos determinados pelo mandato político e não pelo estrito interesse de acionistas privados - é essencial à democracia.

Os desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa, marcados pelos défices da balança corrente e pelo elevado endividamento externo, revelaram uma integração europeia estruturalmente desequilibrada. Uma das consequências desse processo foi a inundação do mercado bancário português por fluxos de capital estrangeiro que, sem uma orientação pública clara, privilegiaram a especulação (construção, imobiliário) e o rentismo (monopólios privatizados, grande distribuição) em detrimento de setores produtivos estratégicos para a autonomia do país.

A dependência da banca nacional face ao exterior resultou num bloqueio do crédito à economia em plena recessão. E se, hoje, a falta de liquidez foi suprida pela ação do BCE, mantém-se o problema essencial da degradação da carteira de crédito, fruto das falências empresarias e

peçoais causadas pela austeridade... e pela falta de acesso a financiamento. A crise revelou um sistema financeiro frágil, descapitalizado e opaco. Sociedades *offshore*, bancos fictícios, investimentos de risco, corrupção e crime fazem parte do funcionamento do sistema financeiro português.

A debilidade da banca portuguesa tem resultado ainda no seu controlo por interesses financeiros estrangeiros, tanto mais grave quanto cresce a pressão para a concentração do mercado. Ora, a importância sistémica do setor bancário prova a necessidade do seu controlo democrático. Para além de ser condição para a transparência e o escrutínio, a propriedade estatal é indispensável à garantia de orientação para o interesse público e não pelos critérios particulares e de mera maximização da remuneração dos seus donos.

Uma das medidas imediatas para alteração da estrutura da propriedade bancária deveria ser a conversão em propriedade estatal dos benefícios ou créditos fiscais contabilizáveis como fundos próprios dos bancos. Mas uma política de controlo público da propriedade bancária deve terminar o ciclo insustentável de recapitalização dos bancos pelo Orçamento de Estado. Assim, o controlo público deve envolver uma reestruturação dos passivos bancários, hoje equivalentes a 311% do PIB, negociada com todos os credores da banca, por ordem de importância, e que proteja os depositantes.

### 1.3.1. COMBATE À FRAUDE, À EVASÃO, AO ABUSO E AO CONTÁGIO

Na sequência de experiências graves e à luz do que foi desvendado no recente caso BES, o Bloco propõe um conjunto de mudanças no funcionamento do sistema bancário privado. Mesmo sem controlo público da banca, estas propostas imediatas enfrentam abusos grosseiros, como os cometidos pelos banqueiros portugueses na última década.

- Obrigatoriedade de publicação pelas instituições financeiras e grandes empresas de toda a estrutura corporativa, incluindo subsidiárias, filiais, entidades *offshore*, veículos e estruturas legais similares.
- Criação de um registo público dos beneficiários últimos de todos os veículos, sociedades, trusts e estruturas legais equivalentes a operar em território nacional.
- Proibição da realização de transações financeiras com entidades cujo beneficiário último seja desconhecido ou localizadas em jurisdições *offshore* não cooperantes.
- Proibição de contratação pública com empresas que tenham ligações ou integrem na sua estrutura corporativa empresas sediadas *offshore* ou com esquemas de planeamento fiscal agressivo.
- Proibição da comercialização aos balcões das instituições financeiras de produtos que não estejam sob garantia do fundo de depósitos, limitando-a a estabelecimentos específicos, devidamente identificados.
- Proibição de participações cruzadas entre empresas não financeiras e instituições financeiras.
- Separação entre a banca comercial e a banca de investimento (que, fazendo parte de um grupo financeiro não se dedica à atividade comercial básica). A medida visa proteger a parte que desempenha uma função pública.

### 1.3.2. TAXA DE 0,5% SOBRE OS ATIVOS NÃO-PRODUTIVOS DA BANCA E DAS EMPRESAS

É uma taxa sobre a crescente financeirização da economia e pretende cumprir três objetivos: aumentar a contribuição dos bancos e grandes empresas para o orçamento do Estado; combater os esquemas legais de fuga ao fisco através do “planeamento fiscal”; desincentivar os investimentos financeiros das empresas, que prejudicam o re-investimento produtivo.

### 1.3.3. MÍNIMOS DE CRÉDITO AOS SETORES ESTRUTURANTES

- Imposição de mínimos obrigatórios à carteira de créditos dos bancos destinados ao financiamento, a juros comportáveis, de setores estruturantes: agricultura, produção animal, floresta e pesca; indústrias transformadoras; comércio grosso e retalho; transportes e armazenagem, alojamento, restauração e similares. As taxas de juro destes créditos devem ser limitadas à média da zona euro.
- Integração da Instituição Financeira de Desenvolvimento na CGD.

### 1.3.4. RESPOSTA À INSOLVÊNCIA DAS FAMÍLIAS ENDIVIDADAS

As famílias sobre-endividadas que recorrem a algum tipo de apoio apresentam, em média, uma taxa de esforço de 73% e um número elevado de créditos (em 2014, a média era de quatro créditos). O Bloco de Esquerda propõe que sempre que a taxa de esforço das famílias seja superior a 50%, se abra de imediato um processo extraordinário de combate ao sobre-endividamento. Este processo aplica-se a famílias em situação de desemprego ou comprovada carência económica e resulta em consolidação dos créditos e num plano de reestruturação, com um período de carência entre um e dois anos. As instituições de crédito são obrigadas a negociar novas condições, com redução de juros (taxa de referência e *spread*) e extensão da maturidade do crédito. Se a taxa de esforço da família continuar, ainda assim, a ser superior a 50%, será considerado o perdão parcial da dívida, a solicitar no caso de o capital amortizado ou as prestações cumpridas terem ultrapassado os 75% do total.

## 2. Trabalho. Criar emprego e reconquistar direitos

A coligação PSD/CDS realizou uma contra-revolução laboral, aprovando um vasto leque de medidas para o empobrecimento material dos trabalhadores e a sua desconsideração pessoal.

Este processo vem na sequência da degradação das condições de trabalho e dos princípios básicos da relação entre trabalhadores e patrões pelo Código do Trabalho aprovado sob o governo Durão Barroso e que o Código do governo Sócrates agravou.

Apesar da invocação da crise como justificação, as medidas em causa não são de mera emergência ou de conjuntura. A crise foi pretexto para decisões devastadoras, muitas delas, aliás, já constantes do programa eleitoral dos partidos da coligação. O governo concretizou o que os mais credenciados representantes da troika vinham proclamando: «custe o que custar», empobrecer a maioria dos portugueses; em especial, os que vivem do seu trabalho.

A coligação não hesitou sequer em recorrer à propaganda de fragmentação social, promovendo a hostilidade entre camadas da população. Ninguém esquece as campanhas de opinião virando os desempregados contra os que têm emprego, os precários contra os permanentes, os trabalhadores do privado contra os do Estado, ou os novos contra os idosos.

O agravamento das condições de vida dos trabalhadores resultou também de medidas fiscais, como o aumento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e do IVA, e de cortes na proteção social, em particular nos dispositivos associados ao trabalho, como o subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego.

A negociação coletiva foi outra das áreas mais atingidas pelo governo de coligação, com efeitos desastrosos sobre salários e condições de trabalho. O direito de contratação coletiva esteve praticamente congelado e continua em estado comatoso. Este direito fundamental dos trabalhadores já tinha sido subvertido pelo fim da proteção legal mínima e pela introdução do expediente legal da caducidade das convenções coletivas e das adesões individuais – regras dos Códigos de Trabalho da direita e do PS. A situação agravou-se com a lei 23/2012, que abre o recurso arbitrário às portarias de extensão.

Para a grande maioria dos portugueses, estas políticas são existencial e socialmente devastadoras: empobrecimento generalizado, em especial dos trabalhadores e reformados de mais baixos rendimentos, elevados níveis de pobreza, altas taxas de desemprego, aumento das taxas de desempregados de longa e de muito longa duração, de desempregados jovens, muitos deles altamente qualificados, de mulheres e de pessoas com deficiência, aumento dos empregos precários (trabalhadores a prazo ou a tempo parcial não desejado, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores de empresas de trabalho temporário ou de falsas empresas prestadoras de serviços, etc.), aumento do tempo de trabalho sem aumento da retribuição, variação ou ausência de horários (trabalhadores à chamada), com graves implicações na vida extraprofissional, em particular na vida familiar.

A política de austeridade não teve efeitos apenas materiais na vida dos trabalhadores; teve efeitos ainda mais graves de índole psicológica ou moral. É pelos seus efeitos sobre a saúde mental e o bem-estar psicológico, resultado de experiências opressivas e humilhantes, que esta política é chamada “austericida”.

Na Administração Pública, para além do despedimento de muitos trabalhadores, dos cortes nos vencimentos, do confisco dos subsídios de férias e de natal, do congelamento das progressões, do alargamento das suas obrigações e conseqüente intensificação do ritmo de trabalho, foi imposto um brutal aumento do tempo de trabalho semanal de 35 para 40 horas sem qualquer compensação salarial.

A insistência no recurso a velhos mecanismos, por vezes com novas designações (estágios, contratos de emprego inserção, bolsas para investigadores) tem servido para aumentar as formas de precarização e para manipular as estatísticas do desemprego.

O tratamento dado a muitos dos nossos investigadores é um crime contra o futuro do país. O desinvestimento nesta área estratégica representou, nos últimos anos, o desemprego e a emigração de milhares de investigadores. Em apenas quatro anos, o número de bolseiros em doutoramento foi reduzido a quase metade; na última década, as bolsas perderam mais de 20% do seu poder de compra.

As pessoas com deficiência continuam abandonadas a si mesmas, às suas famílias e a associações de solidariedade social. A Administração Pública não cumpre nem faz cumprir as leis de proteção especial desta camada social. O mesmo se aplica aos sinistrados do trabalho e aos trabalhadores atingidos por doenças profissionais.

O fim de muitas obrigações administrativas dos empregadores, a falta de inspetores e de meios para a sua ação ou as dificuldades colocadas no acesso à justiça, tornam ainda mais ineficazes as leis do trabalho, aumentando os casos da sua violação e estimulando o seu incumprimento por parte dos empregadores.

## CAMINHOS

A urgência é a criação de emprego, a reposição integral dos salários cortados e o aumento do salário mínimo nacional para 600 euros. O Bloco propõe ainda, como já referido atrás, a reposição dos apoios sociais cortados (abono de família, RSI, CSI) e o alargamento da cobertura do subsídio social de desemprego a todos os desempregados em situação de carência económica.

Além destas medidas imediatas, o Bloco de Esquerda propõe também uma reforma do Código do Trabalho que, no quadro constitucional, intervenha sobre as relações laborais, promova o emprego e devolva a quem trabalha a consideração devida. Essa reforma da lei laboral incluirá:

1. **Redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais** nos setores público e privado, conjugando redução do tempo individual de trabalho, criação de emprego e redistribuição da riqueza, com aumento de produtividade e rentabilização do tempo de funcionamento das unidades de produção de bens e serviços.
2. **Reposição do princípio do “tratamento mais favorável” dos trabalhadores**, previsto no quadro constitucional para as relações de trabalho mas prejudicado pelas alterações legais dos últimos anos.
3. **Combate à precariedade**, designadamente aos falsos “recibos verdes” e falsos *outsourcings*.
4. **Proibição das empresas de trabalho temporário, um setor especializado** na sobre exploração de trabalhadores a coberto de falsos fornecimentos de serviços. Reversão dos centros de emprego em verdadeiros serviços públicos de orientação profissional e disponibilização de propostas de emprego adequadas.
5. **Vinculação dos trabalhadores precários no Estado** e nas empresas públicas e instituições

financiadas pelo Estado, incluindo estagiários e contratos emprego-inserção.

- 6. Limitação da participação pública de estágios.** No final de cada programa de estágios participados, só poderão voltar a concorrer a novo programa as empresas que tenham integrado nos seus quadros pelo menos metade dos estagiários recebidos no programa anterior.
- 7. Limitação das possibilidades legais de recurso à contratação temporária** em empresas com muito variável intensidade de produção, de modo a harmonizar os direitos dos trabalhadores com as necessidades reais das unidades de produção.
- 8. Limitação aos contratos a prazo.** Duração máxima de um ano e proibição de contratação a prazo após extinção de postos de trabalho ou despedimento coletivo pelo período de doze meses.
- 9. Eliminação das normas abusivas de mobilidade funcional e de mobilidade geográfica.**
- 10. Igualdade real entre trabalhadoras e trabalhadores,** nos salários e na carreira.
- 11. Medidas de apoio à parentalidade dos trabalhadores e trabalhadoras.** Aumento da licença parental exclusiva e obrigatória de 10 para 20 dias, no caso do pai, e de 30 para 45 dias, no caso da mãe. O pai terá direito a 15 dias suplementares, a serem gozados em simultâneo com a licença da mãe; equiparação de pai e mãe na dispensa para consulta pré-natal; aumento do subsídio parental inicial de 83% para 90%, se os 180 dias forem partilhados entre progenitores; aumento do valor do subsídio por risco específico e para assistência a filho, de 65% para 100%.
- 12. Novo regime para o trabalho por turnos,** reforçando os seus direitos e limitando o uso deste modo de trabalho;
- 13. Combate ao despedimento arbitrário,** ajustando o regime de extinção do posto de trabalho, em especial no despedimento por motivos alheios ao trabalhador.
- 14. Recusa da deslocalização de empresas com resultados positivos,** por força das regras legais da contratualização dos benefícios e apoios recebidos.
- 15. Combate às falências fraudulentas,** com fiscalização das contas e bens patrimoniais das empresas, seus administradores e gestores. Impedimento legal da remissão dos trabalhadores para última prioridade enquanto credores.
- 16. Proibição dos despedimentos coletivos em empresas com resultados positivos.**
- 17. Promoção da liberdade sindical,** revogando as normas sobre adesão individual a convenções coletivas
- 18. Recuperação da negociação coletiva,** revogando as normas sobre a caducidade e a sobrevivência das convenções coletivas de trabalho, e estabelecendo vias legais de desbloqueio à negociação coletiva e à fluente publicação das portarias de extensão de convenções.
- 19. Reforço da Autoridade para as Condições de Trabalho,** dos seus meios de ação e do seu quadro legal, pela reposição das normas revogadas e pelo alargamento das suas competências.
- 20. Melhor acesso à justiça do trabalho.**
- 21. Fim da obrigatoriedade de apresentação quinzenal** de pessoas desempregadas e das chamadas “medidas de procura ativa de emprego”.
- 22. Contratos de Emprego Inserção (CEI), CEI+ e CEI Património:** a integração em medidas ditas de trabalho socialmente útil é voluntária e não tem implicações na continuidade do

benefício de prestações sociais, caso exista. Termina a utilização destes trabalhadores desempregados no suprimento de tarefas correspondentes a postos de trabalho.

**23. As bolsas pagas pela frequência de cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) devem ser equiparadas ao salário mínimo nacional**

**24. Enquadramento legal do trabalho sexual.** Enquadramento legal do trabalho sexual, reconhecendo direitos em termos de proteção social e mecanismos de proteção contra a violência.

# 3. Estado Social.

## Fator de modernização do país

### 3.1. DESENVOLVER E MODERNIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS

A austeridade castigou duplamente os portugueses: reduziu rendimentos e cortou nos serviços públicos e na proteção social que são fundamentais para assegurar o mínimo de dignidade e condições de vida para as famílias mais desfavorecidas. Nunca houve, em Portugal, tanto desemprego. A pobreza bate recordes e atinge com particular dureza crianças e idosos. E, apesar disso, nunca foram tantos os desempregados e os pobres a quem o governo retirou todo e qualquer apoio social. Hoje, mais de 700 mil desempregados e desempregadas perderam todos os apoios públicos. Nunca como nestes quatro anos as desigualdades sociais se acentuaram tanto. O desmantelamento do Estado Social é a outra face da moeda da austeridade.

A direita abomina o Estado Social e maltrata os serviços públicos porque é contra a universalidade dos direitos sociais. Para a direita, a justiça, a saúde, a educação, a cultura, a ciência, os apoios sociais e as pensões de reforma não são um direito a que todos devem poder aceder, pago pelos impostos de todos. A direita tem uma visão mercantil e assistencialista que questiona e elimina esses direitos. Mercantil porque os quer entregar à exploração dos privados e porque impõe o seu pagamento - “quem quer saúde, pague-a” é um velho lema da direita. E, assistencialista porque quer o Estado Social reduzido a serviços mínimos e de má qualidade, destinados aos cidadãos socialmente excluídos e marginalizados, aos mais pobres entre os pobres.

Ao longo destes últimos quatro anos, o governo de Passos Coelho e Paulo Portas conduziu uma política de estrangulamento dos serviços públicos seja pela diminuição drástica dos respetivos orçamentos, seja pela redução continuada dos seus profissionais e encerramento de muitos serviços quer nos grandes centros urbanos quer no interior do país. Sem dinheiro e sem investimento, sem admissões de novos funcionários - nem sequer para substituir reformados e despedidos - os serviços públicos são hoje uma caricatura do que foram e deixaram de responder às necessidades dos portugueses.

A direita promove a degradação dos serviços públicos e manipula o descontentamento popular que isso provoca, invocando a “má gestão pública” para criar um ambiente social favorável à privatização. A direita quer entregar aos privados a gestão e exploração das funções sociais do Estado. Estas são, para a direita, um negócio de grandes dimensões e de lucros garantidos prestação privada mas financiamento público. Decisões deste governo, como os hospitais PPP e o cheque ensino, são primeiros passos nesse sentido.

A direita argumenta pela privatização dos serviços públicos alegando que o Estado não consegue financiar o Estado Social. Mas PSD e CDS pagaram em quatro anos mais de 30 mil milhões de juros aos credores nacionais e internacionais em nome da liquidação da dívida pública (que não parou de crescer) e da redução do défice (que continua por controlar). Em 2014 a despesa com juros, 8,6 mil milhões de euros, foi muito superior à despesa com a educação (6,4 mil milhões) e suplantou até a despesa com o SNS (8,3 mil milhões). Entre continuar a alimentar os lucros dos credores e proteger as pessoas no desemprego, na pobreza e na doença, o Bloco de Esquerda não hesita: escolhe as pessoas e o direito a uma vida digna, escolhemos um Esta-

do Social competente, moderno, humanizado e ao serviço de todos. É por isso que o Bloco de Esquerda se opõe à mercantilização dos serviços públicos, em qualquer formato e extensão.

## CAMINHOS

No centro da nossa proposta está a requalificação das funções sociais do Estado nas suas diversas áreas de intervenção. Esse objetivo exige condições de funcionamento dos diversos serviços públicos, desde logo garantindo a quem trabalha no Estado as condições para responder às tarefas exigentes que um programa de desenvolvimento, modernização e qualificação do Estado Social exige. São compromissos do Bloco de Esquerda:

1. Reforço do orçamento e investimento nos serviços públicos em função das necessidades reais.
2. Reposição integral dos salários cortados e descongelamento de carreiras.
3. Valorização do trabalho e do estatuto dos profissionais dos serviços públicos.
4. Integração nos quadros de todos trabalhadores precários que cumprem funções em postos de trabalho permanentes.

## 3.2. EDUCAÇÃO PARA COMBATER O DÉFICE DO ATRASO

Nuno Crato não implodiu o ministério da Educação, como dizia ser sua vontade, mas perseguiu qualquer vestígio de inclusão, igualdade ou qualidade nas escolas do país. Nenhum ministro desenvolveu uma política tão facilitista como a aplicada por Nuno Crato.

Assistimos a quatro anos de verdadeira regressão educativa e social, a caminho de uma escola “do antigamente”. A proliferação de exames, o ensino dual para quem reprova, uma arcaica contrarrevolução curricular (não testada e sem formação de professores) deixam uma escola mais pequena e desistente. E sempre o mesmo fio condutor: a seleção social.

No universo de Crato e da direita, o aumento da retenção de alunos é um sinal de exigência. Não é. É de desistência. Cada criança que fica para trás é uma criança deixada à sua sorte e que conta com a desistência da escola. Portugal é o terceiro país europeu onde as crianças mais “chumbam”: até aos 15 anos, um terço dos alunos já perdeu um ano. A média da OCDE é de apenas 15%. Pior: em cada dez alunos, um fica retido logo no segundo ano. Tanto a OCDE como o Conselho Nacional de Educação alertam para a ineficácia da retenção de alunos e para o seu absurdo custo financeiro. Salvaguardando-se exceções individuais, mais relacionadas com a turbulência emocional conjuntural do que com reais dificuldades de aprendizagem, a retenção é um erro e um sintoma da incapacidade da escola para que os estudantes nela se possam realizar sem perda de exigência.

Não há nada menos exigente do que chumbar toda a gente. A começar pelos mais pequenos. Os exames do quarto ano são o ponto alto do experimentalismo social que tomou conta das escolas. Em toda a Europa, só na Áustria existem provas deste género para avaliar crianças de 9 ou 10 anos.

O défice de qualificações continua a ser uma das causas do atraso português. Entre os 25 e os 34 anos, 58% dos adultos portugueses tinham pelo menos o 12º ano, a média da OCDE é de 82%. Há um outro atraso mais profundo: do ensino básico ao superior, Portugal é dos países europeus que mais reproduz no acesso e no sucesso escolar as desigualdades sociais e culturais de partida.

Pela primeira vez em muitas décadas, Portugal está a gastar com a educação menos do que a

média dos países europeus. A diminuição abrupta do número de professores, muito superior à diminuição de alunos, ou a redução das ofertas educativas pelas escolas são alguns dos sinais desse desinvestimento.

Importa reverter o experimentalismo social levado a cabo por Nuno Crato. Acabar com os exames do quarto e sexto anos; colocar ponto final na “cultura do chumbo”; terminar a seleção social através do ensino dual. Em contraponto, é preciso refundar a escola pública, rediscutir a sua vocação e função social. É essa a proposta do Bloco, defendendo uma escola de qualidade para a inclusão e como centro educativo aberto à comunidade.

## CAMINHOS

### 1) UNIVERSALIDADE, OBRIGATORIEDADE E GRATUIDADE

- **Extensão da educação pré-escolar para dois anos.** A universalidade e gratuidade da educação para a infância deve ainda ser alargada às crianças com três anos, para todas as famílias que façam essa escolha.
- **Gratuidade da escolaridade obrigatória,** nas condições básicas de matrícula, alimentação, manuais e material escolar, como requisito da extensão para doze anos de escolaridade.
- **Criação de bolsas de empréstimos de manuais,** através de um programa faseado de aquisição e fornecimento gratuito de manuais escolares a todos os alunos da escolaridade obrigatória. Apoio às escolas que assumam no seu projeto educativo a não adoção de manual e que apostem na diversificação de materiais e na elaboração de materiais próprios.

### 2) UMA ESCOLA DE QUALIDADE PARA A INCLUSÃO

- **A escola como centro educativo de vocação social abrangente.** O Bloco de Esquerda defende a organização da escola em torno de quatro vocações centrais: educar os jovens e as crianças; apoiar as famílias nas suas necessidades; valorizar a articulação com as dinâmicas comunitárias e de formação ao longo da vida; apoiar o processo de educação e formação de adultos.
- **Os horários e a oferta de apoios e atividades deverão dar respostas ajustadas,** nomeadamente aos horários de trabalho dos encarregados de educação pais e das mães. Isso implica reorganizar a escola no sentido de proporcionar uma escolarização de qualidade e criar no mesmo espaço escolar atividades de valorização de competências das crianças e dos jovens, bem como atividades lúdicas. A escola deve incluir novas valências e condições básicas de qualidade - nem uma escola sem cantina.
- **Reforço de professores, técnicos especializados e funcionários,** com contratos estáveis; por uma avaliação credível, que se inicia pelas escolas em contexto, alia vertentes internas e externas, e assume a dimensão coletiva do trabalho docente; por um horário de trabalho que reconheça o aumento do tempo de qualidade para todo o trabalho docente vergonhosamente silenciado, e para dar resposta às exigências de mudança na escola pública.
- **Equipas multidisciplinares de combate ao abandono e insucesso escolar,** compostas por professores, psicólogos, técnicos de serviço social e mediadores culturais - capazes de promover o acompanhamento personalizado dos alunos sinalizados como estando em risco de abandono e/ou insucesso escolar. Estas equipas respondem ao contexto social de cada escola e trabalham com diferentes instituições da comunidade. Esta é a resposta de urgência que os

níveis de abandono e insucesso escolar exigem da escola pública democrática.

- **Promoção da formação de adultos.** Estratégia integrada de educação e formação para a qualificação profissional e escolar de adultos.

### 3) REFORMA CURRICULAR

O Bloco propõe uma reorganização curricular que permita reduzir o número de disciplinas e a carga horária imposta aos alunos; ultrapassar a debilidade do ensino das artes; educação sexual efetiva nas escolas; promoção de projetos científicos; pôr cobro à dicotomia ardilosa entre “saberes académicos” e “saberes práticos”.

- **Ensino da língua.** Formação específica de professores; oferta de ensino multilingue para o fim da discriminação das crianças e jovens filhos de imigrantes; combate à discriminação das crianças oriundas ou filhas de pais/mães de língua oficial portuguesa, que continuam a ser duramente penalizadas pelas variantes de língua. É prioridade da escola pública assegurar o ensino multilingue, que deve incluir LGP (Língua gestual portuguesa), Língua gestual universal, Braille.
- **Desporto e Arte.** Programa articulado de promoção da expressão físico-motora no primeiro ciclo do Ensino Básico, e um programa de Desporto Escolar nos ciclos seguintes de ensino, de modo a criar igualdade de oportunidades de participação para todos. Universalização do ensino da música no primeiro ciclo do Ensino Básico. Programas de fruição artística e cultural, dentro e fora da escola, em todos os ciclos de ensino.
- **Limitação do número de alunos/as por turma.** As turmas sobrelotadas, que eram um problema circunscrito à periferia das grandes cidades, tornaram-se a regra. Uma turma mais pequena terá mais facilidade na gestão de crises e problemas. O Bloco de Esquerda defende turmas com um teto máximo de 20 alunos para o primeiro ciclo e 22 para os demais.
- **Nova política para as pessoas com necessidades educativas especiais.** Nas últimas duas décadas, Portugal seguiu o princípio de que a educação das crianças com necessidades educativas especiais deve processar-se no meio menos restritivo possível. O Bloco defende o incentivo à autonomia e integração das crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais através de: unidades de referência nas escolas, que possam colmatar as diferentes áreas das necessidades educativas especiais, com os respetivos técnicos especializados para cada Unidade específica, para além do docente e do psicólogo; acessibilidades/equipamentos adaptados; estabilidade dos docentes de educação especial com especialização adequada na área de disfunção específica, garantindo o acompanhamento continuado; aprendizagens diferenciadas e adequadas caso a caso, eficazes na construção da autonomia e integração.

### 4) GESTÃO PARTICIPADA, CONTRA O MODELO PERVERSO DA MUNICIPALIZAÇÃO

A transferência de competências para os municípios apenas deu os primeiros passos de uma estratégia que inclui a responsabilidade total ou parcial em matéria de gestão e contratação de pessoal. Já permite o controlo da escolha dos diretores de escola e encaminha-se para determinar as contratações nas escolas e nos agrupamentos. Este processo de municipalização carrega o risco de feudalização das instituições.

Para o Bloco, devem ser as comunidades escolares a definir o melhor modelo de gestão, a partir de opções abertas. É necessária uma maior responsabilização dos Conselhos Municipais de Educação, numa perspetiva de proximidade e exigência ao governo central e ao governo local. O Bloco de Esquerda combaterá a territorialização político-partidária das escolas e as

decorrentes tentações autoritárias e privatistas. O reforço da autonomia e responsabilidade das instituições é a alternativa.

### 3.3. ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA

A democracia no acesso ao conhecimento continua a ser um desafio central por resolver. A expansão do ensino superior e a diversificação das áreas científicas foram objetivos políticos importantes nas últimas três décadas. Mas na questão do financiamento das instituições, da democracia no acesso ao ensino superior e da sua gestão, na distribuição geográfica, na consolidação de massa crítica e na renovação de um corpo de docentes e investigadores com direitos e com estabilidade, há lacunas e há retrocessos muito preocupantes. Corrigi-los é essencial para o país.

O financiamento da educação está hoje, em termos de valores absolutos, ao nível de 2004. O investimento na educação continua em Portugal abaixo da média europeia e da OCDE. No ensino superior, o investimento médio por aluno é de menos 30%. As instituições têm sido subfinanciadas e estão na maioria dos casos privadas de financiamento plurianual. As propinas, que foram sempre apresentadas como não se destinando a financiar despesas correntes, ganham peso no orçamento das instituições de Ensino Superior: rondam os 40%, em média, e nalgumas instituições ultrapassam os 50% do seu orçamento. A lógica de que as instituições devem “ir ao mercado” para se financiar, disputando entre si financiamento competitivo, tem contribuído para uma dualização crescente das instituições e para uma desresponsabilização pública pelo seu funcionamento.

O modelo de governo instituído pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) eliminou os espaços de exercício da democracia e da participação. Limitando a participação dos estudantes e não docentes, o RJIES introduziu uma lógica mercantil no funcionamento do sistema, patente na entrada para os Conselhos Gerais dos representantes dos principais grupos económicos (enquanto representantes da “comunidade”). Além disso, o RJIES estabeleceu uma hierarquia inaceitável entre universidades do mesmo sistema, introduzindo incentivos financeiros em função das escolhas de modelo de gestão e condicionando, por essa via, a autonomia das instituições.

Os estudantes portugueses contam-se entre os que mais pagam para estudar. Já em 2011, as famílias usavam 22% do seu rendimento para pagar os custos diretos de educação universitária. A maior parte do custo de um estudante do Ensino Superior é assim financiado pela família diretamente, ao contrário do que acontece por exemplo na Alemanha, em França, na Suécia ou na Letónia.

**A instabilidade do corpo docente e dos investigadores tem sido crescente em Portugal.** Estranguladas financeiramente, com regras que limitam a abertura de novas vagas nos quadros, muitas instituições recorrem ao trabalho precário e aos contratos a tempo parcial para preencherem necessidades permanentes (42% dos docentes do ensino superior são precários). No campo da ciência, o regime das bolsas de investigação perpetuou um modelo de desenvolvimento científico assente na precariedade dos seus agentes, que não beneficiam de segurança nem de proteção social nem de oportunidades de carreira. O próprio valor das bolsas está congelado há mais de uma década.

**A política científica foi das que mais sofreu com o governo da direita.** O corte abrupto nas bolsas de investigação (as bolsas de doutoramento foram reduzidas a metade) e o processo de avaliação dos centros de investigação - atabalhado, opaco e profundamente contestado - traduziram-se numa rutura de linhas de investigação e no encerramento de instituições científicas insubstituíveis. A retórica da “excelência” foi pretexto para o recuo a visões unidimensio-

nais da prática científica, para o corte no financiamento e para o desaparecimento competitivo de vastas áreas do conhecimento.

## CAMINHOS

1. **Financiamento adequado e plurianual das instituições de ensino superior**, contratualizado para cobrir despesas de funcionamento e programas de investimento. O Bloco opõe-se à existência de propinas como método de financiamento do Ensino Superior.
2. **Revisão do modelo de gestão das universidades e politécnicos**, recuperando a paridade entre estudantes e professores na composição dos órgãos, repondo a participação do pessoal não docente, pela sua integração obrigatória nos Conselhos Gerais, consagrando a existência de um Senado em cada instituição, garantindo que a eleição do reitor passe a ser feita por um colégio eleitoral alargado e representativo e instituindo a paridade de género nas listas para os órgãos de gestão.
3. **Revisão do regulamento de bolsas, de modo a alargar o universo de beneficiários da ação social escolar direta**, reformulando-se a fórmula de cálculo e definindo um calendário certo e regular para a transferência das bolsas. Além disso, o Bloco propõe a isenção imediata de propinas para os estudantes bolseiros, para os desempregados e para os estudantes cujo rendimento per capita esteja abaixo do limiar de pobreza, e o alargamento da rede de residências universitárias e o reconhecimento dos direitos dos estudantes-trabalhadores.
4. **A estabilização e renovação do corpo docente do Ensino Superior**, aplicando-se a Diretiva 1999/70/CE, relativa à efetivação dos contratos de trabalho a termo, abrindo novos concursos que permitam renovar o corpo docente das instituições e evitar a emigração de muitos dos quadros mais qualificados, que não encontram oportunidade de carreira em Portugal.
5. **O investimento em ciência e investigação deve atingir 3% do PIB**, tal como definido em compromissos europeus. O financiamento da ciência deve não apenas ser retomado, sob um processo de avaliação de unidades que seja transparente e claro nos critérios e nas regras, com painéis de avaliação sólidos, participação e autorregulação dos cientistas, considerando investigação fundamental e compromisso social.
6. **Novo estatuto do investigador científico**, com contrato de trabalho e proteção social, em lugar de um sistema assente em bolsas de investigação para situações que extravasam a condição e os momentos de formação, e que atualize os atuais valores das bolsas, congelados há quase década e meia. O recrutamento de novos cientistas para o sistema de ensino superior e investigação, pela abertura de vagas na carreira de investigação e por contratos de Investigação para projetos de médio e longo termo, é condição imprescindível de um compromisso sério com a ciência.

### 3.4. ACESSO À ARTE E À CULTURA, PILAR DA DEMOCRACIA

O movimento de democratização cultural em Portugal teve momentos e práticas que transformaram o país, mas que nunca foram acompanhados na legislação nem no investimento público. A prática e acesso culturais em Portugal têm por isso sido sempre frágeis, um quadro agravado pelas políticas de austeridade. Em Portugal, que já tinha das menores práticas culturais da Europa - 80% da população não participa em qualquer atividade e a televisão é o único meio de fruição cultural para metade da população -, a queda é ainda mais acentuada do que nos restantes Estados membros.

A crise chegou à Cultura muito antes da crise financeira. Na última década o investimento público central no setor caiu 75% e hoje o Orçamento do Estado não lhe reserva mais do que 0,1% do PIB. Esta quebra é acentuada pelo desinvestimento das autarquias que, endividadas e com recursos cada vez mais pequenos face às necessidades, não só baixaram os orçamentos para a Cultura como os condensaram em “grandes eventos” em prejuízo das práticas culturais de impacto no quotidiano.

Ao desinvestimento juntou-se um conjunto de alterações na tutela que enfraqueceram as instituições culturais em todos os setores. A inexistência de um Ministério da Cultura deixou de fora do Conselho de Ministros qualquer ponderação sobre o setor, ausência que se reflete em legislação tão diversa quanto a relativa às empresas municipais e fundações ou às cativações orçamentais e investimento de fundos comunitários. A ação do governo tornou em letra morta a Lei de Bases do Património Cultural e a Lei Quadro da Rede dos Museus Portugueses e criou novas dificuldades às instituições culturais públicas, com uma política de centralização e fusões que só trouxe novos problemas. Para a Cultura, sempre todos os cortes e todas as aberrações jurídicas.

Regista-se ainda uma viragem de prioridades para (algum) turismo e que exclui as populações locais. Está também ausente qualquer estratégia para as redes de equipamentos culturais espalhados pelo país, que vivem uma sangria de recursos técnicos e humanos tão acentuada que, nalguns casos, edifícios que seriam uma primeira linha do acesso são apenas espaços vazios.

O discurso ofensivo da direita, que trata publicamente os artistas como pedintes enquanto apela a uma “libertação” das artes do poder do Estado, reduziu a autonomia e heterogeneidade da criação artística. Simultaneamente, protegeu as grandes distribuidores e operadoras e fomentou a hegemonia da indústria cultural norte-americana. Os apoios à criação artística foram cortados e as suas regras alteradas, com prejuízo da diversidade da produção cultural e, em boa medida, da liberdade e autonomia artísticas. O cinema e audiovisual estiveram sem qualquer apoio por mais de um ano, boa parte dos concelhos do país ficou sem qualquer sala de cinema e a RTP foi degradada em nome de um processo de privatização entretanto travado. A implantação da TDT em Portugal foi um autêntico assalto ao país, em que a população foi chamada a pagar uma alteração tecnológica apenas para ganho das operadoras cabo.

Já em final de mandato, a maioria aprovou uma anacrónica alteração à taxa da cópia privada que, sobrecarregando uma população que já paga impostos excessivos e assentando num mecanismo de distribuição de receitas que beneficia a indústria em detrimento dos artistas, mantém a criminalização da partilha.

À degradação do acesso à cultura, corresponde a degradação das condições do exercício das profissões do setor. O ensino artístico, nas suas várias modalidades e graus de especialização, foi alvo preferencial de Nuno Crato: alterações nas regras de acesso ao ensino superior, não colocação de professores, não pagamento dos contratos com as escolas privadas que integram a rede pública. Em todo o setor cultural se assiste a uma crescente precarização, recurso sistemático a falso trabalho voluntário e a contratos emprego inserção. Também as coletividades, associações, cineclubes, deparam-se com dificuldades acrescidas: menos apoio municipal, menos disponibilidade financeira das comunidades onde se inserem e custos crescentes na atividade.

## CAMINHOS

- 1. Mínimo de decência no investimento na Cultura - 1% do PIB.** Recuperação de capacidade de decisão estratégica para a Cultura, com a existência de um Ministério da Cultura. Criar mecanismos de auscultação e pensamento estratégico (reformulação do Conselho Nacional de Cultura, reativação do Observatório das Atividades Culturais).

- 2. Reestruturar a tutela dos vários setores da cultura**, para garantir autonomia e descentralização. Acabar com fusões sem sentido, cumprir a Lei de Bases do Património Cultural, reativar a Lei Quadro dos Museus Portugueses, criação de Leis Quadro para a Rede de Bibliotecas e Rede de Teatros e Cine-Teatros.
- 3. Financiamento plurianual**, tanto para os equipamentos públicos (museus, teatros nacionais, biblioteca e arquivo nacionais) como para as entidades privadas que contratualizam serviço público com o Estado. Concursos, protocolos e financiamento em prazos compatíveis com a programação. Programas específicos de acesso aos fundos do quadro comunitário 2014-2020 para os setores nucleares da cultura.
- 4. Criação do estatuto do artista**, alteração à legislação laboral relativa aos trabalhadores do espetáculo e audiovisual, para maior proteção social e fim dos falsos contratos intermitentes, e reconversão profissional e regime de proteção na doença e acidentes para as profissões de desgaste rápido (bailarinos, entre outros). Regime especial de regularização de dívidas ao fisco e segurança social dos profissionais e entidades culturais afetadas pelos cortes orçamentais e atrasos nos pagamentos devidos pelo Estado.
- 5. Novas obrigações para operadoras e distribuidoras cujo modelo de negócio assenta nos conteúdos culturais**, combate aos monopólios, fim da taxa da cópia privada, promoção da organização coletiva dos direitos dos autores, artistas e intérpretes, sem prejuízo da decisão individual sobre a disponibilização das suas obras.
- 6. Uma política fiscal que encara a cultura como bem essencial:** IVA a taxa reduzida para conteúdos culturais em qualquer plataforma, para partituras e instrumentos musicais, espetáculos e obras de conservação e restauro.
- 7. Política de preços que garanta o direito de acesso aos equipamentos culturais:** dias de acesso gratuito, bilhetes de família a preços acessíveis, meios de informação e interpretação claros e completa acessibilidade física.
- 8. Promoção da presença das artes na Escola**, defesa do ensino artístico e reforço de políticas e práticas culturais de proximidade, fomentando contratos locais de parceria entre equipamentos culturais, sociais, escolas e outros.
- 9. Novo paradigma para o acesso à cultura:** promover a presença de produção nacional na *web*, incluindo a disponibilização gratuita de todas as obras nacionais em domínio público, descriminalizar a partilha não comercial, um programa estratégico para arquivos, com metas de curto e longo prazo e definição de critérios de preservação, documentação, digitalização e acesso público.
- 10. Televisão ao serviço da informação e da cultura**, com reforço das obrigações de serviço público dos operadores privados de televisão, novo enquadramento da RTP e reforço da oferta da TDT.

### 3.4.1. DIREITOS DIGITAIS SÃO DIREITOS HUMANOS

Os direitos digitais são hoje uma parte indispensável dos direitos humanos. O acesso e partilha de informação é um imperativo das sociedades modernas e chave para o desenvolvimento económico. No entanto, permanecem grandes desigualdades no acesso, lógicas de apropriação privada do conhecimento e da informação e mecanismos de vigilância que violam a privacidade dos cidadãos. Os instrumentos de regulação pública e privada destes processos têm sido pouco claros, insuficientes e por vezes contraditórios, não só não protegendo o que é público como promovendo uma privatização encapotada do património cultural.

## CAMINHOS

- Democratização completa do acesso ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação, através de um serviço público de acesso à Internet gratuito ou de muito baixo custo, e da disponibilização de redes wifi de acesso livre.
- Neutralidade e liberdade de expressão na Internet. Nenhuma censura pode ser tolerada, nenhuma filtragem de conteúdos deve ser implementada em estabelecimentos públicos, sejam bibliotecas públicas ou universitárias, sejam outros postos públicos de acesso. Os filtros já instalados deverão ser removidos.
- Fim dos DRM (mecanismos anti-cópia) e a defesa do direito à cópia privada, o fim da criminalização da partilha de conteúdos para fins não comerciais.
- Promoção do uso de Repositórios Abertos para a produção científica e de aprendizagem.
- Produção científica financiada com dinheiros públicos deve ser aí depositada, como contrapartida obrigatória e como forma de divulgação.
- Generalização do software livre na administração pública

### 3.5. ULTRAPASSAR A CRISE DO SNS: DESENVOLVER, MODERNIZAR E HUMANIZAR OS SERVIÇOS

Os grupos económicos e a direita política olham para a saúde como o grande negócio do século. No seu horizonte está a entrega ao setor privado de toda a prestação de cuidados de saúde, limitando-se o Estado a pagar os serviços realizados pelos privados. O plano é claro: transformar o SNS numa super ADSE, em que todos os prestadores – centros de saúde, hospitais,... - são privados. A recente inclusão da ADSE no Ministério da Saúde é um passo nessa direção.

Este modelo de privatização do SNS seria duplamente financiado pelos cidadãos: através dos impostos, usados no pagamento aos privados; e através de pagamentos diretos na hora de recorrer aos serviços de saúde, certamente bem mais elevados que as atuais “taxas moderadoras”. Com a diminuição da comparticipação do Estado, a pretexto do “combate ao desperdício”, de uma “gestão mais rigorosa” ou das “regras comunitárias e das metas do tratado orçamental”, aumentaria ainda mais a parte paga pela população. A concretizar-se este sonho da direita, os privados apropriar-se-iam de mais de 8 mil milhões de euros do Estado, o valor médio transferido nos últimos anos do orçamento para o SNS. Sem dúvida, um grande negócio. E sem qualquer risco: o que o Estado não pagar, paga o doente. Perdão, o cliente.

#### **O “SNS” de Paulo Macedo**

Ao longo destes quatro anos ouvimos muitas vezes o ministro da Saúde vangloriar-se de ser o garante da “sustentabilidade do SNS”. Paulo Macedo não falava do atual SNS, nascido da democracia, universal, geral e inicialmente gratuito, inscrito na Constituição. Paulo Macedo defende e trabalha para a sustentabilidade de um vastíssimo mercado privado na saúde construído sobre as cinzas do SNS. O fio condutor do seu mandato foi a transferência progressiva de instrumentos e recursos financeiros, humanos e de gestão para os privados. A direita conseguiu fragilizar a capacidade do SNS mas está longe de ter conseguido transformá-lo numa rede nacional de serviços privados de saúde sustentada por dinheiros do Estado e dos cidadãos. A oposição da população, a luta dos profissionais e a resiliência do próprio SNS travaram esse plano.

Mas este governo fica na história do SNS pelas piores razões. Vale a pena fazer um breve balanço do legado destes quatro anos:

- Promessa não cumprida de atribuir um médico de família a cada cidadão, continuando mais de um milhão e meio de pessoas sem médico de família.
- Introdução do racionamento de medicamentos mais caros, pressionando os prescritores, burocratizando e protelando a autorização necessária à sua dispensa.
- Instalação do caos nas urgências hospitalares, onde se chegou à situação dramática de se morrer sem ser atendido.
- Tentativa de encerramento da Maternidade Alfredo da Costa, a maior e mais diferenciada maternidade do país.
- Entrega de hospitais públicos a grupos privados (hospitais PPP) e às Misericórdias, transformando o SNS numa manta de retalhos.
- Travagem na formação de mais Unidades de Saúde Familiar, interrompendo a reforma dos cuidados primários de saúde.
- Incapacidade para instalar uma rede nacional de cuidados oncológicos, apesar de, em 2013, 15,8% dos doentes oncológicos prioritários só terem sido operados depois do prazo máximo de resposta garantido.
- Fracasso da reforma da saúde mental, que fechou hospitais psiquiátricos em nome de uma política centrada na desinstitucionalização, com resultados longe do previsto.
- Desresponsabilização total do Estado pelos cuidados continuados, cuja rede está em exclusivo nas mãos dos privados, IPSS e Misericórdias.
- Instabilidade em importantes serviços do SNS, como o INEM, a Linha Saúde 24 e o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, entre outros.
- Subestimação dos picos de frio e das ondas de calor, não prevenindo os efeitos sobre os mais frágeis, do que resultou um número significativo de mortes evitáveis.
- A promoção da saúde e a prevenção da doença foram reduzidas à dimensão exclusiva de propaganda governamental, particularmente evidente na lei do tabaco e do álcool.
- Aumento brutal das “taxas moderadoras” no SNS que ficaram mais caras que o preço pago nos privados pelos beneficiários da ADSE ou de seguros (é o caso de consultas, exames ou urgências).
- Investimento zero, com resultados visíveis na suspensão da construção do novo hospital de Lisboa já prometido a uma PPP - e dos hospitais do Seixal e Algarve. Os sete hospitais construídos ou remodelados neste período foram todos lançados por governos anteriores.
- O orçamento do SNS recuou dez anos - em 2015 foi de 7,8 mil milhões, ao nível das dotações de 2005/2006. Entre 2010 e 2014, a despesa pública total com a saúde reduziu-se 5,5 mil milhões de euros.

### **Os cortes orçamentais favoreceram os privados.**

Entre 2010 e 2014, os pagamentos do Estado aos grupos privados aumentaram de 160 para 427 milhões. Mais de um terço da faturação dos grupos privados é assegurada por pagamentos da ADSE e convenções com o Estado. O Orçamento do Estado para 2015 destina 417 milhões para as PPP na Saúde e reserva 1200 milhões de euros para aquisição de serviços através de *outsourcing*.

Os grupos privados não se queixam deste governo. Em 2014, os lucros da Mello Saúde/hospitais CUF aumentaram 31,7% e os da Espírito Santo Saúde um pouco menos, 29%. As crescen-

tes dificuldades de acesso aos serviços do SNS, o congestionamento das urgências e o elevado valor das taxas moderadoras promoveram a deslocação de doentes do SNS para os privados.

Ao longo destes quatro anos a transferência financeira do Estado para os privados não parou de crescer. Diminuiu a participação do Estado nos medicamentos, de 9% entre 2010 e 2013. Os custos de Saúde suportados pelas famílias aumentaram para 37,4% (35% em 2008), valor muito superior à média dos países da OCDE.

**O SNS está pior: menos acesso, prontidão e qualidade, mais instabilidade nos serviços, desmotivação e fuga de profissionais para os privados e o estrangeiro.**

A falta de medicamentos ou de outros materiais de uso clínico, as longas horas de espera nas urgências hospitalares, as dificuldades em ter uma consulta a tempo e horas no centro de saúde ou no hospital, o aumento das listas de espera, equipas desfalcadas por falta de médicos, enfermeiros, técnicos e outros profissionais de saúde, a falta de recursos para reparar ou renovar equipamentos ou instalações, tudo isto passou a ser o dia-a-dia na maioria dos centros de saúde e hospitais do SNS.

A desmotivação tomou conta dos profissionais, desrespeitados nos seus direitos e carreiras, mal remunerados, sujeitos a enormes cargas de trabalho, prejudicados nos períodos de descanso impostos pela própria lei, limitados na sua realização profissional, sujeitos à incerteza da precariedade e, quantas vezes, usados pela equipa ministerial como bodes expiatórios e culpados das falhas e problemas provocados pelas decisões das administrações ou do próprio governo.

O governo tudo “explica” com a falta de profissionais. Sucede que essa falta é resultado da política do governo, é uma opção política e não uma fatalidade para a qual não há solução.

Os cortes nos sucessivos orçamentos do SNS levaram ao corte no pessoal, prejudicando drasticamente o funcionamento dos serviços. Faltam funcionários administrativos e pessoal auxiliar porque foram despedidos ou se reformaram e não foram substituídos. Faltam milhares de enfermeiros no SNS e não faltam em Portugal enfermeiros no desemprego para serem contratados, mas que são empurrados para a emigração: nos últimos seis anos, 10 775 enfermeiros pediram à Ordem a documentação necessária para trabalhar no estrangeiro. E faltam médicos porque o governo cruzou os braços e promoveu a sua reforma antecipada. Um estudo recente revela que 65% dos novos médicos ponderam a emigração como sua opção de futuro.

No que diz respeito aos médicos, a política do governo não é inocente. Paulo Macedo cruzou os braços e permaneceu indiferente à medida que via os médicos a abandonar em massa o SNS: em 2010, reformaram-se 606 médicos; em 2011, foram 666; em 2012, mais 406; em 2013, outros 463 e, em 2014, 601 aposentados. Nos cinco primeiros meses de 2015, o número de médicos reformados é de 289. Mais de 3 000 médicos, a maior parte dos quais especialistas experimentados, graduados e seniores. Salvo raríssimas exceções (a emigração foi a escolha para um número mais pequeno de médicos, sobretudo jovens) - preenchem hoje os quadros dos grandes hospitais privados cuja crescente dimensão e sofisticação exige corpos clínicos numerosos e bem preparados. Sem essa sangria de médicos do SNS, os hospitais privados não conseguiriam funcionar.

Mas esta fuga de especialistas atinge o SNS de uma outra forma igualmente perigosa para o seu futuro. Sem especialistas não há formação de jovens especialistas. Hoje já muitos serviços do SNS perderam a capacidade formativa, ao mesmo tempo que muitos serviços privados reclamam ter condições para formar especialistas. Trocar a formação no SNS pela formação no privado é, a prazo, fatal para a sobrevivência do SNS.

Com o objetivo não declarado de enfraquecer e dismantelar o SNS, o governo e Paulo Macedo recorreram a cinco estratégias articuladas: estrangulamento financeiro da despesa corrente e do investimento; redução dos quadros (reformas, despedimentos, cancelamento admissões); degradação do acesso e qualidade dos cuidados; - SNS retalhado (gestão e prestação entregue a privados, IPSS, Misericórdias); prevenção secundarizada.

## CAMINHOS

1. **Auditorias ao funcionamento**, atividade e resultados de organismos centrais e regionais do Ministério da Saúde, para conhecer com a sua real situação.
2. **Aumentar o financiamento** atribuído à despesa pública em saúde para 8,5% do PIB (hoje 5,9%, para uma média OCDE de 9,3%, em 2012). Este reforço financiará a) o Fundo Especial para a Inovação Terapêutica, reduzindo nos orçamentos hospitalares o custo dos medicamentos inovadores; b) uma nova e efetiva política de promoção da saúde e prevenção da doença; c) o investimento prioritário nos novos hospitais de Lisboa, Seixal e Gaia, no alargamento da rede pública de cuidados continuados e na implementação da rede nacional oncológica.
3. **Eliminar as “taxas moderadoras”** e introduzir uma taxa extraordinária de apoio à inovação cobrada anualmente sobre as vendas dos fabricantes.
4. **Redesenhar a orgânica do Ministério**, criando a Secretaria de Estado para a Promoção da Saúde e Prevenção da Doença, para mobilizar e coordenar os instrumentos do Estado e da sociedade neste domínio.
5. **Devolver ao domínio público a gestão dos hospitais em PPP** e os hospitais e outras unidades de saúde (centro de reabilitação física do Norte, por exemplo) entregues às Misericórdias.
6. **Alargar a rede de urgências básicas**, instalando serviços deste tipo junto dos hospitais com urgências polivalentes e médico-cirúrgicas e, também, em situações de interioridade e isolamento dos grandes centros.
7. **Adaptar horário e funcionamento dos centros de saúde** às necessidades locais, de forma a garantir o acesso no próprio dia aos cuidados de saúde.
8. **Alargar as USF ao território nacional**, consagrando-as como modelo principal de funcionamento dos cuidados primários de saúde e eliminando as atuais assimetrias.
9. **Prioridade à formação de equipas e unidades de cuidados continuados** (domiciliários) na dependência direta dos cuidados primários e constituição das unidades em falta nos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), nomeadamente as Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP).
10. **Autonomia de gestão efetiva aos Agrupamentos de Centros de Saúde** no contexto de contratualização com as estruturas regionais e no enquadramento do Plano Regional de Saúde.
11. **Expandir a rede de internamento em cuidados continuados** a partir da responsabilidade direta das administrações regionais e dos centros hospitalares pela sua criação, gestão e funcionamento.
12. **Avaliar o programa nacional de saúde mental** e definir novos objetivos, metas, calendários e meios para corrigir o que não está bem e fazer o que falta fazer.
13. **Novo estatuto do profissional do SNS** centrado na revalorização salarial, no regime de

exclusividade, na estabilidade profissional, no respeito pela carreira, na diferenciação técnica e na revisão das condições para a reforma antecipada e do regime de trabalho nas urgências.

- 14. Garantia de vagas no SNS para a realização do internato a todos os licenciados** em medicina nas faculdades portuguesas e, também, a todos os estudantes portugueses que concluem o curso no estrangeiro. Esta medida, combinada com o compromisso contratual com todos os especialistas formados no SNS, pode contribuir muito para superar a atual carência de médicos.
- 15. Revisão dos quadros de pessoal** de todas as unidades do SNS.
- 16. Eleição das direções técnicas das unidades de saúde do SNS** pelos respetivos profissionais (direção clínica e de enfermagem) e escolha dos membros das administrações por concurso público.
- 17. Campanha institucional de defesa dos direitos dos utentes do SNS.**
- 18. Rejeitar a chamada municipalização**, falsa descentralização que delega competências através de contrato inter-administrativo, permitindo a transferência de serviços para os privados, nomeadamente para as IPSS e Misericórdias.
- 19. Nova política de redução de riscos e combate à toxicod dependência.**
  - No início da década de 2000, Portugal deu o exemplo com a descriminalização do consumo de drogas. Com essa política, o consumo de heroína diminuiu e reduziu-se drasticamente a infeção por utilização de drogas injetáveis (nomeadamente de VIH). A toxicod dependência deixou de constar do topo das preocupações dos portugueses. Mas permanecem na lei inaceitáveis paradoxos proibicionistas.
  - Reforço do financiamento do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, quer para prevenção, quer para a rede descentralizada de tratamento para toxicod dependentes;
  - Promoção de programas de redução de riscos, nomeadamente através da instalação de salas de injeção assistida no Porto e em Lisboa, da promoção do *drug testing* em contextos festivos e recreativos e de programas de distribuição de seringas, incluindo nas prisões.
  - Enquadramento legal dos clubes sociais de canábis, como acontece na Catalunha e no Uruguai, responsáveis pela produção e distribuição da canábis pelos seus associados e também pelo controlo da qualidade e pela promoção da informação.

### 3.6. DEFENDER A SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA

À degradação da situação social provocada pelo corte nos salários e nas pensões e pelo crescimento galopante do desemprego, o governo respondeu com o maior corte de sempre nos apoios e na proteção social.

Todos os apoios sociais foram duplamente cortados, no seu valor e no número de beneficiários (evolução do RSI, CSI, abono de família, subsídio de doença, acção social escolar e bolsas ensup, apoios à infância...). São mais os desempregados sem qualquer apoio do que os que recebem subsídio. Num contexto de acelerada expansão da pobreza - hoje não basta ter trabalho para fugir à pobreza - as principais vítimas são os desempregados de longa duração, as crianças e os mais idosos (indicadores).

O corte nos passes sociais, o aumento do preço dos transportes, a interrupção do fornecimen-

to de água e energia, a penhora de habitação própria, são outras expressões do terrorismo social imposto pelo governo.

Esta política de desproteção social ativa foi acompanhada pelo desmantelamento de serviços e o despedimento de técnicos e outros funcionários da Segurança Social. Nuns casos, isso foi a causa, noutros casos foi consequência da transferência de muitas funções e competências da Segurança Social para privados, IPSS, Misericórdias e outras instituições ligadas à Igreja. Para a direita, a caridade substitui o Estado nas políticas sociais.

Os reformados e pensionistas foram violentamente assaltados pelo governo. Pensões congeladas e reduzidas, a CES, o corte dos subsídios de férias e de Natal, a sobretaxa de IRS e, mais tarde, o agravamento do próprio IRS, reduziram drasticamente o seu poder de compra e qualidade de vida. Mesmo os beneficiários de pensões mínimas viram a inflação “comer” os pequeníssimos aumentos verificados.

## CAMINHOS

### **Sustentabilidade e estabilidade do sistema de pensões**

O Governo agita o medo da insustentabilidade do sistema de pensões para preparar novos cortes nas pensões e empurrar novas gerações para o negócio dos fundos de pensões privados.

Esta estratégia representa um duplo perigo para o país: descredibiliza a segurança social e fragiliza a sua sustentabilidade ao introduzir alterações de longo prazo para responder a problemas conjunturais.

Enquanto a direita pede consensos para cortar 600 milhões de euros nas pensões e baixar a TSU, o PS propõe-se aumentar a idade da reforma, tirar um mês de pensão aos reformados através do seu congelamento (exceto pensões mais baixas) e também baixar a TSU (4% trabalhador, 4% patrão) uma espécie de empréstimo forçado sobre as pensões futuras. Não é difícil ver o resultado combinado destas medidas: os trabalhadores ficarão pior, os pensionistas ficarão pior, os patrões ficarão melhor e a segurança social ficará em risco.

As propostas do Bloco têm como objetivo contribuir para a criação de emprego sustentável e não precário, proteger os mais pobres, repor os mínimos sociais, garantir o acesso à reforma sem penalizações com 65 anos de idade ou 40 anos de descontos.

Em 2010 o país tinha 5 milhões de trabalhadores a descontar para cerca de 2,6 milhões de pensionistas. Hoje são 4,5 milhões de trabalhadores a descontar para mais de 2,7 milhões de pensionistas.

Neste momento, o maior perigo para a segurança social é pois o desemprego. Nestes anos foram destruídos 100 mil postos de trabalho por ano. A primeira medida para a sustentabilidade da segurança social é a criação de emprego.

Aos altíssimos valores de desemprego, juntou-se nestes quatro anos um novo risco: a quebra salarial. As diversas medidas de corte salarial e precarização do trabalho, criaram um país de baixos salários e, portanto, também de baixas contribuições para a segurança social.

É certo que a demografia é um fator determinante sobre a sustentabilidade do sistema e Portugal corre riscos sérios de uma inversão da pirâmide etária. E os números são arrasadores: em três anos este governo fez a natalidade descer tanto como em toda a década anterior.

Políticas de promoção da natalidade são centrais, mas nenhuma será eficaz sem emprego e sem salário dignos. Precisamos também de contribuir a curto prazo para algum reequilíbrio

do contrato intergeracional que é central no sistema de pensões para Portugal; é urgente criar emprego que permita estancar a sangria da emigração e também o regresso de emigrantes e a atração de imigrantes.

Cortar nas pensões em pagamento, fruto dos descontos de vidas de trabalho, não pode ser uma opção. Quebrar o contrato social em que se baseou a formação das pensões, para lá de agravar ainda mais as condições de vida dos pensionistas, mina a democracia.

Cortar nas pensões futuras é também atacar a segurança social, porque é também um modo de quebrar o contrato intergeracional. Se a geração que hoje contribui para a segurança social perde o direito a uma pensão digna, a contribuição perde legitimidade.

A evolução tecnológica e dos modos de produção e criação de valor, aconselha no entanto alterações no modelo de financiamento para garantir a distribuição correta do esforço de financiamento da segurança social. Essas alterações não se prendem com os contratos social e intergeracional, que devem ser garantidos enquanto pilares da democracia. A responsabilidade é responder ao que efetivamente mudou.

Se hoje o capital intensivo produz mais valor do que a mão-de-obra intensiva, é necessário reequacionar o modo de contribuição das empresas, promovendo equilíbrio e garantindo estabilidade da receita.

A contribuição das empresas para a segurança social é feita através da Taxa Social Única que incide apenas sobre os salários. Um esforço concentrado apenas sobre salários, tendo em conta a evolução tecnológica a que assistimos, restringe a capacidade de financiamento da segurança social e isenta do esforço solidário boa parte da riqueza do país.

Não por acaso, as empresas portuguesas são das que menos participam no financiamento da segurança social. Em 2012, dados do Eurostat, as contribuições das empresas para a proteção social em Portugal representavam apenas 7,7% do PIB, quando em Espanha o valor ascendia a 11%, em França 14% e na Grécia 10%, sendo a média da UE 10,7%.

### **O Bloco de Esquerda propõe por isso a criação de uma taxa sobre o Valor Acrescentado das grandes empresas para financiamento solidário da segurança social.**

Segundo o INE, o valor acrescentado das grandes empresas não financeiras e as sociedades financeiras representou nos últimos anos mais de 40 mil milhões de euros/ano. Assim, uma taxa de 0,75% sobre o valor acrescentado das grandes empresas representa, mesmo no atual contexto de crise, um acréscimo de receitas de cerca de 300 milhões de euros/ano para a Segurança Social.

Excluimos expressamente desta taxa as PME, uma vez que a fragilidade da economia portuguesa aconselha a que não se aumentem os custos para estas empresas. O que propomos é uma medida cirúrgica, - um pequeníssimo esforço das maiores empresas -, que permite diversificação e reforço das receitas da Segurança Social e evita impacto negativo sobre o emprego, os salários ou a economia. A regra hoje, no que toca à segurança social, deve ser a estabilidade das contribuições e do seu modelo de cálculo. Alterações sensíveis deste quadro só podem ser feitas em contexto de crescimento económico.

### **3.6.1. LEI DAS RENDAS**

A Constituição da República prevê o direito à habitação e que “um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria”. A aplicação da Lei das Rendas tem causado imensas dificuldades aos inquilinos, em especial de menores rendimentos e mais idosos, e dificulta a vida do pequeno comércio.

Generalizou-se o aumento das rendas e vários os casos conhecidos de aumentos desmesurados. Este novo regime, ao liberalizar o mercado de arrendamento, área em que o poder das duas partes é bastante desproporcional, expôs inquilinos e pequenos comerciantes a graves abusos.

A lei liberalizou também os despejos. Milhares de famílias ficaram na iminência serem privadas de habitação. O Balcão Nacional de Arrendamento criado por esta Lei é um verdadeiro Balcão de Despejo.

O novo regime de arrendamento apoiado não serve as necessidades sociais, e deve sofrer profunda reformulação. Não só desprotege as camadas da população mais frágeis, como também as discrimina. O procedimento para o despejo de moradores de habitação com renda apoiada é uma ação administrativa.

Na nova lei da renda apoiada, o governo PSD/CDS-PP verteu a sua visão de preconceito para com estes bairros na nova lei. Os mecanismos de mobilidade - expulsão da sua casa de quem conseguiu, pelo seu esforço, alcançar melhores rendimentos - tornam estes bairros em bairros de alta rotação. Muitas destas famílias, a serem despejadas, continuarão a não dispor de capacidade financeira para o arrendamento de uma habitação no mercado. Coloca cidadãos e cidadãs desprotegidas na rua e fora das suas casas de toda a vida, dilacera os elos sociais e destrói a estrutura e vivência do bairro. Estes bairros não podem ser guetos nem destinarem-se a ser depósito de pobres. São bairros onde vivem cidadãos e cidadãs plenos de direitos.

## CAMINHOS

- **Revogação da Nova Lei do Arrendamento Urbano**
- **Suspensão imediata do regime de renda apoiada** e sua revisão de acordo com critérios de justiça social, nomeadamente tendo em consideração o rendimento líquido e que inclua deduções específicas de acordo com critérios sociais, como sejam as pensões baixas, a situação difícil de desemprego ou pobreza, ou o incentivo à frequência escolar.

### 3.6.2. REPOR APOIOS SOCIAIS, RECUPERAR PENSÕES, DEFENDER A SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA

Defender quem trabalhou: A idade legal da **reforma aos 65 anos**, como regra geral e a **reforma aos 40 anos de descontos** efectivos, para os trabalhadores que tenham começado a trabalhar antes dos 16 anos. Recuperar o nível de vida dos pensionistas, **promover a convergência das pensões mais baixas com SMN**.

Em democracia só há saída da crise se não ficar ninguém para trás: **Subsídio social de desemprego para todos os desempregados e desempregadas** em situação de carência económico; **reposição da rede de apoios sociais** (RSI, CSI, abono de família, apoio a deficientes, ação social escolar) anterior ao DL 70/2010.

Criação de um programa de construção de creches públicas e de uma rede pública de apoio domiciliário a idosos e pessoas dependentes;

# 4. Justiça e igualdade.

## Razões da democracia

### 4.1. COMBATER O CONSERVADORISMO E O PRECONCEITO

A austeridade agudizou as desigualdades, degradou as condições sociais e económicas da maioria da população, naturalizou o desemprego, erodiu os apoios sociais e desfalcou os serviços públicos.

A austeridade limita a emancipação dos jovens. Deambulando entre desemprego, estágios e outros esquemas de inserção precária no tecido social, a grande maioria dos jovens não tem casa própria nem condições mínimas de autonomia social, cultural e sexual.

A regressão do Estado Social agudiza a pressão que a apologia conservadora está a exercer sobre as mulheres, fazendo crescer o trabalho não remunerado por elas realizado. Num país sem creches nem empregos, fica claro o fundamento destas políticas: o regresso ao lar.

A crise económica e o avanço conservador fazem crescer a exclusão, a violência social e institucional. As demolições nos bairros de Santa Filomena, Estrela de África ou 6 de Maio ou a violência policial nelas perpetradas são apenas ilustrações mais condensadas. Elas manifestam e fazem recrudescer o racismo. O racismo combate-se também na lei e esse combate está, em grande medida, por fazer.

O preconceito cresceu em Portugal. A lei da identidade de género está sem efetividade no SNS. A adoção ainda continua a ser vedada aos casais de pessoas do mesmo sexo. A procriação medicamente assistida continua a não estar disponível a todas as mulheres.

O Bloco é um movimento que luta pela igualdade ao mesmo tempo que luta pela diversidade. Por isso, o nosso programa procura responder de forma clara à urgência das vidas e não recua perante a luta pela igualdade. Continuamos a assumir a defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Intersexo e a promover políticas de inclusão e de combate à discriminação sexual em todas as esferas da vida.

### CAMINHOS

- Reforço do combate à violência de género, um fenómeno que não para de agravar-se sob o peso do machismo e da mentalidade conservadora;
- Legislar para que a violação seja crime público;
- Consagração no Código do Trabalho de mecanismos especiais para impedir a discriminação das mulheres grávidas;
- Imposição da paridade de 50% nas listas propostas às eleições legislativas e autárquicas;
- Eliminação legal de quaisquer critérios centrados na orientação sexual na seleção dos doadores de sangue; Assegurar o cumprimento da proposta já aprovada na Assembleia da República, por iniciativa do Bloco de Esquerda, e que proíbe a discriminação de homens que fazem sexo com homens nas dádivas de sangue
- Remoção de critérios relacionados com orientação sexual no acesso à candidatura à adoção e no acesso à procriação medicamente assistida;

- Garantir o acesso de todas as mulheres à procriação medicamente assistida
- Reconhecer o acesso à gestação de substituição
- Reconhecimento dos direitos das pessoas transexuais e intersexo e adoção das recomendações europeias quanto à despatologização do reconhecimento jurídico do género, ao reconhecimento de identidades não-binárias, à proibição de cirurgias corretoras e outros tratamentos não consentidos em bebés ou adultos que não estejam devidamente informados;
- Reconhecimento da autonomia pessoal na decisão da alteração de sexo e nome no registo civil, com garantia de acesso aos cuidados de saúde;
- Criação de uma rede de cuidados contraceptivos nas escolas, em parceria com associações e centros de saúde, incluindo a distribuição de preservativos e a consagração de um espaço curricular de educação sexual;
- Alargamento da possibilidade de adoção e acolhimento de crianças por parte de todos os cidadãos e cidadãs, sem nenhuma exclusão baseada na orientação sexual, dependendo unicamente de escolha com base no critério da capacidade parental;
- Reconhecimento legal de todos os pais e mães homossexuais ou bissexuais que já existem e já formam uma família;
- Promoção de políticas públicas que promovam a inclusão e proíbam a discriminação com base na orientação sexual ou identidade de género nos setores fundamentais do Estado como a Saúde, a Educação, a Justiça ou a Segurança;
- Transposição para a ordem jurídica portuguesa da Diretiva sobre o Estatuto da Vítima e lançamento do trabalho legislativo para a adoção do Estatuto do Idoso;
- Eliminação das discriminações existentes no Código do Trabalho entre as licenças de parentalidade biológica e por via da adoção;
- Criação de mecanismos que garantam a acessibilidade de pessoas com deficiência ao espaço público, à educação, à participação política e a todo o apoio terapêutico necessário. Compromisso com uma lei para a vida independente.

## 4.2. JUSTIÇA PARA TODOS

A reforma do mapa judiciário criou o caos nos tribunais e afastou os cidadãos do acesso à Justiça, criando enorme desigualdades territoriais e penalizando o interior e as zonas rurais. Ficou o sistema em estado de Sítius e os tribunais ficaram paralisados.

A Justiça é cara e as barreiras económicas criadas são verdadeiros impedimentos para o acesso dos cidadãos, criando mais uma desigualdade entre ricos e pobres.

O próprio Estado ficou mais autoritário, do que é exemplo as alterações realizadas ao sistema judicial tributário, agora ainda mais opressivo e abusivo com os processos de execução sobre as vítimas da política de austeridade.

Uma das maiores fragilidades do nosso sistema de Justiça é a dificuldade de acesso dos cidadãos ao direito à defesa, na medida em que este depende da condição económica. A resposta tem sido a instituição da defesa oficiosa por advogados nomeados. No entanto, a artificialidade desta solução tem levado a diversas estratégias de remendo, como os protocolos com a Ordem dos Advogados para envolver profissionais experientes e reputados, ou a ideia, não concretizada, da criação de um Instituto da Defesa Oficiosa.

O Bloco de Esquerda propõe a criação de um Instituto do Defensor Público. Assim como o Ministério Público assegura a orientação da investigação e da acusação, o defensor público promove a defesa em tribunal de quem não tenha meios para a pagar. Estando reservada constitucionalmente a função das magistraturas, este instituto terá um lugar distinto, que é o da organização de advogados do Estado, com carreiras próprias e hierarquia definida, que respondem perante as necessidades dos cidadãos.

## CAMINHOS

- Tornar acessível a Justiça a todas e todos, reduzindo a onerosidade do recurso aos tribunais e sistemas de registos, caminhando para a gratuidade do acesso de pessoas individuais;
- Rever profundamente o subsistema de justiça tributária, reforçando a equidade dos procedimentos processuais e garantindo a efetividade dos meios de defesa mais adequados dos cidadãos;
- Combater a lentidão da justiça, com reforço dos meios humanos nos tribunais e nos meios técnicos dos órgãos de investigação;
- Reforma do sistema prisional;
- Criação do Instituto do Defensor Público.

## 4.3. COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CRIME ECONÓMICO

O crime económico é a ponta do icebergue dos “poderes ocultos” na sociedade e caminha de mão dada com a corrupção. Os relatos das falências de bancos e fraudes nas maiores empresas pela mão de antigos e novos “donos disto tudo” são demonstrativos disso. A elite financeira do regime caiu na delinquência.

Os grandes negócios, como as privatizações e parcerias público-privadas de vários tipos, fomentam depois a compra de vantagens. E esse facto, generaliza-se a todos os níveis da administração pública. No privado, atos de gestão ou informação privilegiada pirateiam a concorrência. Há corrupção de milhões e de tostões, quando há redes organizadas, tendendo a uma acumulação autónoma.

O Bloco de Esquerda esteve na linha da frente de importantes alterações legais no combate à corrupção: levantamento simples do sigilo bancário para investigação judiciária, base de dados das contas bancárias no país acessíveis ao Ministério Público, criminalização da violação de normas urbanísticas por parte de autarcas, prescrição de 15 anos para este tipo de crimes e confisco de bens a favor do Estado.

O combate ao enriquecimento não declarado e ao enriquecimento injustificado também foram contributos importantes do Bloco, apesar de ainda não serem letra de lei.

O combate à corrupção, apesar de centrado nas questões do enriquecimento, não se esgota aí. A especulação do valor dos solos a propósito da classificação administrativa de terrenos rurais, com a consequente autorização para edificar, é outro dos terrenos férteis para a corrupção. Quando da aprovação recente da Lei dos Solos, o projeto do Bloco sobre mais-valias urbanísticas foi mais uma vez rejeitado em nome das expectativas dos “empreendedores”.

Os meios ao dispor da polícia de investigação criminal são diminutos, e ainda mais no combate aos crimes económicos e de corrupção. O reforço da capacidade da investigação é tão importante quanto a existência das ferramentas legais para barrar o caminho ao capitalismo criminal.

## CAMINHOS

- **Fim do offshore da Madeira**, extinção da praça financeira;
- **Criminalização do enriquecimento ilegal**, com confisco dos bens;
- **Recuperação pública das mais-valias urbanísticas**;
- **Alargamento para seis anos** do período em que os ex-governantes não podem laborar nas empresas do setor que tutelaram;
- **Declarações de rendimentos e património** registados no Tribunal Constitucional disponíveis online.

## 4.4. POR UMA DEMOCRACIA EXIGENTE

A submissão de interesses públicos a interesses privados, as suspeições sobre os decisores públicos têm afastado os cidadãos e degradado a democracia.

A austeridade impôs a narrativa da inevitabilidade criando um clima de negação da livre escolha dos povos sobre a condução das políticas públicas. Os processos democráticos e a participação cidadã estão aquém das expectativas populares e as instituições ainda estão muito fechadas sobre si. Os partidos têm ainda o monopólio de uma parte considerável da atividade pública, impedindo a abertura plena à cidadania.

As escolhas públicas ainda têm muita opacidade e o Estado ainda é pouco transparente.

## CAMINHOS

- **Ampliar o acesso dos cidadãos à decisão política**, nomeadamente reduzindo-se o número de subscritores necessários para a proposta de uma iniciativa legislativa popular e permitindo-se o direito de petição popular para a fiscalização constitucional sucessiva de ato legislativo ou da sua omissão;
- **A revisão da lei de financiamento da atividade política** no sentido de reforçar os meios de controlo das contas e de limitar os tetos máximos do financiamento a campanhas eleitorais;
- **Tornar obrigatório o regime de exclusividade dos deputados** à Assembleia da República, dos executivos das autarquias locais e das entidades intermunicipais que exerçam o cargo em regime de permanência;
- **Abrir as eleições legislativas** à participação de listas de cidadãos;
- **Criar o mecanismo de revogação de mandato por vontade popular**;
- **Reforçar a transparência do Estado**;
- **Recusa dos círculos uninominais** e outras engenharias eleitorais que, por golpe administrativo, promovam artificialmente a bipartidarização e um regime de maiorias absolutas;
- **Alargamento do direito de voto** aos cidadãos estrangeiros vivendo há mais de três anos em Portugal e aos cidadãos a partir dos 16 anos de idade, que já têm responsabilidade laboral, penal, fiscal;
- **Reforço de competências das Assembleias Municipais**, designadamente a moção de censura ao executivo com carácter vinculativo.

## 4.5. NOVA POLÍTICA PARA A IMIGRAÇÃO

Existem milhares de imigrantes a trabalhar clandestinamente em Portugal, alguns deles descontando para a segurança social e todos submetidos a um regime de salários baixos, de medo e de exceção. Por outro lado, a crise e o desemprego levaram a que muitos não conseguissem renovar a sua autorização de residência, sendo empurrados para a ilegalidade. Muitos têm trabalho – uns com contrato, outros sem qualquer vínculo laboral –, muitos outros estão impossibilitados de procurar trabalho pela sua situação irregular ou são despedidos para serem substituídos por outros que têm garantia de regularização. A grande maioria é explorada por estar desprotegida do ponto de vista legal. Enquanto se aposta apenas nos “vistos gold”, destinados aos mais ricos, como grande opção de política imigratória, Portugal esquece os milhares de imigrantes que dão a sua contribuição diariamente.

As mulheres imigrantes, em particular, vivem situações de grande discriminação. A ausência de documentos coloca-as numa posição de completa subalternidade e dependência. Muitas mulheres imigrantes vivem situações de violência doméstica e não têm meios para sair dessa situação. Ora, todas as mulheres devem ser protegidas quando atacadas nos seus direitos humanos. Portugal deve também acolher as mulheres que são vítimas de casamentos forçados e que fogem a situações de violência nos seus países de origem.

O combate à imigração, uma das principais marcas culturais das direitas, é profundamente hipócrita porque deseja e promove a imigração clandestina e em condições sub-humanas. O combate da esquerda pelos direitos dos imigrantes é uma questão fundamental de direitos humanos, mas decorre também de uma política que deve transformar e renovar os padrões de referência: a Europa do século XXI é um espaço de mestiçagem de culturas.

### CAMINHOS

- **Regularização dos clandestinos** e legalização dos imigrantes, com todos os direitos e deveres;
- **Direito de voto para todos os imigrantes** há mais de três anos em Portugal;
- **Defesa do direito do solo como fundador da lei da nacionalidade;**
- **Legalização e atribuição de autorização de residência:**
  - a todos os beneficiários de um processo de reagrupamento ou reunião familiar;
  - a todos os cidadãos estrangeiros que comprovem ter entrado em território nacional antes do encerramento do último processo de legalização;
  - a todos os cidadãos estrangeiros que estejam a trabalhar.
  - As entidades patronais são obrigadas a celebrar contrato de trabalho com a data do seu início efetivo e pelo prazo mínimo de um ano, bem como a inscrever na Segurança Social os imigrantes que tenham empregado, conforme atestado pela ACT ou por um sindicato ou associação de imigrantes.

Esta política teria um poderoso efeito dissuasor da procura de trabalho clandestino por parte de setores do patronato que só pretendem trabalhadores ilegais e sem direitos.

O Bloco defende ainda a prioridade à inclusão da primeira e segunda gerações, que permitam a organização das comunidades imigrantes e a sua participação plena na vida social. A escola pública tem nesse sentido um papel fundamental, inclusive por via de projetos de ensino bi-

lingue e da transformação de equipamentos escolares em espaços cosmopolitas de horário alargado, abertos à vida cultural das comunidades.

## 4.6. UMA VISÃO MODERNA PARA A SEGURANÇA DOS CIDADÃOS

O Bloco bate-se por uma política de segurança pública em contraste com a dos governos PSD/CDS e do PS, porque assenta na defesa da liberdade e dos direitos dos cidadãos. A segurança só pode ser a defesa da liberdade. Contrariamos por isso medidas e culturas de perseguição, de violência e de desrespeito da democracia. O combate ao crime só terá sucesso se promover a justiça numa sociedade de direitos e deveres.

O conceito de segurança abrange por isso todas as facetas da vida das pessoas e das comunidades. A segurança deve ser garantida em todos os planos da vida e, por isso, a sociedade deve proteger as regras da democracia. A segurança pessoal, a segurança rodoviária e a proteção civil são por isso valorizadas pelo Bloco de Esquerda como componentes essenciais de uma nova política de segurança.

### CAMINHOS

- **Regime de segurança pública** preventiva e de base comunitária;
- **Defesa de forças de segurança de carácter civilista** e recusa da sua militarização;
- **Promoção dos direitos sociais e sindicais dos profissionais de policia**, incluindo o direito a formação contínua e permanente;
- **Recusa das superesquadras e requalificação das instalações**, dotando-as de espaços reservados para apoio à vítima;
- Garantia de acesso dos advogados ao contacto com os seus clientes nas esquadras;
- **Intervenção ativa das populações**, através de conselhos municipais e de freguesia, em que estejam representadas todas as comunidades e em particular os mais jovens, no acompanhamento ao policiamento de proximidade;
- **Promoção de bairros prioritários**: os bairros mais atingidos pelas exclusões devem ser dotados de equipamentos sociais, educativos e culturais, a par da intermediação cultural, escolar e de saúde;

#### 4.6.1. SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Durante vários anos Portugal foi o país da União Europeia com a maior taxa de mortes por milhão de habitantes. Os números têm vindo a melhorar significativamente. No entanto o rácio português continua a ser superior ao rácio médio dos países da União Europeia. As estatísticas demonstram a vulnerabilidade dos peões e dos utentes de duas rodas no contexto das mortes nas estradas, com particular destaque para o que se passa dentro das localidades.

São insuficientemente conhecidas ou apenas parcialmente consideradas as causas de sinistros relativas às próprias deficiências que as vias rodoviárias apresentam na sua conceção e manutenção ou ainda a fatores como a condução sob o efeito do álcool ou outras drogas, ou ainda às condições de segurança dos veículos, individuais ou coletivos.

Impõe-se portanto, por razões nacionais, que a segurança rodoviária seja encarada como uma área de atuação prioritária dos poderes públicos.

#### CAMINHOS

- **Atualizar o mapa de “pontos negros”** e estabelecer medidas preventivas e a sua completa eliminação.
- **Criminalização** de toda conduta negligente, de qualquer entidade ou responsável, cuja ação agrave, em determinado momento ou de forma permanente, o risco de acidentes;
- **Estratégia preventiva sobre práticas incorretas de condução**, para garantir a partilha segura da via pública por parte dos cidadãos com mobilidade reduzida ou que se deslocam em meios de transporte não motorizados;
- **Intensificar a fiscalização na área da segurança** dos passageiros no transporte público, em particular nos veículos de transporte de crianças;
- **Revisão integral e urgente de toda a sinalização** rodoviária do país, horizontal e vertical, resolvendo o caos em espaço urbano e nos diferentes tipos de estradas;

### 4.7. POLÍTICA EXTERNA, COOPERAÇÃO E DEFESA

A globalização real exhibe três marcas essenciais. A primeira é a da polarização social e da desigualdade. Os números do Banco Mundial são claros: em termos de rendimento per capita, um habitante do país mais rico do mundo (Noruega) tem 60 vezes mais rendimento que um habitante do país mais pobre (Burundi). A segunda marca é a da fragilização do contrato social e das democracias, o afastamento crescente entre o espaço das decisões e o espaço das instituições que representam os cidadãos. A terceira marca é a do esvaziamento do princípio da autodeterminação. Fora dos cânones da “boa governação”, os Estados são estigmatizados como “falhados”, “colapsados” ou “párias”, com todas as consequências daí advenientes.

A procura de consensos vagos em torno da satisfação de mínimas exigências humanitárias ocupa, na ordem global real, o lugar da promoção efetiva dos direitos humanos para todos. As estratégias de redução da pobreza postas em marcha pelo Banco Mundial não beliscam os mecanismos que a produzem. Nesse sentido, são acima de tudo técnicas de contenção de periferias turbulentas ao mesmo tempo que perpetuam todos os pressupostos dessa condição periférica: inserção subalterna no comércio internacional, espoliação dos recursos naturais e biopirataria, fechamento das fronteiras dos países mais ricos, tanto às pessoas como aos produtos originários dos países mais pobres.

#### CAMINHOS

- **Respeito pela autodeterminação dos povos**, da sua soberania permanente sobre os recursos naturais e da sua soberania alimentar como parâmetros intocáveis das políticas externas e de cooperação. O humanitarismo não pode servir de alibi para intervenções militares. A responsabilidade de proteger é um desafio dirigido à coerência das políticas externas e de cooperação e não um dispositivo de legitimação do intervencionismo internacional;
- **Políticas de acolhimento**. Ao fechamento, com muros físicos e outros, praticado pelas lideranças europeias, a esquerda contrapõe a exigência de um grande programa europeu de acolhimento de imigrantes e de uma política de proteção efetiva de refugiados e de

peticionários de asilo. Esse programa europeu de acolhimento terá de encontrar prolongamento nas políticas sociais nacionais e europeias, no reconhecimento de direitos políticos aos imigrantes, e na universalidade dos serviços públicos essenciais;

- **Uma política de direitos humanos.** A esquerda deve, em suma, retomar a bandeira dos direitos humanos, repondo aquela luta nos direitos à democracia plena, participada e esclarecida, à alimentação, à saúde, à habitação, à qualidade ambiental, à educação e cultura, ao restabelecimento e evolução das garantias laborais, ao equilíbrio social;
- **Fim das instituições da desregulação liberal,** como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, a substituir por um banco de pagamentos internacionais e de apoio ao desenvolvimento, a ser criado e gerido por um sistema de cooperação em que os países pobres tenham voto decisório.

#### 4.7.1. COOPERAÇÃO PARA O PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO

Portugal tem subestimado a importância da política de cooperação para o desenvolvimento enquanto instrumento de política externa e de afirmação solidária em escala mundial. Com raras exceções, Portugal limitou-se a reproduzir de modo passivo os modelos de relacionamento Norte-Sul que são fixados pelos atores mais poderosos neste campo. Esse seguimento resignado e subalterno, que vai de par com a exiguidade das verbas afetadas a ajuda pública ao desenvolvimento, é um dos símbolos da governação do Bloco Central.

Uma esquerda que não abdique da sua memória e dos seus princípios só pode encarar a cooperação para o desenvolvimento como um domínio prioritário.

Assim, o Bloco empenha-se no reforço da cooperação para o desenvolvimento. É urgente um grande movimento cívico que reclame o cumprimento das obrigações há muito assumidas na ONU pelos países mais desenvolvidos designadamente quanto à afetação de 0,7% do PIB a ajuda pública ao desenvolvimento. Mas não é apenas de reforço quantitativo que se trata: as políticas de cooperação para o desenvolvimento devem dar prioridade à ajuda ao investimento nos setores produtivos e na criação de emprego e pautarem-se pelo primado da articulação entre proteção da biodiversidade, valorização e defesa do património genético e soberania alimentar nos países de destino. Para além disso, é indispensável apostar num financiamento plurianual das organizações não-governamentais de desenvolvimento, desde logo para garantir um trabalho de longo prazo e mais consistente. Ao mesmo tempo, importa articular as políticas de cooperação com as iniciativas locais e internacionais de garantia de transparência na utilização dos recursos por parte dos Estados.

#### 4.7.2. POR UMA POLÍTICA DE DEFESA CIDADÃ

O conceito estratégico de defesa nacional deve reformular-se à luz desta redefinição do papel internacional do país como intermediário e fator da paz. O Bloco promove uma estratégia de Defesa Cidadã assente na prioridade da defesa civil e do território, na proteção da soberania e dos bens comuns.

#### CAMINHOS

- **Saída da NATO** e ação diplomática pela extinção deste e de todos os blocos militares;
- **Defesa do desarmamento,** opor-se à constituição de uma força armada europeia e pugnar pelo encerramento de todas as bases militares estrangeiras na Europa;

- **A Assembleia da República deve assumir poderes de autorização prévia** do emprego de forças militares ou militarizadas em missões internacionais, à luz de critérios legalmente definidos, decorrentes do respeito pela Carta das Nações Unidas e pelos princípios de política externa antes enunciados;
- **Revisão de legislação relativa à disciplina militar, às associações de militares e aos seus direitos sociais** no sentido de assegurar o respeito dos direitos adquiridos, as condições de dignidade cívica e militar e o exercício dos direitos de associação e livre expressão no respeito pela Constituição;
- **Amnistia para todos os militares punidos pelo exercício dos seus direitos** de expressão e manifestação e suspender todos os procedimentos disciplinares em curso relacionados com estas lutas.

# 5. Bens comuns: Desenvolvimento produtivo e ambiental

## 5.1. POR UMA RECONSTRUÇÃO PRODUTIVA E UMA POLÍTICA INDUSTRIAL SUSTENTÁVEL

Os quatro anos de governo PSD/CDS-PP aceleraram o processo de destruição do sistema produtivo nacional. As políticas de austeridade e a quebra muito acentuada do investimento (55% no caso do investimento público), agravadas pelo fecho do crédito às PME, produziram um *record* de falências e encerramentos. Portugal, que já tinha desistido da agricultura e que aceitou a destruição das pescas, mesmo tendo a maior zona económica exclusiva da União Europeia, viu a sua economia produtiva dramaticamente reduzida. A redução da produção traduziu-se assim numa clara diminuição das fundações da criação de valor, na destruição de trabalho qualificado e no aumento da dependência das importações, só disfarçada pelo esmagamento da procura interna.

Não há saída da crise europeia quando a Alemanha soma 30% do total da produção industrial, a Itália, a França, o Estado Espanhol e o Reino Unido representam, no seu conjunto, 40% e os restantes 30% correspondem a 23 dos 28 países da União. A centralização dos processos de decisão também muda as relações de poder no quadro europeu. As reformas de matriz neoliberal degradam as infra-estruturas públicas, assim como a uma quebra abrupta no volume de investimento direto. Em vez de uma reconstrução produtiva do país, o governo de direita apostou na atração de investimento estrangeiro assente numa clara agenda de apropriação dos recursos nacionais. Uma agenda de crescimento sustentável e socialmente justo passa assim por um corte radical com as reformas neoliberais e por uma agenda para o investimento, produção sustentável e criação de trabalho decente.

Energias renováveis e eficiência energética, transportes, re-industrialização e re-dinamização de setores tradicionais da economia portuguesa (calçado, têxteis, conservas, pesca tradicional, agricultura, floresta) são aspetos centrais da reconstrução produtiva do país. Mas essa reconstrução passa também pela produção de bens comuns como o conhecimento, a proteção ambiental, a qualidade de vida, a integração social ou a coesão territorial. Para um plano de reconstrução produtiva é necessária ação pública direta e forte regulação do setor privado, assim como uma clara distinção entre serviços/bens públicos e serviços do domínio privado.

## 5.2. BENS COMUNS

A onda de privatizações dos últimos anos trouxe-nos uma nova urgência: a definição de uma agenda clara sobre os bens comuns. Os bens comuns definem-nos enquanto comunidade e definem-se por serem direitos de acesso generalizado. O acesso aos bens comuns, está, por isso, muito para além da distinção entre bens públicos e bens privados, colocando na agenda política o problema do acesso desigual a bens que são essenciais a todos. Por ultrapassar a distinção entre público e privado, obriga-nos a entrar, por exemplo, na definição de uma política de preços que vai além da tributação fiscal e que não é resolvida pela tributação fiscal (por

exemplo, no consumo de água alguém que consuma 400 vezes mais água, não paga necessariamente mais 400 vezes mais impostos...).

Os bens comuns e a comunitarização das práticas tornam-se cada vez mais uma componente crucial das lutas actuais em torno dos direitos sociais. Um exemplo claro disso é a recente vitória da Plataforma Barcelona em Comum. O acesso à água, à electricidade, à habitação, à saúde, à educação, à cultura, aos serviços, aos bens digitais, etc., reconfigura um novo espaço de disputa da democracia e dos processos democráticos. Num contexto de reconstrução produtiva do país, a questão dos bens comuns não pode nem deve ser negligenciável. É, além do mais, a agenda que permite resistir de forma mais eficaz à tendência privatizadora e à comodificação dos recursos. Muitos destes bens – pela sua natureza material e imaterial – não têm consagrado um quadro legal adequado. Este é um desafio que a Esquerda tem que assumir.

A crise que vivemos é social, económica e ecológica. A política de austeridade aumentou a exploração dos recursos ambientais. A saída da crise tem de reconverter o modelo de produção, reduzindo os consumos supérfluos e apostando em tecnologias e bens renováveis e não poluentes. Porque reduz o tempo de trabalho e se concentra na qualidade de vida, este caminho é o único compatível com a criação de emprego e com o trabalho com direitos.

Sob a égide do “desenvolvimento” e com a desculpa da austeridade o governo PSD/CDS-PP piorou a situação, (i) apostando num extrativismo falhado; (ii) alterando as leis ambientais pondo em causa o meio ambiente e as populações; (iii) destruindo os instrumentos de proteção ambiental que o Estado ainda detinha e mantendo os obstáculos ao ordenamento do território; (iv) não atuando sobre as causas dos incêndios florestais e liberalizando a plantação selvagem do eucalipto; (v) não atacando as rendas das empresas energéticas; (vi) privatizando a gestão dos resíduos; e (vii) forçando a privatização das empresas dos transportes.

As alterações climáticas são um ponto central e incontornável da vida do planeta e das políticas públicas. As alterações climáticas podem alterar de forma estrutural as sociedades, as economias e os equilíbrios de poder a nível mundial. É ainda preciso dizer que no quadro do capitalismo ainda não foi sugerida qualquer alternativa viável para o combate e a adaptação às alterações climáticas em curso. A mercantilização do clima, através do comércio de carbono, de programas de compensação e *offset* ambiental, de “capital natural”, podem ser um negócio para as grandes empresas poluidoras e para o capital especulativo mas são absolutamente ineficazes e contraproducentes para a redução da emissão de gases de estufa.

A crise económica e o empobrecimento coletivo são o que explica a redução das emissões. A preparação do país para os problemas criados pelas alterações climáticas tem sido apenas uma estratégia para financiamentos internacionais ou ferramenta de propaganda, já que o país está completamente impreparado até para os cenários mais conservadores em termos de alterações. É necessário uma reconversão da economia em nome da justiça climática e que a redução das emissões seja fruto de opções para o aumento qualidade de vida e da repartição de riqueza. Para tal, é necessário um compromisso internacional vinculativo. A Cimeira das Nações Unidas COP21, a realizar em Paris no final de 2015, deve ser o início desse novo acordo internacional. Na COP21 é necessário um acordo vinculativo de redução imediata das emissões e não uma nova ronda de mecanismos de mercado inúteis ou de regulação frouxa. A meta de uma subida limitada a 2°C até 2100 está já em perigo e isso implica que têm de ser ativados mecanismos económicos e políticos. Para tentar estabilizar a concentração de dióxido de carbono na atmosfera, é necessário manter os combustíveis fósseis no solo. Menos de 1/5 das reservas totais de combustíveis fósseis do planeta são utilizáveis para qualquer cenário de segurança e estabilidade climática. Para Portugal, o Bloco de Esquerda defende uma meta de redução de emissões de estufa de 80% até 2050, considerando valores de 1990. Para tal, o Bloco propõe o encerramento até 2020 de todas as centrais a carvão e a imposição de uma

pesada taxa de carbono sobre as empresas do Comércio Internacional de Licenças de Carbono - as centrais térmicas, a indústria da celulose, as refinarias de petróleo, cimenteiras e aterros sanitários, isto é, as maiores poluidoras - para financiar investimento e investigação em energias renováveis..

Os últimos quatro anos de governação foram marcados por uma intensa produção legislativa na área ambiental. A nova Lei de Bases do Ambiente e a Lei de bases do Ordenamento e da Gestão do Espaço Marítimo Nacional, são disso exemplo. Estas leis têm subjacente uma lógica de desregulamentação, desproteção e mercantilização do ambiente, prevendo mesmo a concessão a privados de volumes de mar por 50 anos. A fiscalidade verde foi mais um passo nesta direção. É hoje claro que não se trata de um mecanismo de proteção ambiental, mas sim de mais um instrumento de esbulho fiscal da população.

Depois da entrega de setores económicos estratégicos a privados, a direita, com o voto favorável do PS, abriu a porta à privatização massiva dos recursos naturais do país. Para a sua efetivação, a lei prevê que os instrumentos de ordenamento marítimo possam ser total ou parcialmente suspensos, alargado ao mar os famosos “Projetos de Interesse Nacional”. O principal critério para a atribuição de áreas de mar é a lucratividade da atividade, pelo que atividades tradicionais - como a pequena pesca - podem ser expulsas de vastas áreas a concessionar a privados. O objetivo da lei é a “promoção da exploração económica”.

**Os recursos naturais do país devem ser colocados ao serviço do interesse público, pelo que o Bloco propõe a imediata revogação desta lei de privatização dos mares.**

Finalmente, é necessário **criar uma nova Lei de Bases do Ambiente**, construída de forma participada e democrática e alterar os princípios que atualmente regem a legislação ambiental orientando-os para a defesa do ecossistema e dos recursos do país em detrimento de uma lógica mercantilista.

## CAMINHOS

- Clarificação e delimitação, em Lei de Bases, dos deveres ambientais do Estado, Regiões Autónomas e autarquias;
- Introdução do princípio da prevenção na política do ambiente;
- Punição agravada da poluição, com a obrigação de recuperação ambiental a custo próprio e a interrupção permanente da ação poluente; eliminação dos instrumentos de compensação ambiental por danos causados.
- Garantia do direito à informação ambiental com a eliminação da cobrança de taxas pelo acesso à informação oficial e de instituições públicas;
- Eliminação do direito de poluição.
- Reforço do licenciamento ambiental
- Concretização da fiscalização e instrumentos de controlo
- Reforço da proteção legal, como instrumentos da política de ambiente, da Rede Nacional de Áreas Protegidas, das Zonas Especiais de Conservação, das Zonas de Proteção Especial, da Rede Natura 2000, da Reserva Ecológica Nacional, da Reserva Agrícola Nacional e do Domínio Hídrico, assim como das áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais e outros instrumentos relevantes.
- Agravamento das sanções para crimes e contra-ordenações ambientais;
- Introdução do princípio de reparação em espécie;

- Introdução do seguro de responsabilidade civil;
- Implementação de um plano para concretizar a curto prazo a extração do amianto de edifícios públicos;
- Definição da posse e gestão pública da água e do tratamento de resíduos;
- Mecanismos para uma economia não dependente dos combustíveis fósseis e Combate e adaptação aos efeitos das alterações climáticas;
- Interdição do cultivo, comercialização e importação de Organismos Geneticamente Modificados;
- Proibição da energia nuclear.

O atual governo tem sido subserviente às grandes multinacionais agroquímicas. Caso ilustrativo foi a sua posição na União Europeia contra a suspensão dos pesticidas responsáveis pelo declínio da população de abelhas, posição minoritária na UE. Na nova lei dos pesticidas, o executivo escolheu igual caminho. **O Bloco propõe a proteção integrada como o princípio orientador da aplicação de pesticidas, com a avaliação das culturas e de métodos não químicos e químicos. Defende ainda o princípio da precaução e da proteção dos polinizadores.**

### 5.2.1. TRANSPORTES

O país precisa de um sistema de transportes públicos eficiente, abrangente e sustentável. A mobilidade é, acima de tudo, um direito retirado a milhões de cidadãos que, no interior ou nas áreas urbanas, se viram sem oferta de transportes ou impossibilitados de lhe aceder por força do aumento dos preços. Em nome de uma suposta sustentabilidade financeira do sistema de transportes, esta política prejudica o ambiente e a qualidade de vida, mas também a economia, que perde produtividade nas deslocações e capacidade de transporte de mercadorias. Privatizações e concessões dos transportes, da manutenção ferroviária aos autocarros urbanos, não respondem a nenhum destes problemas e não resolvem o problema financeiro das empresas: a dívida continuará a ser paga pelo Estado, para além da renda entregue ao concessionário privado.

### CAMINHOS

- Devolver à esfera pública as empresas privatizadas, concessionadas e subconcessionadas;
- Reestruturação da dívida das empresas de transportes e financiamento adequado às necessidades de investimento e serviço;
- Aumento e melhoria da oferta pública de transportes públicos, com ofertas intermodais acessíveis à população. Criação de um passe gratuito para trabalhadores desempregados e reposição dos passes de estudante e +65;
- Prioridade à ferrovia, apostando na indústria ferroviária, recuperando redes prioritárias, reforçando ligações internacionais e garantindo um sistema ferroviário urbano, suburbano e periurbano. Para tal, 10% do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos deve ser utilizado para o investimento na ferrovia;
- Promoção de meios de transporte não poluentes, com expansão de faixas bus, ciclovias e zonas pedonais, desincentivando o uso do automóvel particular.

### 5.2.2. ENERGIA

O Bloco compromete-se com uma política de nacionalização do setor da energia, para impedir a desregulação e a ineficiência, garantindo o controlo público sobre as empresas do setor. Assim, o capital público deve voltar a ser maioritário na Galp, na EDP e na REN. A coordenação dos planos de investimento e desenvolvimento do setor energético deve ser garantida por uma Autoridade Nacional da Energia.

A nacionalização da produção e distribuição da energia permitirá uma política séria para a redução da dependência energética do país, concentrando as melhores capacidades técnicas no essencial: conservação de recursos, generalização da utilização do gás natural enquanto for, para o automóvel, o substituto disponível face a outros combustíveis fósseis mais poluentes, promoção de formas de energia menos poluentes e renováveis, permitindo ainda o controlo social dos preços ao consumidor, em tempos de enorme turbulência dos mercados internacionais.

Devem ser priorizados os objetivos mais ambiciosos de alteração do padrão do consumo de energia: apesar de sermos o país com mais dias de sol, somente uma pequena parte da energia consumida é produzida em painéis foto-voltaicos, que deviam ser a norma para a construção civil e para os equipamentos públicos.

### CAMINHOS

- Aposta na micro-geração como modo de aumentar a percentagem de energias renováveis no mix energético, a auto-suficiência energética e a desconcentração da produção energética;
- Programa de reconversão energética, priorizando a redução do consumo e a investigação nesta área;
- Plano a dez anos para dotar todos os edifícios públicos de painéis foto-voltaicos; Obrigatoriedade de instalação de painéis solares térmicos e foto-voltaicos em todos os novos edifícios, públicos e privados, nos edifícios objeto de requalificação em mais de 25% do edificado;
- Programa de apoios à instalação de painéis solares em casas de famílias carenciadas;
- Parar o Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico;
- **Plano Nacional de Combate à Pobreza Energética:**
  - criação de um Observatório da Pobreza Energética;
  - Identificação e reabilitação dos edifícios no sentido de melhorar a eficiência energética para pelo menos classe B, priorizando os casos mais emergentes;
  - Garantia de um mínimo de energia até aos 50 kWh mensais para as famílias em risco de pobreza;
  - Isenção do IVA e das tarifas de uso de rede no diferencial de consumo acima dos 50 kWh nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, para garantir energia para aquecimento às famílias mais desfavorecidas;

### 5.2.3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O modelo de gestão territorial que a direita tem vindo a aplicar no continente é antidemocrático e mantém o essencial do centralismo que caracteriza o país e o diferencia negativamente

da generalidade dos restantes Estados membros da UE. O resultado desta política de gestão territorial é o crescimento das assimetrias regionais. Segundo dados oficiais, 59% dos municípios do continente encontram-se em risco de despovoamento, sem músculo demográfico e económico. O PS não se distancia desse modelo e colocou a regionalização na gaveta.

O Bloco defende o arranque do processo de descentralização administrativa do território, com a criação de entidades regionais com órgãos diretamente eleitos pelas respetivas populações, capazes de protagonizarem projetos de desenvolvimento territorial sufragados. Consequentemente, as CCDR são extintas logo que as regiões sejam constituídas. Todas as comunidades intermunicipais têm obrigatoriamente, nos termos constitucionais, uma assembleia deliberativa eleita diretamente.

O Bloco contribuirá para o aprofundamento da democracia local e participativa, com reforço dos mecanismos de participação dos municípios e maior capacidade de fiscalização dos executivos pelos órgãos deliberativos municipais e de freguesia, opondo-se aos executivos monocolores que não expressem a vontade dos eleitores.

- A realização do Cadastro Rural até 2020 é essencial para o ordenamento da floresta e dos territórios rurais em geral, promovendo a devida articulação com a criação do Banco de Terras e com a dinamização das ZIF, contribuindo para diminuir as terras e as parcelas florestais abandonadas
- A revogação da liberalização da plantação de eucaliptos (Decreto Lei 96/2013);
- Criação de um Programa de Reabilitação Urbana para a próxima década. Co-financiado pelo Estado e com a gestão das autarquias, criando-se uma Bolsa de Arrendamento com as casas intervencionadas pelo Estado e que não sejam vendidas no primeiro ano;
- Criação de legislação para a cativação pública das mais-valias urbanísticas;
- Reforma do IMI: taxa específica e reduzida para habitação própria; imposto sobre as grandes fortunas – imobiliário; fim das isenções aos fundos imobiliários; atualização automática anual do valor do imóvel para efeitos de IMI;
- Reconhecimento dos direitos das população e do ambiente; o extractivismo é um modelo esgotado (caulinos, gás de xisto, etc);
- Implementação de um plano para concretizar a curto prazo o amianto de edifícios públicos;
- Combate à erosão costeira:
  - Alimentação artificial das praias, nomeadamente com sedimentos das dragagens dos portos e interdição da extração de sedimentos fluviais no litoral.
  - Interdição de novas construções em zonas de risco e em zonas de proteção dunar.
  - Desmantelamento e descomissionamento de barragens obsoletas, aquelas com mais de 50 anos e improdutivas a nível elétrico e de rega, para libertar os sedimentos necessários à recarga natural do litoral, particularmente entre o Douro e a Nazaré

#### 5.2.4. AGRICULTURA E PESCAS

Nos últimos cinco anos encerraram 40800 explorações agrícolas, o número de produtores singulares diminuiu 15% e a área de terras aráveis decresceu 6,2%. Há quem interprete estes números como sintoma de uma mudança positiva na agricultura, cruzando-os com o aumento da área média (superfície agrícola útil), da dimensão económica e da especialização das explorações.

De facto, há duas realidades diversas na agricultura. De um lado explorações intensivas em capital - 2,3% das explorações concentram mais de metade da superfície agrícola útil - com resultados económicos acima da média, a chamada “agricultura empresarializada”. Do outro lado, um extenso mosaico de médias, pequenas e muito pequenas explorações com grande dificuldade de acesso ao capital decisivo para investimento na modernização, rejuvenescimento, organização e melhoria dos resultados económicos, seja através do crédito ou dos apoios da Política Agrícola Comum (PAC).

A política agrícola do governo PSD/CDS tem levado ao abandono da atividade dos pequenos produtores, com consequências evidentes na capacidade de produção alimentar, no despovoamento dos territórios rurais, no agravamento dos problemas ambientais e no aumento dos incêndios. A importância social, territorial e económica desta pequena agricultura é demasiadamente grande para poder ser desvalorizada. Cerca de 96% das explorações são de produtores singulares. Destas, 77% estão abaixo dos cinco hectares; 97% estão abaixo dos 50 hectares.

Trata-se de uma imensa capacidade produtiva, essencial para o fornecimento de produtos alimentares de qualidade com elevada incorporação nacional, para substituir importações, melhorar o rendimento de milhares de famílias agrícolas, gerar sustentabilidade em territórios rurais e economias locais, promover coesão territorial.

O Bloco propõe medidas urgentes de apoio à agricultura familiar, essenciais para potenciar fatores de mudança que reorganizem e recuperem a produção agrícola com elevados compromissos ambientais e sociais.

## CAMINHOS

O objetivo é conseguir que o valor médio de produção das explorações agrícolas se aproxime dos valores médios da UE a 28 países, para o crescimento sustentável da produção. Em Portugal o Valor de Produção Padrão Total é de 17,1 mil euros por exploração, enquanto na UE28 é de 25 mil euros. Nos próximos quatro anos, as medidas propostas pelo Bloco apontam para um crescimento de 25% na dimensão económica das explorações, com o objetivo de alcançar o valor de 21,4 mil euros por exploração em 2019.

- **Adequada rede de escoamento dos produtos e estabelecer uma formação de preços mais justa**, com a criação de uma rede de comercialização para os produtos da agricultura familiar que integrará em cada região (NUT III) uma central de recolha/embalagem, para fornecer prioritariamente cantinas públicas e mercados regionais.
- **Regionalizar as ajudas do primeiro pilar da PAC** de forma a garantir uma repartição mais justa das ajudas pelos diversos tipos de agriculturas/ regiões, integrando os milhares de explorações do Centro e Norte no esforço de modernização.
- **Apoio à reconversão dos produtores de leite** cujas explorações percam viabilidade económica com o desaparecimento das quotas leiteiras;
- **Recuperar a Extensão Rural**, nomeadamente com a criação de redes de inovação setoriais e territoriais que tirem partido das TIC para partilhar conhecimento e informação entre produtores e entre estes e as entidades públicas e privadas com responsabilidades nas políticas agrícolas;
- **Programa específico para os Baldios** que reconheça e valorize o seu usufruto comunitário e que promova a sua adequada exploração e impacto no desenvolvimento económico e social das respetivas comunidades.
- **Medidas para controlar e regular a formação dos preços** dos produtos agrícolas ao longo

das cadeias de modo a garantir uma distribuição justa das mais-valias;

- **Fomentar a criação e o reconhecimento de Organizações de Produtores** de modo a incluir os pequenos produtores da agricultura familiar e os produtos reconhecidos com as categorias Indicação Geográfica Protegida, Denominação de Origem Protegida, Modo de Produção Biológico, que de uma maneira geral são produzidos em pequena escala.
- **Criação de um verdadeiro Banco de Terras**, como incentivo ao uso dos terrenos abandonados, rejeitando as medidas do Governo PSD/CDS que permitem o confisco das terras para atingir unicamente as pequenas explorações e visar a concentração capitalista da terra;

A política do Governo PSD/CDS-PP tem-se baseado na redução dos rendimentos dos pescadores. É disso exemplo a interdição da pesca à sardinha, acompanhada de declarações para que os pescadores se dediquem à pesca de outras espécies que na prática não tem valor comercial. Nesse sentido, são necessárias políticas que garantam a dignidade, a segurança e os rendimentos dos pescadores e a sustentabilidade dos recursos.

- **Dotar os organismos estatais competentes de meios humanos, técnicos e de equipamento** necessários para a monitorização, acompanhamento e valorização da pesca nacional.
- **Garantia da distribuição do valor ao longo da cadeia**, com rendimentos justos para os pescadores.
- **Criação de um “cabaz de peixe” para venda direta de pescado variado**, permitindo maiores rendimentos para os pequenos pescadores, a valorização e escoamento de algumas espécies com menos valor comercial e preços mais vantajosos para o consumidor.
- **Valorização e promoção de pescado nutricionalmente valioso**, mas comercialmente depreciado. Medidas para garantir o escoamento deste pescado.
- **Valorização da pequena pesca tradicional**, nomeadamente da arte-xávega, garantindo o aumento da potência dos motores destas embarcações como medida de segurança dos pescadores.
- **Reforçar a monitorização e intervenção na qualidade de água em zonas de marisqueio.** Acompanhamento desta atividade para garantir a distribuição de rendimentos e a sustentabilidade dos recursos.

#### 5.2.5. BEM-ESTAR ANIMAL

O Bloco de Esquerda defende políticas de promoção do bem-estar animal

- Os *microchips* de cães e gatos devem estar afetos a uma única base de dados, funcional e de fácil utilização, facilitando a devolução de animais perdidos ou a identificação e posterior punição do abandono animal;
- Campanhas de esterilização pública que abranja todos os animais adotados em canis e gatis municipais e o estabelecimento de protocolos de esterilização a outros animais de companhia.
- Medidas legislativas para o bem-estar animal no processo de produção;
- Definição de regras para apoios à produção que favoreçam métodos não-intensivos e biológicos, que mitiguem os efeitos negativos na poluição de cursos de água ou na emissão de gases de efeito de estufa;

- Fim da transmissão televisiva em canal aberto de espetáculos que envolvam sofrimento animal;
- Fim dos apoios públicos às touradas, com a criação de um programa de requalificação das praças de touros do país;
- Fim do uso de animais selvagens nos circos;
- Aumentar o investimento na substituição da experimentação animal por métodos não-animais;
- Estabelecer um prazo para acabar com os testes incluídos na categoria “sofrimento severo”;
- Estabelecer um objetivo para reduzir o número de animais utilizados em comparação com o número atual;
- Interditar os testes em animais para produtos de higiene doméstica a partir de 2018;
- Eliminar parte da criação de animais usados no ensino, através de protocolos com autarquias e clínicas veterinárias para a utilização de cadáveres de animais;
- Dignificação dos canis e gatis municipais, dotando-os de condições para melhores serviços e maior capacidade, e de novas metodologias de contacto com a população;
- Mecanismos de participação das associações de proteção dos animais na monitorização e intervenção nos canis e gatis municipais;



## **PARTE 2**

**propostas  
de recomendação  
de aderentes**

**ao projeto  
de programa  
eleitoral**

# 01. Proposta de Recomendação

## “Elevação dos padrões ambientais nas bacias hidrográficas internacionais - revisão da Convenção de Albufeira”

BRUNO GÓIS

Os rios são bens comuns internacionais. A sua integridade ecológica exige o estabelecimento e o cumprimento de caudais ecológicos e padrões de qualidade da água.

Portugal tem cinco bacias hidrográficas em comum com o Estado Espanhol: as bacias hidrográficas dos rios Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana. A necessidade inicialmente político-económica e posteriormente também a consciência e as exigências ambientais levaram à elaboração de tratados e convenções entre os dois Estados.

A Convenção de Albufeira (Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas) assinada entre Portugal e o Estado Espanhol em 1998, em vigor desde 2000, e entretanto revista pelo Segundo Protocolo Adicional Regime de Caudais à Convenção de Albufeira (2013), tem por objeto “a proteção das águas superficiais e subterrâneas e dos ecossistemas aquáticos e terrestres deles diretamente dependentes, e para o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos das bacias hidrográficas” comuns aos dois Estados. Tendo igualmente criado a Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção (CADC), cujo objetivo é a coordenação da gestão das águas dos rios comuns.

Desde o início da vigência da Convenção de Albufeira, e apesar desta, têm-se verificado situações preocupantes: como armazenamento irregular de águas nas barragens e variações de caudal diárias que comprometem a estabilidade ambiental, assoreamento do leito dos rios (ex. Tejo), episódios de degradação crítica da qualidade da água, e caudais que, nomeadamente no rio Tejo, são muito reduzidos e colocam em causa os ecossistemas. A mortandade de peixes e redução da sua biodiversidade é um sintoma deste flagelo.

A revisão dos caudais mínimos, apesar do segundo protocolo, persiste como uma necessidade. De igual modo é necessário que as agências competentes de ambos os Estados, em colaboração, assegurem o cumprimento de caudais mínimos e o abastecimento dos rios de tal forma que possa ser mantido equilíbrio ecológico dos rios internacionais. A monitorização dos caudais e da qualidade da água deverá seguir as melhores práticas internacionais.

## 02. Proposta de recomendação

BRUNO MAIA

As seguintes propostas de alteração dizem respeito ao ponto 3. do documento de trabalho, mais especificamente ao ponto 3.5. “Ultrapassar a crise do SNS: Desenvolver, modernizar e humanizar os serviços”

### **Proposta de alteração:**

No primeiro parágrafo do ponto, onde se lê “No seu horizonte está a entrega ao setor privado...” e até “no Ministério da Saúde é um passo nessa direção.” Proponho que se leia:

*No seu horizonte está a entrega ao setor privado de uma fatia importante da prestação de cuidados de saúde que inclui também os cuidados tecnicamente mais diferenciados e de mais difícil acesso, limitando-se o Estado a pagar esses serviços aos privados. O plano é claro: transformar a oferta de cuidados numa super ADSE, em que a maior parte dos prestadores – centros de saúde, hospitais,... - são privados, deixando para o que restar do SNS o assistencialismo aos mais pobres, nas piores condições técnicas possíveis e com os profissionais menos diferenciados. A recente inclusão da ADSE no Ministério da Saúde é um passo nessa direção”*

**Justificação:** O sector privado da saúde em Portugal, à semelhança dos restantes sectores económicos, é rentista. Vive das convenções e dos acordos com a ADSE e outros subsistemas financiados pelo Estado. Setenta por cento do orçamento do Hospital da Luz provém dos pagamentos diretos da ADSE e ao mesmo tempo que o SNS fecha serviços por todo o país, esta unidade privada expande-se em novos edifícios e novas ofertas de serviços. A CUF projeta já um novo 3º grande Hospital na área de Lisboa. Quando as listas de espera para cirurgia no sector público aumentam e se fecham salas de bloco operatório porque o Ministério dificulta a contratação de novos Anestésistas, estão projetadas 37 novas salas de bloco operatório no sector privado para 2016. Mas os privados continuam a necessitar que exista uma estrutura de SNS “mínima” para poderem continuar a “despejar” nos serviços públicos todos aqueles que não tendo ADSE, seguros privados ou não possam pagar, continuem a necessitar de cuidados, à semelhança do que já acontece frequentemente.

## 03. Proposta de recomendação

BRUNO MAIA

### **Proposta de alteração:**

Na página 21, no último parágrafo, onde se lê “Hoje há muitos serviços do SNS...” até “ter condições para formar especialistas” proponho que se leia:

*Hoje já muitos serviços do SNS perderam a capacidade formativa, ao mesmo tempo que serviços do privado começaram já a formar novas especialistas em diversas áreas.*

## 04. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

BRUNO MAIA

### Proposta de alteração:

Na página 23, ponto 19. 3º parágrafo, onde se lê “*Promoção de programas de redução de riscos,...*” proponho que se leia:

*Promoção de novos programas de redução de riscos e apoio mais consistente aos programas já existentes em curso por ONG’s,...*

**Justificação:** Não ofender quem já o faz, há algum tempo, e à custa de muito trabalho voluntário.

## 05. Proposta de recomendação

BRUNO MAIA

### Proposta de alteração:

Proponho a inclusão de um novo ponto nesta lista, situado entre o 13. e o 14.:

**Ponto novo. Retomar a exclusividade dos profissionais no SNS**, esquecida pelos novos Acordos Coletivos de Trabalho e que há vários anos está vedada aos novos profissionais contratados. A exclusividade deverá ser promovida com base na valorização salarial, impedindo a fuga de profissionais para o privado e desencorajando a acumulação de funções.

## 06. Proposta de recomendação

ALEX GOMES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, ELISABETE FIGUEIREDO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES

### Proposta de alteração:

Alterar o título do manifesto para «Vencer a ditadura da austeridade».

- **Justificação:** o título: Recuperar o que é nosso» é defensivo e transmite uma ideia voltada para o passado. O título proposto sintetiza melhor as várias dimensões do programa e coloca este texto como ele se deve apresentar: enquanto projecto alternativo à política dominante que se apresenta como modelo único que ultrapassa a capacidade de decisão democrática.

## 07. Proposta de recomendação

ALEX GOMES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, ELISABETE FIGUEIREDO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, LUÍS FILIPE PIRES, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, PAULO MARTINS, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES

### Proposta de alteração:

Cortar toda a referência à iniciativa pública de 30 de Maio no início do capítulo 1.2 começando o texto na expressão «a proposta do Bloco consiste».

- **Justificação:** a referência à iniciativa de dia 30 de Maio é descabida e datada de tal forma que pouco significará no futuro próximo. E ainda que esta parte seja uma síntese da apresentação realizada nesse dia, tal referência só serve como ruído.

## 08. Proposta de recomendação

ALEX GOMES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, ELISABETE FIGUEIREDO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, LUÍS FILIPE PIRES, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, PAULO MARTINS, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES

### Proposta de alteração:

Acrescentar à frase «Auditoria à dívida, para que sejam conhecidas e transparentes, para toda a cidadania, as suas origens e natureza» a parte seguinte «e para determinar a parte que seja ilegítima».

- **Justificação:** os conceitos de dívida ilegítima ou de dívida odiosa têm surgido no debate político de forma a contestar a hegemonia liberal no ponto fulcral que é a naturalização da dívida pública e a sua aceitação tácita por parte da opinião pública. É importante que o Bloco de Esquerda, nestas eleições, mais uma vez faça a discussão recuar até ao significado da dívida, não apenas investigando a sua origem mas tirando todas as implicações necessárias nos casos em que se verifique que a dívida é abusiva.

## 09. Proposta de recomendação

ALEX GOMES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, ELISABETE FIGUEIREDO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, LUÍS FILIPE PIRES, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, PAULO MARTINS, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES

**Proposta de alteração:**

Na frase em que se refere a «reorganização curricular que permita reduzir o número de disciplinas e a carga horária imposta aos alunos» cortar a expressão «número de disciplinas».

- **Justificação:** reduzir cargas horárias e reduzir número de disciplinas são duas coisas diferentes. E a proposta de reduzir o número de disciplinas, a ser feita, deveria indicar expressamente que disciplinas se pretende cortar, em que ciclo e com que justificação pedagógica e científica. Ou então, a proposta poderá ter um efeito contra-producente reforçando o ataque a disciplinas que têm a sua existência já ameaçada e que não serão necessariamente as menos importantes. Por outro lado, esta proposta não é clara no impacto que tem relativamente ao emprego docente.

## 10. Proposta de recomendação

ALEX GOMES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, LUÍS FILIPE PIRES, MARIA EMÍLIA GOMES, PAULO MARTINS, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES

**Proposta de alteração:**

Cortar a frase: «Imposição da paridade de 50% nas listas propostas às eleições legislativas e autárquicas».

- **Justificação:** apesar de todos/as partilharmos a consciência da necessidade de impor medidas de forma a reforçar a participação feminina na política, a democracia paritária absoluta e numericamente fechada implica uma limitação do número de listas a concorrer e coloca em causa candidaturas dos partidos mais pequenos. No caso das eleições autárquicas tal facto é ainda mais presente já que ao nível de freguesia a participação política é muitas vezes limitada.

E, aliás, se o Bloco defende esta questão enquanto princípio deveria ter assegurado a paridade a 50% nestas eleições e nas posteriores.

## 11. Proposta de recomendação

ALEX GOMES, CARLOS ERMIDA SANTOS, CARLOS CARUJO, ELISABETE FIGUEIREDO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, LUÍS FILIPE PIRES, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, PAULO MARTINS, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES

**Proposta de alteração:**

No final do ponto 1.1 acrescentar a seguinte frase: «O Bloco irá persistir em derrotar o TTIP, o tratado secreto com EUA que irá nivelar direitos por baixo, privatizar o que resta do Estado social e colocar a soberania dos Estados nas mãos de tribunais arbitrais privados a que as

multinacionais podem recorrer sempre que entenderem que há uma decisão política que as prejudica, abrirá portas para uma ainda maior flexibilização dos direitos laborais, aumentando a precariedade e facilitando mais despedimentos e para a liberalização dos alimentos transgénicos».

- **Justificação:** O TTIP deve ser uma prioridade do combate à esquerda hoje e não devera ficar ausente do debate destas legislativas.

## 12. Proposta de recomendação

CARLOS MATIAS

### Proposta de alteração:

Proponho a eliminação do sexto item do ponto 2.5.2 (Bem-estar animal) do Manifesto Eleitoral, em que é defendido o fim das touradas, com a criação de um programa de requalificação das praças de touros do país.

- **Justificação:** A tradição taurina faz parte da cultura de largas camadas populares, em todo o país e, muito em particular, no Ribatejo. O proibicionismo será absolutamente incompreendido e frontal e massivamente rejeitado. Terá, afinal, o efeito exactamente contrário ao pretendido, o de enfraquecer e reduzir o número de aficionados. Nas circunstâncias actuais, as restantes medidas propostas são suficientes e as mais adequadas à luta pela defesa do bem-estar animal.

## 13. Proposta de recomendação

JOSÉ CASIMIRO

### 2. Trabalho. Criar emprego e recuperar direitos (...)

O agravamento das condições de vida dos trabalhadores resultou também de medidas fiscais, como o aumento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e do IVA, e de cortes na proteção social, em particular nos dispositivos associados ao trabalho, como o subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego.

**17 mil milhões de euros foram-nos roubados** durante a intervenção da troika, 10 mil milhões euros na função pública e 7mil milhões de euros no privado<sup>1</sup>. A esta brutal transferência do trabalho para o capital, PS e PSD respondem com mais planos de austeridade e se nada for feito, teremos pela frente mais 20 anos de políticas austeritárias.

**A governação do PSD/CDS e da troika** destruiu quase meio milhão de empregos. Mais de 1 milhão e quatrocentos mil, em sentido lato, estão no desemprego. Um milhão e duzentos mil trabalhadores continuam com vínculo precário, sinónimo de insegurança e restrição de direitos fundamentais, com a utilização de contratos a termo em desrespeito pela lei, o uso abusivo de recibos verdes, o trabalho encapotado em regime de prestação de serviços, as bolsas de investigação ou estágios profissionais e o trabalho temporário sem observância de regras.

As sucessivas desregulamentações da legislação laboral têm vindo progressivamente a indi-

vidualizar as relações de trabalho, a flexibilizar e a liberalizar os despedimentos e a promover a desregulamentação do horário de trabalho, numa deliberada tentativa de impor em Portugal um modelo de desenvolvimento baseado na precariedade, nos salários baixos e baixos custos de trabalho.

Para a grande maioria dos portugueses, (...)

### **Caminhos**

(...)

Além destas medidas imediatas, o Bloco de Esquerda propõe também uma reforma do Código do Trabalho que, no quadro constitucional, intervenha sobre as relações laborais, promova o emprego e devolva a quem trabalha a consideração devida. Essa reforma da lei laboral incluirá:

13) **C ombate ao despedimento arbitrário**, ajustando o regime de extinção do posto de trabalho, em especial no despedimento por motivos alheios ao trabalhador; **Reposição do conceito de justa causa no despedimento e dos níveis das indemnizações por despedimento anteriormente à lei 23/2012.**

### **3.6 Segurança Social**

#### **Diagnóstico: 4 anos de terrorismo social**

(...)

#### **Caminhos: Defender a segurança social pública**

(...) A contribuição das empresas para a segurança social é feita através da Taxa Social Única que incide apenas sobre os salários. Um esforço concentrado apenas sobre salários, tendo em conta a evolução tecnológica a que assistimos, restringe a capacidade de financiamento da segurança social e isenta do esforço solidário boa parte da riqueza do país.

O Bloco de Esquerda promoverá um estudo sobre a criação de uma contribuição das empresas de mão-de-obra não intensiva, sobre o VAB para financiamento do sistema público de segurança social, criando um sistema misto ou de substituição a partir de determinado volume de negócios da TSU.

(...) **O Bloco de Esquerda propõe a diversificação das fontes de financiamento, nomeadamente através da criação de uma pequena taxa sobre o Valor Acrescentado das grandes empresas para financiamento solidário da segurança social e de reforço do Fundo de Estabilização da Segurança Social (FESS)**

(...) O Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social é alimentado principalmente com excedentes do regime contributivo, ter acumulado no período anterior à crise 11.600 milhões €, o correspondente a 12,8 meses de despesas com pensões prova que o sistema de Segurança Social e, nomeadamente, o regime contributivo não é insustentável como pretendem fazer crer os seus detractores.

É a crise económica e financeira associada a uma política de austeridade fortemente recessiva que tem agravado as desigualdades e a miséria, a qual empurrou ainda mais o País para a recessão económica e está a por em causa a sustentabilidade da Segurança Social, e de todas as funções sociais do Estado e, também, do próprio Estado.

É fundamental reforçar o FESS repondo os 2-4% da contribuição dos trabalhadores; Criar um **Contributo de solidariedade** de mais 1 a 5% entre 1500€ e 5mil € para reforço do Fundo.

## 2. Repor apoios sociais, recuperar pensões, defender a segurança social pública

No ataque à Segurança Social pública tem sido utilizado o argumento de que o peso das pensões em Portugal, em relação à percentagem do PIB, é superior à média dos países da U.E.

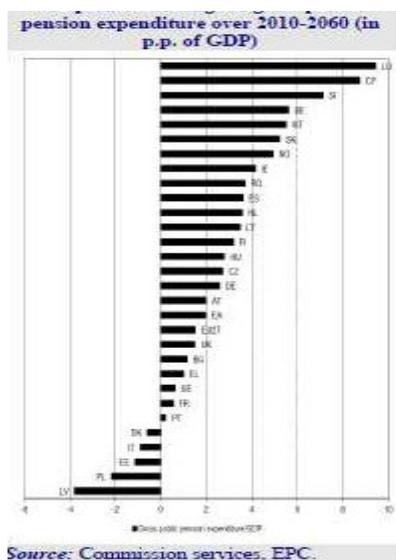
No entanto, o “peso” de todas as prestações sociais, que inclui as pensões, é inferior à média europeia, e é este o dado que interessa analisar pois o que se paga a mais com pensões paga-se a menos de outras prestações.

Os dados do Eurostat revelam que a despesa com as prestações sociais (não apenas pensões) em Portugal continua a ser inferior à média dos países da U.E. quer em valor quer em percentagem do PIB.

Assim, em 2011 a despesa com prestações sociais em Portugal correspondia a 26,5% do PIB quando a média na U.E-28 era de 29% do PIB; e, em euros por habitante, era na UE-28 de 6.666 € e, em Portugal, apenas de 3.890€ por habitante, ou seja, correspondia a 58% da média dos países da União Europeia.

Outro dos ataques à Segurança Social, é de que o envelhecimento da população e, consequentemente, a redução do número de ativos por pensionista determinaria que o sistema não fosse sustentável. Em primeiro lugar, apesar do rápido envelhecimento da população, Portugal é o país da U.E. onde o aumento da despesa com pensões até 2060 crescerá menos segundo o “*The 2012 Ageing Report*” da Comissão Europeia.

### O gráfico 1, copiado do “*Report*”, mostra isso.



### **Aumento da despesa com pensões em Portugal é apenas de 0,2% do PIB entre 2010-2060**

Defender quem trabalhou: A idade legal da **reforma aos 65 anos**, como regra geral e a **reforma aos 40 anos de descontos** efectivos, para os trabalhadores que tenham começado a trabalhar antes dos 16 anos.

Defender uma **nova fórmula de calculo** que dignifique quem trabalha tanto nos anos trabalhados, como na “esperança de vida”, como na dignificação da taxa de substituição da pensão.

Recuperar o nível de vida dos pensionistas, **promover a convergência das pensões mais baixas com SMN.**

## **14. Proposta de recomendação**

LUÍS FILIPE PIRES

1. Alterar título principal para **“Futuro com Emprego e Dignidade”**

2. Alterar a frase: “A escolha da esquerda é a reconstrução económica e social do país, com políticas de emprego, redistribuição da riqueza e de recusa de novos sacrifícios impostos em nome do euro.”

Para:

“A escolha da esquerda é a reconstrução económica e social do país em bases ecossustentáveis com políticas de emprego, redistribuição da riqueza , recusando a chantagem da dívida e a imposição de sacrifícios em nome do euro”.

**(os restantes pontos da proposta foram retirados a pedido do seu proponente)**

## **15. Proposta de recomendação**

MARIA DA LUZ ALVES LEONOR

Ponto 2. Trabalho: criar emprego e recuperar direitos

Entendo que deveríamos acrescentar, no nosso manifesto eleitoral sobre o trabalho, além de criar emprego e recuperar direitos, uma referência à dignificação do trabalho assalariado.

Nenhum ser humano se sente verdadeiramente motivado se é tratado como uma máquina, sendo despojado da satisfação que decorre da execução de um trabalho com sentido.

Todo o ser humano tem necessidade de saber a relevância do trabalho que executa e deve por isso:

- ter direito a toda a informação, partilha de conhecimentos, estado financeiro, situação real da empresa, objetivos, estratégias.
- as empresas devem “abrir os livros” para que os trabalhadores tenham acesso a todos os dados importantes sobre a empresa e relatórios de contas, fornecendo instrumentos que ensinam a decifrá-los e compreendê-los.

## 16. Proposta de recomendação

MARIA LUÍSA CABRAL, RUI TÁVORA

### **DEFENDER A SEGURANÇA SOCIAL. IMPEDIR O SAQUE AO POTE**

1. O programa de austeridade que se abateu sobre os portugueses não poupou ninguém mas tem sido particularmente duro no caso concreto dos Reformados se tivermos em conta que são um grupo fragilizado pela idade, pelo isolamento e pela doença;
2. O grupo social designado como Reformados não é um grupo homogéneo, reflectindo apenas as diferenças que existiam quando essas pessoas estavam no activo. Por isso, a dureza das medidas e as dificuldades daí resultantes não atingem todos os Reformados da mesma maneira. Mas comum a todos os Reformados é a expectativa de vida que tinham em função da reforma planeada. Assim, é urgente repor as pensões, acabar com o congelamento existente, repor as tabelas de retenção e das taxas/escalões do IRS;
3. No processo de resolução do problema social em que descambou a austeridade imposta pelo governo, devemos aproveitá-lo como uma oportunidade para introduzir medidas que corrijam as situações de pobreza mais gritantes. Para conseguir isto, urge introduzir a convergência do rendimento dos reformados e pensionistas, inferior ao salário mínimo, para um valor equivalente a este através de vários mecanismos de protecção social;
4. Por outro lado, o problema dos Reformados não se resolve apenas apaziguando a situação actual. Essa é uma parte do problema. O problema dos Reformados prolonga-se para o futuro obrigando a projectar medidas para o médio e longo prazos. Esta planificação envolve todos os trabalhadores portugueses, reflecte uma verdadeira solidariedade inter geracional e compromete o Estado, governo após governo, à definição de uma política que permita criar um sistema sustentável acima e para lá das oscilações políticas e financeiras de cada momento. Baixar as contribuições da TSU como pretende o Partido Socialista revela uma grande gula hoje para uma indigestão garantida amanhã;
5. Ou seja, o problema das reformas tem de ser resolvido a dois tempos: para o presente, repondo o que brutalmente foi retirado aos Reformados e, para o futuro, criando as estruturas e os meios que assegurem a execução de um sistema estável e sustentável. Os Reformados não se batem pela resolução de um problema circunstancial; os Reformados também se batem por uma estratégia que defenda os direitos dos portugueses hoje no activo;
6. Os Reformados têm uma presença cada vez mais central na nossa vida colectiva. Seria um erro e uma atitude intolerável considerá-los como uma massa acrílica ou passiva. Não basta, pois, resolver a questão da reposição das reformas. É indispensável trazer os Reformados para os níveis de decisão nos quais são directamente definidas as políticas que os afectam. Não é mais aceitável que os Reformados não tenham uma palavra a dizer sobre a vida que é deles e que os sucessivos governos ajam como se os Reformados tivessem perdido o discernimento, a vontade ou a voz;
7. Ninguém pode ficar indiferente aos enormes saques praticados por sucessivos governos aos fundos da Segurança Social tendo em vista objectivos diferentes daqueles a que se destinam as contribuições para a Segurança Social. É tempo de lembrar que uma contribui-

ção é uma contribuição, um imposto é um imposto. Ainda nesta legislatura, o ex Ministro Vítor Gaspar foi ao pote do Fundo de Reserva da Segurança Social sacar 90% do seu total para entregar aos agiotas seus amigos do FMI um dote apreciável a garantir o seu ingresso naquela organização;

8. Num contexto em que o Partido Socialista programa a diminuição dos montantes das contribuições para a Segurança Social, provocando uma asfixia financeira que coloca em causa a existência duma Segurança Social pública e abrindo as portas a um sistema privado operado pelas seguradoras, impõe-se agir em defesa da Segurança Social como parte insubstituível de um Estado Democrático e Social.

Assim, propomos que o Bloco de Esquerda defenda no seu programa eleitoral **a criação de um Conselho de Fiscalização da Segurança Social onde estejam representados os Reformados e os trabalhadores no activo** com amplos poderes em matéria de decisão financeira de forma a impedir a saída ou a aplicação indevida de dinheiros como até hoje tem acontecido.

Os Reformados seriam representados por elementos escolhidos a partir das associações suas representativas, enquanto os trabalhadores no activo seriam representados por elementos escolhidos nas centrais sindicais constituindo juntos um Conselho de Fiscalização da Segurança Social **onde cada membro teria direito de veto** em decisões sobre despesas da Segurança Social além das referentes a pensões do sistema contributivo, subsídios de desemprego, subsídios de doença e de maternidade e funcionamento dos próprios serviços da Segurança Social.

## 17. Proposta de recomendação

NUNO CASIMIRO

Plano de recuperação do caminho de ferro em Portugal: recuperação das linhas abandonadas, propondo um plano ferroviário que contribua à coesão do território e desenvolvimento económico das regiões (ex: ligação rápida Porto-Vigo, reformulação de horários e linhas nas áreas metropolitanas que permitam assumir o comboio como verdadeira alternativa ao transporte individual, ligações entre litoral e interior, etc.)

- Plano de recuperação dos centros urbanos: conjunto de políticas e apoios à regeneração urbana que assentem na revitalização dos centros urbanos (em particular, dos centros históricos) combatendo a gentrificação;
- Apoio à diáspora portuguesa: revitalização da rede de embaixadas, consulados e do Instituto Camões como centros de apoio à imensa comunidade de portugueses emigrados e como motores de promoção da economia e cultura portuguesas.

## 18. Proposta de recomendação

NUNO FREITAS

Camaradas:

Como é sabido de todos/as, o governo PSD/CDS tentou por todas as formas denegrir a ima-

gem dos/as profissionais da função pública/professores/as junto da opinião pública, o que diga-se em abono da verdade que o conseguiu e bem.

Não estando satisfeitos com essa malvadez criou um mecanismo que não é/foi mais que um mecanismo encapotado de despedimento para os/as mesmos/as, “a rescisão amigável”.

Ora criando um clima insustentável para todos/as que estão em funções levou alguns (poucos) milhares a “aceitarem” a dita rescisão e a abandonarem a profissão ao fim de algumas décadas de denodado esforço, empenho e profissionalismo.

Penso que com a alteração do novo quadro parlamentar, após as eleições legislativas que o programa eleitoral deveria contemplar já e propor que:

- Todos os que rescindiriam deveriam ser contemplados com subsídio de desemprego;
- Os que quisessem poderiam entrar novamente nas suas funções;
- Os que tivessem mais de 60 anos e 30 ou mais anos de serviço seriam aposentados, se o quisessem.

Acreditando que é uma medida justa e de justiça e que ela estará contemplada nas vossas/nossas preocupações e mesmo se ainda houvesse tempo ser discutida e proposta esta alteração na atual legislatura seria ótimo.

## 19. Proposta de recomendação

PAULO MENDES, LÚCIA ARRUDA

SUBSCRITA POR COMISSÃO COORDENADORA REGIONAL DO BLOCO/AÇORES

### 6. AUTONOMIA E REGIÕES: APERFEIÇOAR A AUTONOMIA E ESTIMULAR A ECONOMIA

#### 6.1. PELO APROFUNDAMENTO DAS AUTONOMIAS NAS REGIÕES AUTÓNOMAS

A Autonomia na Região Autónoma dos Açores não é e não pode ser uma realidade jurídico-política acabada, pelo que o seu aprofundamento deverá passar essencialmente por alterações que consagrem maiores poderes de gestão aos órgãos de governo próprio da Região sobre o seu património natural, bem como, alterações que potenciem a mudança do paradigma de desenvolvimento sócio económica e cultural em benefício de toda a sua população.

##### 6.1.1. OS ACORDOS BILATERAIS INTERNACIONAIS

O reconhecimento da Autonomia dos Açores, por parte da República, terá, forçosamente, de ser mais consequente. Não basta à Região Autónoma dos Açores ter um papel meramente consultivo, ou inclusive, de cenário para uma exploração desenfreada das suas riquezas subaquáticas e posição geoestratégica, por parte de multinacionais, dos interesses militares belicistas de uma qualquer potência estrangeira ou aliança ao serviço de interesses imperialistas. Reconhecer a legitimidade de uma intervenção, dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores, com competências mais abrangentes, em Acordos Internacionais que digam respeito aos Açores é uma reivindicação que se impõe no plano nacional. Urge a definição jurídico-política da gestão partilhada do mar entre os órgãos da Região Autónoma dos Açores e Assembleia e Governo da República, e da intervenção e competências da RAA nas relações respeitantes aos Acordos internacionais.

É fundamental que se reconheçam competências ativas à Região Autónoma dos Açores na participação em Acordos Bilaterais internacionais que lhes digam respeito, o que não se compagina com negócios extremamente lucrativos para grandes multinacionais, mas extremamente ruinosos para o país e para a Região Autónoma dos Açores e com servilismos, em prol de interesses alheios que só têm servido para atrasar o desenvolvimento económico da Região Autónoma dos Açores.

#### 6.1.2. LEI DE FINANÇAS REGIONAIS

As transferências do Orçamento de Estado para a Região Autónoma dos Açores têm sofrido reduções, resultado da última alteração à Lei das Finanças Regionais, quando, simultaneamente, a República desinveste nos serviços públicos que são da sua competência. É necessário alterar a Lei de Finanças Regionais repondo os valores pré austeridade da troika nas transferências para o Orçamento Regional e redução do diferencial da carga fiscal.

#### CAMINHOS

- Aplicação da Lei das Finanças Regionais de 2010.
- Aprofundar o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, no sentido de a dotar de um papel mais ativo e de lhe atribuir poder vinculativo nas questões nacionais que lhe digam respeito, assim como nos Acordos Internacionais.
- Denúncia do Acordo de Cooperação e Defesa entre os EUA e Portugal e conseqüente imposição de uma moratória aos EUA para que abandonem a base das Lajes, libertando-a de quaisquer constrangimentos que impeçam o seu aproveitamento, valorizável pela sua posição geoestratégica, em prol da revitalização da economia regional e da ilha Terceira, assente no desenvolvimento de iniciativas prospetivas para viabilização económica, com fins pacíficos, das infraestruturas da base das Lajes.
- Iniciativas diplomáticas para garantir que a Administração norte-americana compense os trabalhadores que venham a ser dispensados através de indemnizações majoradas e que se responsabilize pela limpeza da pegada ecológica resultante da sua presença militar na base das Lajes.

#### 6.2 INVESTIGAR O MAR E DEFENDER A BIODIVERSIDADE

No contexto da formação superior e investigação, o BE considera estratégica a investigação sobre o mar e sua biodiversidade. O recente interesse pela exploração das riquezas dos fundos marinhos obriga a que Portugal se posicione estrategicamente na defesa do seu património do Mar. Assim deverá ser criado, com o apoio de políticas públicas apropriadas e fundos públicos nacionais e europeus, um Centro de Investigação Internacional das Ciências do Mar e das Alterações Climáticas, que se enquadre no percurso de investigação que o Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) da Universidade dos Açores, na cidade da Horta. Este centro, estratégico na defesa dos recursos do mar, permite também a Portugal reforçar o seu empenho na defesa da plataforma continental portuguesa. A investigação desenvolvida no polo da Horta da Universidade dos Açores, permite torná-lo no embrião natural deste centro internacional de investigação.

#### CAMINHOS

- Criação de um centro internacional de investigação do Mar e das Alterações Climáticas sediado na ilha do Faial, que possa contribuir para a investigação sobre a exploração do mar e dos fundos marinhos, de forma sustentável, e assim garantir o papel do país na defesa da plataforma continental portuguesa.
- Valorizar o papel do Mar como fonte de riqueza pela sua biodiversidade, recursos biológicos e minerais, garantindo a proteção necessária para os seus ecossistemas marinhos e preservando a sua riqueza para as gerações vindouras, evitando que empresas multinacionais delapidem os recursos do fundo do mar do país.

### 6.3 A FORMAÇÃO SUPERIOR NA DEFESA DA AUTONOMIA

As Universidades das Regiões Autónomas têm desempenhado, desde a sua criação, um papel fundamental na formação de quadros e, dessa forma, no desenvolvimento da economia da região. Elas são um dos pilares para o desenvolvimento regional, promovendo a utilização dos recursos endógenos, potenciando o desenvolvimento sustentável das regiões e, em simultâneo, fomentando o debate democrático sobre os percursos alternativos para esse desenvolvimento. Ambas as instituições, que têm percursos diferentes, contribuem, de forma significativa, para a projecção além-mar das regiões autónomas. O BE entende que estas instituições são estratégicas e indispensáveis para o desenvolvimento das Regiões Autónomas. Em particular, os Açores, que segundo uma estratégia de desenvolvimento harmonioso regional, tem sediados três pólos da Universidade em três ilhas diferentes. Esta estratégia de disseminação da massa crítica pelo arquipélago, contribui decisivamente para um equilíbrio no desenvolvimento regional.

#### CAMINHOS

- Garantir o apoio às Universidades das regiões autónomas, reconhecendo o seu papel como promotoras do conhecimento em regiões ultraperiféricas.
- Garantir o apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores, reconhecendo que este modelo de implementação na Região Autónoma dos Açores promove o desenvolvimento equilibrado da Região.

### 6.4. AS REGIÕES SÃO PARTE QUE INTEGRAM O TODO NACIONAL

As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, são parte de um todo nacional. As suas idiossincrasias são também uma fonte de riqueza para o país. Assim, as opções políticas quer nacionais quer europeias, que têm impacto no continente, também se repercutem em ambas as regiões mas, em muitos casos, com matizes e intensidades diferentes. O BE está atento às necessidades de diálogo e reivindicação das Regiões Autónomas, como forma a garantir o bem-estar do povo que nelas habitam, para assim, garantir que os/as açorianos/as a viver no continente, ou em trabalho, usufruam dos mesmos direitos de acesso ao Serviço Nacional de Saúde, assim como a prestação de cuidados de saúde, de qualquer ordem, mas que não possam ser prestados na Região, quer por razões técnicas, quer por outras razões, possam ser acedidos no continente.

A extinção das quotas leiteiras e conseqüente liberalização do setor leiteiro começa a ter impacto significativo na atividade agropecuária do país e, sobretudo, na Região Autónoma dos Açores, repercutindo-se no preço do leite ao produtor.

O desinvestimento nos centros regionais da RTP remeteu o serviço público de rádio e televisão dos Açores e da Madeira para uma existência mínima e, por vezes, para uma existência meramente simbólica. Urge pois, acabar com o atual modelo de serviço público menorizado de TV e substituí-lo por um modelo de cobertura amplo e mais próximo da realidade das nove ilhas do arquipélago.

A segurança pública é uma obrigação do Estado, pelo que dever-se-á garantir o financiamento que assegure a operacionalidade das forças de segurança (PSP) na Região Autónoma dos Açores.

A solução para a sobrelotação e ausência de condições no estabelecimento prisional de Ponta Delgada não deve passar pela transferência dos reclusos para o mega-estabelecimento prisional de Angra do Heroísmo, numa lógica completamente afastada da realidade insular e arquipelágica que por razões economicistas, centralizará, se a atual lógica não for contrariada, a população prisional da Região numa única ilha, com prejuízo para o futuro dos reclusos e suas famílias.

#### CAMINHOS

- Clarificação da integração do Serviço Regional de Saúde no Serviço Nacional de Saúde.
- Garantir o apoio aos agricultores pelo fim das quotas leiteiras reconhecendo a sua importância para garantir a sustentabilidade, a curto prazo, da economia açoriana.
- Monitorização do preço do leite e medidas de apoio, em articulação entre a Região, a República e instâncias europeias, para evitar a falência de muitas explorações e defender aquele que é o setor económico mais importante da economia da Região Autónoma dos Açores.
- Reforço do investimento na RTP e RDP Açores, por forma a dotar o centro regional com meios técnicos e humanos e de instalações adequadas para cumprir o serviço público de rádio e TV.
- Garantir o financiamento que assegure a operacionalidade das forças de segurança na Região Autónoma dos Açores, assim como o pagamento do subsídio de insularidade aos seus operacionais.
- Construção de um novo estabelecimento prisional em Ponta Delgada, para fazer face à sobrelotação e falta de condições das atuais instalações.

## 20. Proposta de recomendação

PAULO RODRIGUES

Por não poder estar presente dia 21 de junho, sou forçado a usar o e-mail. Acho que já vai sendo tempo de defendermos o desinvestimento em combustíveis fósseis (Gaz, carvão e petróleo). Se olharmos às alterações climáticas que em Portugal se têm manifestado através de fenómenos extremos.

Já não é possível ignorar que caminhamos a largos passos para o desastre global. É urgente diminuir as emissões de dióxido de carbono que nos matêm no efeito de estufa, aquecendo o clima e colocando-nos a passo acelerado para a temperatura subir 2º, sendo depois a situação irremediável.

## 21. Proposta de recomendação

ALEXANDRA RICARDO, CARLOS MATIAS, CARMO BICA,  
FERNANDO OLIVEIRA, PEDRO SOARES, RICARDO VICENTE

(propostas de alteração a negrito)

### 5.2.4. AGRICULTURA E PESCAS

Nos últimos cinco anos encerraram 40800 explorações agrícolas, o número de produtores singulares diminuiu 15% e a área de terras aráveis decresceu 6,2%. Há quem interprete estes números como sintoma de uma mudança positiva na agricultura, cruzando-os com o aumento da área média (superfície agrícola útil), da dimensão económica e da especialização das explorações.

De facto, há duas realidades diversas na agricultura. De um lado explorações intensivas em capital - 2,3% das explorações concentram mais de metade da superfície agrícola útil - com resultados económicos acima da média, a chamada "agricultura empresarializada". Do outro lado, um extenso mosaico de médias, pequenas e muito pequenas explorações com grande dificuldade de acesso ao capital decisivo para investimento na modernização, rejuvenescimento, organização e melhoria dos resultados económicos, seja através do crédito ou dos apoios da Política Agrícola Comum (PAC).

A política agrícola do governo PSD/CDS tem levado ao abandono da atividade dos pequenos produtores, com consequências evidentes na capacidade de produção alimentar, no despovoamento dos territórios rurais, no agravamento dos problemas ambientais e no aumento dos incêndios. A importância social, territorial e económica desta pequena agricultura é demasiadamente grande para poder ser desvalorizada. Cerca de 96% das explorações são de produtores singulares. Destas, 77% estão abaixo dos cinco hectares; 97% estão abaixo dos 50 hectares.

Trata-se de uma imensa capacidade produtiva, essencial para o fornecimento de produtos alimentares de qualidade com elevada incorporação nacional, para substituir importações, melhorar o rendimento de milhares de famílias agrícolas, gerar sustentabilidade em territórios rurais e economias locais, promover coesão territorial.

**Atualmente os pequenos e médios agricultores dificilmente conseguem constituir Organizações de Produtores (OP). A sua criação exige a aglomeração de centenas de agricultores para alcançar os valores mínimos de produção comercializada exigidos, estando por isso dependentes de membros de grande dimensão que concentram a maioria dos direitos de voto e capitais sociais das OP, impossibilitando a democratização destas estruturas e absorvendo a quase totalidade das vantagens geradas pela constituição das OP. Este cenário agravou-se bastante com a saída da Portaria 169/2015, de 4 de Junho.**

O Bloco propõe medidas urgentes de apoio à agricultura familiar, essenciais para potenciar fatores de mudança que reorganizem e recuperem a produção agrícola com elevados compromissos ambientais e sociais.

### CAMINHOS

O objetivo é conseguir que o valor médio de produção das explorações agrícolas se aproxime dos valores médios da UE a 28 países, para o crescimento sustentável da produção. Em Portugal o Valor de Produção Padrão Total é de 17,1 mil euros por exploração, enquanto na UE28

é de 25 mil euros. Nos próximos quatro anos, as medidas propostas pelo Bloco apontam para um crescimento de 25% na dimensão económica das explorações, com o objetivo de alcançar o valor de 21,4 mil euros por exploração em 2019.

- Adequada rede de escoamento dos produtos e estabelecer uma formação de preços mais justa, com a criação de uma rede de comercialização para os produtos da agricultura familiar que integrará em cada região (NUT III) uma central de recolha/embalagem, para fornecer prioritariamente cantinas públicas e mercados regionais.
- Regionalizar as ajudas do primeiro pilar da PAC de forma a garantir uma repartição mais justa das ajudas pelos diversos tipos de agriculturas/ regiões, integrando os milhares de explorações do Centro e Norte no esforço de modernização.
- Apoio à reconversão dos produtores de leite cujas explorações percam viabilidade económica com o desaparecimento das quotas leiteiras;
- Recuperar a Extensão Rural, nomeadamente com a criação de redes de inovação setoriais e territoriais que tirem partido das TIC para partilhar conhecimento e informação entre produtores e entre estes e as entidades públicas e privadas com responsabilidades nas políticas agrícolas;
- Programa específico para os Baldios que reconheça e valorize o seu usufruto comunitário e que promova a sua adequada exploração e impacto no desenvolvimento económico e social das respetivas comunidades.
- Medidas para controlar e regular a formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das cadeias de modo a garantir uma distribuição justa das mais-valias;
- **Fomentar a criação e o reconhecimento de Organizações de Produtores com dimensionamento adequado às condições concretas de cada sector e de cada região, possibilitando a constituição e a agregação dos pequenos e médios agricultores, que representam o tipo de agricultura dominante em Portugal. É necessário ainda impor regras estatutárias que permitam a democratização das OP, impossibilitando a hegemonia dos membros de maior dimensão. Para tal é necessário revogar a Portaria 169/2015, de 4 de Junho.**
- Criação de um verdadeiro Banco de Terras, como incentivo ao uso dos terrenos abandonados, rejeitando as medidas do Governo PSD/CDS que permitem o confisco das terras para atingir unicamente as pequenas explorações e visar a concentração capitalista da terra;
- **Criação de um banco público de sementes de variedades regionais.**
- **Concretizar um plano de apoio e desenvolvimento das ZIF, como instrumento de gestão coletiva da floresta. Aumento do número de equipas de sapadores florestais com atribuição de meios adequados para o respetivo funcionamento. No plano nacional de combate aos incêndios florestais a componente da prevenção deve ter um financiamento superior à do ataque direto. Revogação da lei 96/2013 da "liberalização da eucaliptização".**

## 22. Proposta de recomendação

ROBERTO ALMADA

### Romper com a Austeridade, Resgatar a Autonomia

O Programa de Ajustamento Económico-Financeiro da Região Autónoma da Madeira (PAEF) lançou um duplo programa de austeridade sobre os madeirenses e suspendeu muitas das conquistas autonómicas conquistadas desde a Revolução. Desde logo, os madeirenses foram impedidos de manter os impostos 30% mais baixos do que no restante território nacional, como forma de compensar os custos da insularidade, o que fez com que os madeirenses tivessem o maior aumento de impostos do país.

Com o fim do PAEF não podem persistir as medidas de austeridade. Temos que recuperar o diferencial de impostos eliminado pelo memorando regional, baixando os impostos sobre o consumo e sobre o trabalho como forma de reanimar a economia e criar emprego.

Com cerca de 30% do orçamento da região a ir directamente para o serviço da dívida a partir de 2016, necessitamos de garantir folga orçamental na região para o investimento público e serviços públicos essenciais. Precisamos de uma renegociação da dívida da Madeira, alargando prazos e baixando juros da mesma, mas temos que garantir a solidariedade nacional no sentido de cancelar uma parte desta dívida, na parte em que o Estado português é principal credor. Só assim poderemos salvar a Autonomia, garantir serviços públicos essenciais - A Escola Pública, a Saúde acessível, transportes públicos e energia pública.

Propostas:

1. Criação de condições para a recuperação do diferencial de impostos de 30% consagrado no Estatuto Político-Administrativo da Região, medida essencial para a recuperação económica da Região.
2. Manutenção de um regime fiscal mais favorável para empresas que criem postos de trabalho efectivos na Região, paguem impostos e criem riqueza na Madeira.
3. Rejeição de regimes fiscais que possibilitem a fuga aos impostos e retirem recursos à região.
4. Manutenção da Zona Franca Industrial e Registo Internacional de Navios e tomada de medidas de combate à criminalidade na Praça Financeira;
5. Proceder, junto dos credores, a um cancelamento de parte significativa da dívida e à reestruturação da mesma, estendendo o prazo, diminuindo os juros e indexando a amortização da dívida ao crescimento do PIB na Região.
6. Apoio do Estado para garantir a construção do novo hospital da Madeira, candidatando-o a projecto de interesse comum.

## 23. Proposta de recomendação

VICTOR PINTO, FERNANDO LACERDA, ROSA CRUZ, CÁTIA OLIVEIRA, SÁ LUZ, ANTÓNIO NETO, DANIEL ARAÚJO, SÍLVIA AGRA, CARLOS CARVALHO, NUNO CASIMIRO, JOAQUIM ARAÚJO, ANA PAULA CANOTILHO, HÉLDER MOREIRA, AMÉRICO CAMPOS

### REFERENDO SOBRE A REGIONALIZAÇÃO

Considerando que a Constituição da República Portuguesa, no ponto 1 do artigo 236º institui as regiões administrativas como órgãos de Poder Local, e no artigo 256º institui as condições em concreto de criação das regiões administrativas;

Considerando necessário, à luz dos desenvolvimentos políticos e sociais dos últimos anos, que os cidadãos eleitores se pronunciem sobre o processo de institucionalização das regiões administrativas;

Os subscritores abaixo vêm solicitar ao Bloco de Esquerda que proponha no seu Manifesto Eleitoral para as Eleições Legislativas de 2015 um REFERENDO NACIONAL sobre a Regionalização a ser executado durante a próxima Legislatura.

## 24. Proposta de recomendação

LÍDIA FERNANDES, ALEX GOMES, JOSÉ GUERRA, LUÍS FILIPE PIRES

**Proposta de alteração:** Ponto 1.2.

Onde se lê:

*Acesso ao subsídio social de desemprego a todas as pessoas em situação de desemprego e sem rendimentos, medida sujeita a condição de recursos;*

passa-se a ler:

*Acesso ao subsídio social de desemprego a todas as pessoas em situação de desemprego;*

## 25. Proposta de recomendação

CARLOS ERMIDA SANTOS, ELISABETE FIGUEIREDO, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, MAMADOU BA, PAULO MARTINS, SAMUEL CARDOSO

Proposta alternativa para o título do manifesto: "Desbloquear a Esperança!"

1. **Europa.** Universalizar a dignidade!
2. **Trabalho.** 35 horas, pleno emprego e 600 euros já!
3. **Estado Social.** Motor de desenvolvimento
4. **Justiça e Igualdade.** Razões da democracia
5. **Bens comuns.** Essência da integração social

Mudança do nome do 1º capítulo: "Europa. Universalizar a dignidade!"

**justificação:**

É urgente universalizar a dignidade na Europa. As elites capitalistas transformaram a ideia de Europa num pérfido renascimento das dominações-explorações centro-periferia de base armamentista de outrora. Agora a comunidade, transformada em união, explora, sob a capa do consentimento construído e imposto sobre os povos pelas elites nacionais, as hierarquizações parasitárias das rendas quase eternas e privatizações limpas de custos, de história e do suor de cada povo. A Europa é outro sonho, a Europa é respeito, a Europa é outra responsabilidade. A Europa é comunidade, reduzi-la a união é quotidianizar a morte na fome do desempregado grego, na maca de hospital do idoso português, nas praias de Schengen do emigrante extenuado. A união é já a guerra, nunca será a paz, nunca será Europa. Desobedecer é para quem obedece, quem diz "sim, já a seguir!" a Merkel, é urgente, isso sim, universalizar a dignidade na Europa. É urgente desbloquear a Europa em cada rua!

Mudança do nome do 2º capítulo: "Trabalho. 35 horas, pleno emprego e 600€, já!"

**justificação**

São urgentes, o pleno emprego, as 35 horas e 600€, já. O poço da miséria é sempre mais fundo que o sítio onde nos vão enterrando. A decisão é entre esperar que nos afundem mais ou procurar a esperança numa refundação económica e social do país (1.1 - 7º parágrafo). Nenhuma esquerda pode estar à espera, seja da Grécia, seja da desgraça, seja da esperança de outros. A revolta é o caminho, não podemos nunca ficar na simples defesa da democracia (1.1 - 4º parágrafo). Nenhuma esquerda pode vogar a paisagem enganadora da instabilidade, ela é sempre também uma paisagem que mascara a estabilidade conformadora. A democracia é um reduto apenas quando a dignidade é um predicado universal, a normalidade pede sempre a sua transformação, apenas em casos limite a sua defesa (1.3 - 1º parágrafo).

Mudança do nome do 5º capítulo: "Bens comuns. Essência da integração social"

**justificação**

injustificado pela falta de tempo execrável deste processo

alterações avulsas:

- protelar no tempo os custos e a dívida é obedecer, aceitar que parte da dívida não é odiosa, é essencial e incontornável um haircut (1.2 - 3º parágrafo)
- o património móvel e financeiro também deve ser tributado com um imposto nacional sobre bens financeiros e móveis a partir de um determinado montante (INFIMO) (1.2 - 4º parágrafo)
- ninguém deve ter rendimentos mensais inferiores ao salário mínimo nacional (1.2 - 6º parágrafo).
- o parágrafo sobre horários dos estabelecimentos de ensino é uma subjugação a esquemas de pensamento que não são progressistas: a escola não deve servir de almofada social aos pais - os pais devem ter condições para viverem com os seus filhos para lá das horas de trabalho e de mobilidade. Não devemos permitir que a escola seja um apoio à exploração económica, até porque tudo o que está neste ponto atrás é contraditório com esta medida (3.2 - 13º parágrafo).
- a função da escola é construir um mínimo universal de competências em todos os alunos não pode ser o de selecionar e abandonar sucessivamente os que tem social ou pessoalmente menos condições para atingir esse mínimo, a expressão "sem perda de exigência" (3.2 - 17º parágrafo) deixa um flanco enorme aberto para deixarmos para trás muitos e muitas, como tal deve sair do parágrafo por se inconsistente com o restante.

- no parágrafo 5 de 3.3 deve acrescentar-se “ao trabalho não pago” a seguir a “...recorrem” e antes de “ao trabalho precário”, por ser uma realidade quotidiana também no Ensino Universitário.
- no parágrafo 10 de 3.3 deve substituir-se “esteja abaixo do limiar de pobreza” por seja inferior ao salário médio nacional”, devido a considerar ser um limite demasiado baixo e que deixa muita gente de fora.
- o parágrafo 12 de 3.3 . deve reformular-se para reivindicar que o orçamento de ciência e investigação deve ser ao nível dos países que mais investem na Europa em ciência e investigação, como forma de recolocar a ciência do país como efectivo motor de desenvolvimento social e aproximação aos níveis médios de desenvolvimento europeus.
- o ponto 10 dos caminhos de 3.4 deve ter a seguinte reformulação “10. Televisão ao serviço da informação e da cultura, com reforço das obrigações de serviço público dos operadores privados de televisão, novo enquadramento da RTP como parceiro mediático da cultura em Portugal (cada produção a nível nacional que tenha apoio público deve ter como consequência um ou mais produtos mediáticos produzidos pela RTP e que usem este canal para criação e recuperação de públicos) e reforço e democratização da oferta da TDT (devem existir canais de TDT abertos à participação da comunidade e replicarem-se todos os canais do SPT na TDT).”
- na secção “um balanço negro” do ponto 3.5 - SNS deve acrescentar-se o seguinte ponto, pelo que importou de degradação da saúde no interior do país: “- a reorganização discricionária e dogmática dos hospitais e o seu reagrupamento em centros hospitalares que limitou e afastou as populações ainda mais da saúde e desintegrou localmente a prestação dos cuidados de saúde.”



## **PARTE 3**

# **artigos de opinião de aderentes**

# RICARDO SALGADO NÃO É DESEMPREGADO NEM POBRE

LÍDIA FERNANDES, ALEX GOMES, JOSÉ GUERRA, LUÍS FILIPE PIRES

No últimos tempos gerou-se uma inversão de prioridades de justiça social. Ao mesmo tempo que o Estado deixou de procurar garantir que os mais ricos paguem uma parte importante do seu financiamento e deu benesses à banca e fundos especulativos, foi lançada uma verdadeira cruzada sobretudo contra quem necessita do Estado Social para ter o mínimo de condições de vida.

Uma das medidas de combate à “fraude prestacional” foi a obrigatoriedade de apresentação semestral do cumprimento das condições de recursos, ou seja, o conjunto de condições que o agregado familiar deve reunir para poder ter acesso a prestações sociais do regime não contributivo.

A condição de recursos verifica-se avaliando o valor do património móvel do agregado e todos os seus “rendimentos”, incluindo aqui tanto salários ou rendimento de trabalho independente como qualquer tipo pensões e subsídios sociais (com exceções) e, até mesmo, apoio na forma de habitação social (cujo valor é calculado em função do diferencial entre valor técnico e valor da renda apoiada).

Além disso, ao contrário do conceito adotado para efeitos fiscais, no agregado são contabilizadas todas as pessoas que vivam numa mesma casa, com algum tipo de vínculo familiar (até 3º grau) e aplicada um fórmula na qual apenas o/a requerente é contabilizada como 1 pessoa: adultos são contabilizados como 0,7; crianças como 0,5.

Ex: num agregado familiar com três adultos e uma criança, o cálculo do RSI corresponderá a 409,73€ e desse valor será retirado o rendimento mensal da família. Se o “rendimento” (que inclui tudo, até mesmo habitação social) for igual a 300€, o montante da prestação será igual a 109,7€.

Imaginemos o mesmo agregado familiar mas num caso de pobreza relativa. Se dois dos adultos recebessem o correspondente ao SMN, vivendo numa casa de habitação social (valendo para estes efeitos 46,36€) outro adulto, estando desempregado, não poderia ter acesso ao subsídio social de desemprego visto que o rendimento *per capita* aqui considerado (364,3€) é superior à condição de recursos (335,38€). A lógica da condicionalidade em nada contribui para combater a pobreza, apenas contribui para perpetuá-la e estigmatizar quem está nessa situação, que tem de provar até à exaustão que vive na miséria para aceder a proteção social, habitação, apoio escolar e até mesmo acesso à saúde.

Será que isto tem alguma coisa de justiça social? Será que o país está pejado de gente rica que se faz passar por pobre? Devemos continuar a aceitar a perseguição aos pobres através da prova de “condição de recursos”? Ou não será que esta ideia do combate à “fraude prestacional” faz desviar a atenção do combate que realmente interessa?

Tomemos como exemplo caricatural a hipótese de Ricardo Salgado pedir o RSI. Ricardo Salgado não é desempregado, nem tampouco pobre. É um *bankster*, uma atividade que ocupa muito tempo de trabalho (nada produtivo mas socialmente lesivo), rende muito dinheiro e desvia avultados recursos públicos.

A expropriação de recursos pelas elites económicas deve ser o centro do combate pela justiça económica. O resto são favas.

Na verdade, se Ricardo Salgado devolvesse o imenso bolo rei que nos deve, não seria uma fava (na forma de RSI e porque não, de RBI) que nos faria grande diferença.

# PROPOSTAS DO BLOCO DE ESQUERDA PARA A POLÍTICA FLORESTAL

ALEXANDRA RICARDO

Portugal possui uma das maiores proporções de áreas florestadas da Europa (35.8 %), considerando que mais de 3.1 milhões de hectares do território estão sob coberto florestal.

O sector florestal é um setor da maior importância para Portugal, sendo dos poucos cuja atividade promove os três grandes pilares da sustentabilidade: económico, social e ambiental.

É um sector da economia que gera cerca de 100 mil empregos directos, ou seja, cerca de 4% do emprego nacional, como também cerca de 10% das exportações de bens e 2% do valor acrescentado bruto. A actividade associada ao sector é muito importante em zonas mais desfavorecidas, especialmente do interior, contribuindo para a fixação das populações nesses territórios. A floresta contribui de forma positiva para um vasto conjunto de serviços de ecossistema, especialmente para a mitigação das alterações climáticas, para a melhoria da qualidade da água, na conservação dos solos, habitats e da biodiversidade, entre outros.

E porque a floresta é muito mais do que incêndios e destruição, o Bloco de Esquerda tem que ser capaz de dar resposta política a uma área tão estruturante e estrutural para o desenvolvimento sustentável do nosso País.

## PROGRAMA DE MEDIDAS PARA AS LEGISLATIVAS

- Sendo que 50% dos espaços florestais estão situados em zonas sem cadastro, é necessário reforçar os meios financeiros e técnicos para realização do cadastro florestal, para uma melhor gestão da nossa área florestal e para uma boa regulação do ordenamento do território;
- Revogação do Decreto-Lei nº 96/2013, a chamada Lei do Eucalipto Livre, cuja implementação permite a liberalização da plantação de espécies exóticas em mais 80% das propriedades florestais do país;
- Promover formas de gestão agrupadas, profissional e certificadas, não só para tornar o sector mais competitivo, como também reduzir os riscos bióticos e abióticos;
- Criação de mecanismos de internalização dos serviços ambientais produzidos pelos espaços florestais;
- Alterar o balanço dos investimentos «supressão» vs «prevenção», aumentando o investimento na prevenção, com transferência progressiva das verbas alocadas ao combate para um programa nacional de prevenção, que inclua a gestão estratégica de combustível, bem como um reforço de verbas para a investigação científica. Podendo a mesma ideia ser aplicada aos riscos bióticos;
- É necessário um reforço dos serviços florestais regionais através da dotação de meios financeiros e técnicos, bem como a criação do posto de Guarda Florestal, incorporados nos serviços florestais, à semelhança do que se passa na Região Autónoma dos Açores, garantindo assim a valorização e utilização racional dos recursos florestais nacionais;
- Lutar por uma maior transparência na atribuição de dinheiros públicos —, através da publicitação dos financiamentos públicos.

## A ECONOMIA, OS RESTOS E A ESPERANÇA

ALBERTINA PENA, ALEX GOMES, CARLOS CARUJO, CARLOS ERMIDA SANTOS, CLARA ALEXANDRE, ELISABETE FIGUEIREDO, ERNESTO FERRAZ, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, JOSÉ LUÍS CARVALHO, JOSÉ VIANA, JOSEPH LARBAC, LUÍS FILIPE PIRES, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, NUNO MONIZ, PAULO MARTINS, PEDRO SANTOS COSTA, RICARDO SÁ FERREIRA, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES, TOMÁS NUNES

Tempo de debate do programa eleitoral para as legislativas é tempo para, mais do que fazer uma colecção de medidas anteriormente defendidas no Parlamento, olhar para a frente e pensar prioridades políticas a médio prazo. Daí que o carácter mais ou menos participativo do processo não seja um detalhe de somenos importância e diga muito sobre quem somos e com quem queremos fazer política. E daí também que seja necessário escapar às tentações do cálculo eleitoral defensivo e do afunilamento na economia.

Vivendo a devastação austeritária e a ditadura dos «mercados», empenhando-nos na construção dessa aliança anti-austeridade clara e alargada que teima em não vingar, estaremos a cada passo confrontados/as com a tentação de reduzir o discurso ao combate à austeridade secundarizando o resto como se de ruído se tratasse face à mensagem urgente. Só que o resto não são distrações. O resto são vidas. E está no DNA do Bloco não minorizar estas questões, não fazer falsos exercícios de hierarquização de prioridades ou deixar lutas para depois, fechando-se.

É tempo portanto para reafirmar o óbvio. Nesta campanha eleitoral as margens são centrais: os assassinatos de migrantes no Mediterrâneo pela política europeia de fronteiras e a islamofobia, a transfobia e todas as outras discriminações, os nacionalismos em ascensão, o feminismo, os direitos dos animais, o interior do país, a solidariedade intergeracional, a qualidade ambiental e alimentar, o antimilitarismo e o combate à violência policial entre tantas outras causas...

E se temos a perfeita consciência que em muitos destes combates entramos a perder face ao centrão, também sabemos que será o reducionismo economicista que mais nos fará perder, sobretudo perdermos de nós. E, para além das questões de princípio, empobrecer o discurso para ganhar é, já agora, uma ilusão estratégica básica que desiste do combate contra-hegemónico.

É, portanto, preciso que as dificuldades sérias com que nos confrontamos não nos façam partir para o confronto a medo e de forma calculista. O desafio é romper e não aceitar o jogo da pequena políticazinha responsável e mediaticamente amansada em que nos vão querer encerrar. Para o fazer o imaginário de «reconstruir o país» não basta, até porque não contribui para a mobilização necessária.

Aqui ao nosso lado quando se fala em eleições tem-se colocado a questão incisiva: qual a última vez votaste com esperança? Nas próximas eleições joga-se também a capacidade de respondermos a esta pergunta. Cabe ao Bloco de Esquerda nada menos do que o papel de reinventar a esperança. E só não deixando cair os restos é que esse horizonte de esperança será mais tangível.

## RECONSTRUÇÃO DA PRODUÇÃO

CARLOS ERMIDA SANTOS, ALBERTINA PENA, CLARA ALEXANDRE, ELISABETE FIGUEIREDO, IRINA CASTRO, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, LUIS FILIPE PIRES, MAMADOU BA, NUNO MONIZ, SOFIA GOMES, TOMÁS NUNES

O sistema financeiro impôs nas últimas duas décadas e meia a substituição da produção pela iniciativa empreendedora. Isto traduziu-se numa primeira fase, na destruição de tecido económico nomeadamente a metalurgia, as pescas, a agricultura e o têxtil, afetando principalmente os países que mais dependentes eram destes sectores na economia no qual se inclui Portugal.

Este ataque foi cirúrgico dado que tal foi feito com recurso a incentivos comunitários provenientes da União Europeia. Portugal foi dos países que foi melhor aluno desta cartilha, com o governo cavaquista a abrir a total e completa rutura económica cujas ondas sísmicas se propagam ainda hoje.

A maior parte das fábricas são hoje vestígios arqueológicos ao abandono, visíveis em inúmeros centros e periferias urbanas.

Fase seguinte: veio a propagar-se a ideia da pequena iniciativa privada, romantizada em filmes sobre magnatas tecnológicos de Silicon Valley, fundadores de janelas e maçãs, devido aos enormes lucros auferidos por estas.

Ora nem são esses lucros obtidos com a melhor das condutas éticas comerciais, laborais ou sequer morais, nem tão pouco existe o conhecimento tecnológico em Portugal a esses níveis: em parte pela restrição ao ensino superior público com a introdução das propinas e pela asfixia da Investigação, noutra pelo diferente paradigma de mercado existente (um mercado voltado para os sectores de Produção destruídos).

A realidade é esta: não vão ser as pipocas as nossas maçãs, pois de pipocas o país não precisa: o filme é de terror mas é um filme bem real.

Convenhamos: criadores de pochetes e pranchas de surf e palestrantes com PowerPoints motivacionais e apeladores ao empreendedorismo (a cobra a comer a própria cauda), pode fazer algumas pessoas felizes (sigam os vossos sonhos e batam punho para que aconteçam) mas não vai criar riqueza real para o país ou bem geral.

Não é o marketing social a solução, é sim a criação de um plano e uma rede de Produção que permita empregar as pessoas e rentabilizar os ativos naturais do país, e aí sim: inovar, tendo em conta que agora existe um conhecimento mais alargado para que sejam não só rentáveis como também sustentáveis – para o ambiente, para as populações, para a relação com o exterior de Portugal – enfrentando o futuro e os seus desafios para que ao invés do último século não haja uma regressão à exploração e bestialização do ser humano mas sim uma evolução transformativa e positiva.

Tal só pode ser feito pelo Estado, canalizando os recursos estratégicos deste para criar polos de produção distribuídos pelo país, não esquecendo o sempre esquecido Interior. O financiamento necessário a tais medidas deve ser obtido através de uma taxa especial das empresas do PSI-20 (já que dizem querer contribuir para o desenvolvimento do país) e da nacionalização da banca privada bem como das empresas previamente públicas e entretanto dadas a amigos que dizem bater punho mas só o darem para ser beijado.

## COMBATER A CRISE E O PRODUTIVISMO

CARLOS GAIVOTO E RUI CURADO

O discurso e a prática política dominante, baseadas numa austeridade, numa TINA (*There Is No Alternative*) thatcheriana, têm empurrado as sociedades europeias para uma filosofia de alta produtividade, baseada na mão-de-obra barata e intensiva e na exploração de recursos naturais, insustentável a longo prazo. Neste caldo de cultura, o PIB é apresentado como o indicador supremo desacoplado de todos os outros indicadores de bem-estar, de conhecimento e de condições de trabalho como o GPI (*Genuine Progress Indicator*), indicador este que é menos que lixo para as agências de rating.

As alterações climáticas e a escassez progressiva dos combustíveis fósseis irão impor mais tarde ou mais cedo limitações dramáticas ao consumo energético, à produção industrial, à atividade pecuária, à agricultura e aos transportes. A conjugação das crises económica e ambiental requer uma resposta conjunta e não uma resposta em que a componente económica ignora a limitação de recursos e a componente ambiental ignora a filosofia e as pressões políticas do sistema financeiro capitalista dominante. Ao produtivismo e ao crescimento perpétuo das economias é preciso contrapor alternativas de planeamento económico como o crescimento zero e o eco-socialismo (M. Löwy), ou ainda uma solução que combine estas propostas.

Durante a atual crise as medidas de investimento deverão ser canalizadas preferencialmente para setores estratégicos que combatam simultaneamente as crises económica, social e territorial/ambiental, como o investimento numa revolução nos transportes colectivos que permita o acesso generalizado ao transporte público e o aumento de volume de transporte de mercadorias por ferrovia e por mar, meios menos emissores de gases de efeito de estufa e que diminuam o endividamento externo diminuindo a importação de energia. Numa altura de crise, faz todo o sentido apostar na generalização transporte público (e limitação do transporte individual), uma opção mais barata para as populações que sofrem com a crise e simultaneamente menos poluente que o transporte individual. O investimento na reabilitação do território contra a dispersão urbana (histórica, energética, funcional e social), fomentando a transição ecológica de vida dentro das cidades onde a cidadania, ecologia, democracia terão também um papel importante para ajudar as populações a ultrapassar a crise. O investimento na investigação e instalação de energias renováveis, é também um tipo de investimento com potencial para gerar emprego e empresas cujo impacto é positivo simultaneamente na economia e nos ecossistemas. O atual sistema de rendas tem desvirtuado e ocultado o impacto positivo destas soluções e tem bloqueado novos investimentos. A potência de energias renováveis deve ser ampliada e deve ser feito numa filosofia de claro serviço público.

## PORTUGAL NA EUROPA DA UNIÃO EUROPEIA (UE) E DA ÁREA EURO (AE)

ERNESTO V. S. FIGUEIREDO

Portugal, no seu atual espaço territorial, resultado marcial obtido de conquistas nos Séculos XII e XIII, tanto quanto as mais recentes configurações de países saídos do pós-2<sup>a</sup> GG, ocupa uma posição (*ranking*) entre os parceiros europeus membros de pleno direito, em uma categoria de países correspondente a uma extensão territorial que traduz a concatenação dos territórios dos estados membros fundadores, Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, a que se juntaram, sucessivamente, a Dinamarca, a Irlanda, a Inglaterra, a Grécia, a Espanha, Portugal, a Alemanha de Leste, a Áustria, a Finlândia e a Suécia, constituindo a designada Europa dos 15 (UE15), que se demarca da UE28 ou de outras construções, p. ex., UE25, UE28 ou outras.

Observe-se que a Grécia, a Irlanda e Portugal, com problemas económicos e financeiros de alguma forma semelhantes, a que se juntam a Espanha, a Itália e a França, para citar dos mais conhecidos, procuram no seio da EU e, em particular, no seio da Área do Euro a 19 (AE19), que é o espaço da UE com a moeda comum euro já adotada, estabelecer relações de negociação tendentes a colmatar brechas e crises graves originadas pelo crescimento da EU e da AE como comunidades de estados membros, ao longo das últimas décadas. Observe-se que será no seio da EU e da AE que os estados membros devem discutir e fazer-se ouvir, sob a ética democrática reinante, a fim de corrigirem as falhas não reparadas. A EU15 é suposto representar a Europa mais desenvolvida, a que se seguiram mais alargamentos, primeiro, de 10 de uma assentada, em 2004, e, depois, mais 3, terminando com 28 estados membros em 2013.

É facto assente que a UE, em 2004, deu um passo mais longo do que as suas pernas permitiam e, daí, muitos dos problemas que entretanto surgiram e permanecem à espera de solução. Muitos dos objetivos inicialmente colocados nos sucessivos tratados enformadores da trajetória da EU já foram implementados e, hoje, é possível em retrospectiva avaliar que alguns vieram para perdurar, enquanto outros têm que ser reajustados. A paz na Europa é um deles que foi mantida de facto e a instituição organizativa regional europeia (dos seus povos), primeiramente, triunfante nos anos das décadas de 60, 70 e 80, teve uma quebra (em parte, originada por um ataque neoliberal da alta finança desregulada e selvática, guinando em crise profunda do capital(ismo) financeiro internacional), mas pressente-se e adivinha-se o seu retorno com a estratificação territorial como modalidade assumida da luta de classes, por vezes levada a efeito em alianças inter classistas e desafiando o “velho” estado nação todo poderoso e centralizado, em favorecimento das relações internacionais (económicas, políticas e culturais) estabelecidas entre as regiões construídas num mundo globalizado, sem fronteiras físicas protetoras, como eram dantes. Os estados nação (absolutos, girondinos, jacobinos, napoleónicos, pombalistas ou soberanos) têm os dias contados e, em seu lugar, surgem as novas construções regionais dos povos.

## BENS COMUNS; A RECONSTRUÇÃO PRODUTIVA E AMBIENTAL DO PAÍS

ERNESTO V. S. FIGUEIREDO

Sob o título em epígrafe, que nos parece bastante abstrato, mas interpretável, deixamos o nosso contributo nos termos que seguem. Sendo o Estado atual (de governo neoliberal) um estado exíguo (pobre entre os mais pobres) no que concerne a bens comuns (ou espaços públicos), territoriais e empresariais, não se percebe porquê o frémito exibido de privatizações (com suas consequências), seja de espaços sociais públicos (matas, florestas, museus, cineteatros e outros edifícios), seja de empresas antes pertencentes ao domínio público (GALP, EDP, CTT; ANA, TAP, etc.).

Se o Estado, ao invés, detivesse em sua posse parte considerável do território nacional (espaço social público ou bem comum, como sejam as matas reais, florestas, museus, cineteatros e outros edifícios) ou, então, fosse donatário de uma parcela considerável do setor empresarial julgado estratégico para o desenvolvimento do País (agroflorestal, industrial ou comercial), o que não acontece em nenhum dos casos, faria sentido pleno considerar-se o Estado como parceiro e agente, não apenas baseado no seu estatuto (dito “inerente”) do “quero posso e mando”, antes, também, capaz de servir na interlocução participativa sobre a regulamentação do setor da economia privada.

Ora, quando o Estado possui apenas cerca de 4% do território nacional, não possui (porque vendeu quase todas ou nunca possuiu) empresas do setor empresarial (e pouco controle exerce sob as empresas privadas que facilmente escapam ao fisco), é lícito perguntar-se: para que serve o estado atual, senão para cobrar impostos, executar deficits orçamentais e contrair adicionais dívidas soberanas? Que moralidade tem tal estado para articular o ordenamento da propriedade privada, p. ex., das florestas, da agricultura, dos parques industriais, do comércio oficial e dos seus serviços? O Estado que vigora, só através da imposição e da dominação pode governar, dado que não tem estatuto moral nem competência que superem as insuficiências congénitas.

Sendo a pátria (ou a mátria) de cada cidadão constituída e construída, essencialmente, pela identificação regional e, muito menos, pelas outras identidades, a saber, europeia, nacional, municipal ou local, freguesa (urbana ou rural) e lugareja (rural) ou bairrista (urbana), dado que o estatuto de pai ou de mãe é mais baseado no conceito de proximidade (e de espaço social) do que no direito por laços de sangue e, sendo esta identificação negada pelo Estado ultra centralizado na cidade nação que é Lisboa, torna-se claro que este Estado de que falamos, não organizará nem patrocinará a organização de qualquer alteração ambiental do País. Tal empreendimento está fora dos seus antípodas.

Sabemos que esta responsabilidade política, que outros estados com seus governos eleitos não enjeitaram e, por isso, ficaram mais desenvolvidos, está em Portugal acometida quase só ao setor do mercado de capitais financeiros. É, nas palavras do nosso PM, exclusivamente destes capitais que o País necessita!

# DEMOCRACIA; TRANSPARÊNCIA, DIREITOS E JUSTIÇA

ERNESTO V. S. FIGUEIREDO

Sob a égide do BE, que o mesmo é dizer, plasmado no seu programa político, tendo em vista as próximas eleições legislativas e a participação (a diversos níveis) na governança da coisa pública, entendemos que o tema da Reforma Administrativa do Estado (“Revolução Democrática”) deve figurar como uma prioridade entre outras prioridades, para não dizer que constitui o objetivo político de maior alcance (inclusive, a alteração da Constituição) e de forte mobilização da vontade popular.

As conceção e construção de um Novo Estado (democrático, de direito), ancorado na trajetória de descentralização do poder central para as regiões identitárias e configuradas, territorialmente, por níveis de desenvolvimento acumulado, deve constituir, sem dúvida, o objetivo maior da ação política levada a efeito pelo BE, nos horizontes temporais que já se pressentem. Trata-se de organizar o País em moldes republicanos, de regime parlamentar (representativo da soberania popular e não da soberania do estado nação) e com o poder judicial reformulado em bases de maior eficiência, nomeadamente, quanto ao seu Mapa Judicial, que poderia ser integrado nas regiões.

Trata-se de instituir uma governança, descentralizada (regionalmente) e localizada (municipalmente), evitando o estado centralizado e antidemocrático, arrastando para a base societária (das classes maioritárias trabalhadoras mais humildes) as práticas participativas e os preceitos da ética democrática, i.e., a cooperação e a competitividade. Trata-se de reformular e equipar a Administração Pública e a gestão territorial com autarquias (dotadas de fortes autonomias) em seis regiões do Continente, a saber, Douro-Minho, Trás-os-Montes e Beira Interior, Beira Litoral, Estremadura, Alentejo e Algarve.

Trata-se de consolidar o Estado Social que já existe, de reabilitar a agricultura em bases sustentáveis, nomeadamente, através de transvasar água doce do Douro-Minho (onde é oferecida em demasia) para o Alentejo (onde faz imensa falta) e de recuperar produções, espécies e raças autóctones, e de construir novo parque industrial, capaz de fixar populações trabalhadoras. O comércio e os serviços no setor das exportações ganharão crescimento e estabilidade, quando a procura e a organização internas, ab initio, forem minimamente ordenadas e não inversamente.

O direito de cada português a todas as identidades de cidadania, mormente a regional que foi cirurgicamente apagada da mente dos povos continentais pelos liberais revolucionários do século XIX (através da instituição distrital, hoje Comunidades Inter Municipais, vulgo CIM), a fim de segurar o império e as colónias, quando o importante era o estado nação e não as pátrias (regionais ou provinciais) dos povos seus constituintes, deve ser assegurado, enaltecido e sublimado, sendo certo que os danos de tal omissão constituíram já uma inevitabilidade irreversível. A pátria dos cidadãos reside muito mais nas regiões identitárias, situadas no mesmo espaço social muito mais próximo, do que no estado nação (frequentemente soberano e absoluto) muito mais afastado e distante.

## SÃO AS PESSOAS PÁ!

ALBERTINA PENA, ALEX GOMES, ANA JÚLIA FILIPE, CARLOS CARUJO, CLARA ALEXANDRE, MAMADOU BA, MARIA EMILIA GOMES, LUÍS FILIPE PIRES, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, JOSÉ LUÍS CARVALHO, JOSÉ VIANA, JOSEPH LARBAC, PAULO MARTINS, PEDRO SANTOS COSTA, PEDRO RODRIGUES, RICARDO SÁ FERREIRA, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, TOMÁS NUNES

A política é feita por pessoas e para as pessoas. A da esquerda que interessa é feita para mudar as vidas e os mundos. Só pode ser feita para isso!

No Bloco sabemos bem que só a política feita assim vale a pena, que os caminhos se fazem caminhando e que são tão fundamentais quanto os destinos que almejamos. Os futuros que imaginamos, as lutas que travamos, as convicções que nos fazem agir, são em última instância, momentos de participação e cumplicidade, de discussão e decisão coletivas, de conquistar opiniões, de juntar forças.

Sabemos tudo isso, mas nos dias que correm parece que nos vamos esquecendo do essencial.

Esquecemo-lo sempre que a lógica da comunicação prevalece sobre a lógica da democracia e da participação. Quando o debate sobre o que vai ser o nosso programa eleitoral para as próximas eleições legislativas, é simultâneo com a sua apresentação pública. Quando o tempo para a discussão, o envolvimento de pessoas de fora do Bloco, a discussão serena e profunda dos caminhos que devemos trilhar, é o mesmo do frenesim mediático onde achamos que temos de concorrer.

No atual processo de discussão sobre o programa eleitoral com que nos apresentaremos às próximas legislativas, as pessoas eleitas pela Moção R, propuseram que a preparação da Conferência Nacional fosse feita em reuniões abertas em cada distrito. Batemo-nos também pela possibilidade de contributos on-line para quem assim quisesse contribuir, a partir de dentro ou de fora do Bloco, como aliás, já foi feito no passado. Em sua vez tivemos uma apresentação pública do programa do Bloco na área económica. Sessão bonita com 15 segundos de telejornal, mas sem espaço para outra intervenção do público para além das palmas.

A Conferência Nacional que irá deliberar sobre as recomendações que fará à Mesa Nacional será o culminar de um processo de debate que não aconteceu fora do círculo estreito da direção executiva do Bloco. E de forma inútil, votará as recomendações que podem e as que não podem ser recomendadas.

Esquecemos as pessoas também quando definimos as listas com que vamos concorrer às eleições a partir de um acordo entre as duas principais moções que saíram da última convenção. Esquecemos as pessoas que sempre fizeram do Bloco e das suas listas um espaço de alianças e de juntar forças, esquecemos as pessoas que votaram na última convenção para órgãos com a competência de dirigir e até de decidir as listas. Esquecemos de ouvir e considerar as pessoas que queremos façam a campanha de forma intensa, esquecemos as pessoas que esperam das listas do Bloco bem mais do que um divisão de lugares entre as duas moções maioritárias. Esquecemos que uma campanha eleitoral não serve só para afirmar “lideranças” ou sequer só para somar votos. Tem de servir para organizar cumplicidades, resistências, pessoas comprometidas com projetos políticos, pessoas...

Esquecer que as pessoas são o centro da política e que só com elas o Bloco vale a pena, é provavelmente o nosso maior erro.

## PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

ALBERTINA PENA, CARLOS CARUJO, CARLOS ERMIDA SANTOS, CLARA ALEXANDRA, ELISABETE FIGUEIREDO, ERNESTO FERRAZ, IRINA CASTRO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, LUÍS FILIPE PIRES, MAMADU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, NUNO MONIZ, PAULO MARTINS, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES, TOMÁS NUNES

*“O Estado obriga-se a realizar uma política Nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efetiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos ou tutores”*

(Número 2 do Artigo 71 da Constituição da Republica Portuguesa)

Dos grandes obstáculos que as pessoas portadoras de deficiência se confrontam no dia-a-dia, são inaccessibilidades do meio físico e da informação, o acesso ao ensino, ao trabalho e a grande discriminação de que são alvos, da sociedade em geral e do Estado em particular.

Devido a alterações ao longo destes últimos 30 anos na Tabela Nacional de Incapacidade Permanente, o mesmo grau de incapacidade tem vindo a perder direitos adquiridos.

É de importância extrema a simplificação e desburocratização da concessão de ajudas técnicas e o OE deve contemplar as verbas que assegurem ajudas a todos os tipos de deficiências.

As creches e os infantários devem ter condições de acolhimento de crianças portadoras de deficiência para que estas se integrem e se desenvolvam física e psicologicamente.

A Segurança Social e a Comissão de Apoio às crianças devem ter o máximo de atenção em relação a crianças e jovens portadores de deficiência, evitando assim que passem a vida enclausuradas, pela família ou tutores, devendo estes casos ser denunciados e levados à justiça como crime.

Em todos os graus de ensino, deve haver equipas multidisciplinares, que acompanhem e apoiem a evolução das crianças e jovens portadores de deficiência. Deve haver uma formação contínua não só dos professores do ensino especial, como dos professores do ensino regular e dos auxiliares, para terem um melhor conhecimento sobre como lidar no dia-a-dia com estas crianças e jovens, e mais facilmente aperceberem-se de possíveis casos de discriminação negativa e mesmo de buling.

Um maior controle sobre concursos públicos de admissão de pessoal, no cumprimento integral do Decreto-Lei 29/2001 de 3 de Fevereiro, que estipula as quotas para as pessoas portadoras de deficiência, na Administração Pública e Local. Denunciando os casos em que no mesmo ano se abre 2/3 concursos para o preenchimento dos mesmos lugares, exp: em vez de se abrir um concurso para admissão de 4 funcionários, abre-se 2 concursos com apenas 2 lugares em cada.

Regulamentação do nº 1 do artº 26, da Lei 38/2004 de 18/8. Que estabelece a quota de emprego no sector privado. Os apoios financeiros devem ser iguais ao ordenado mínimo e não ao indexante dos apoios sociais.

Reposição dos incentivos do Dec. Lei 290/2009 de 12/10, relativo à criação do emprego por conta própria. Reforma e pensões aos portadores de deficiência permanente de 60% ou mais, igual no mínimo ao ordenado mínimo nacional, independentemente dos anos de descontos ou sem descontos.

## PARA O CASO DE ISTO CORRER MAL

ALBERTINA PENA, CARLOS ERMIDA SANTOS, CLARA ALEXANDRE, ELISABETE FIGUEIREDO, ERNESTO FERRAZ, IRINA CASTRO, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, JOSÉ LUÍS CARVALHO, LUIS FILIPE PIRES, MAMADOU BA, NUNO MONIZ, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES, TOMÁS NUNES

Uma das propostas fundamentais do BE para um Governo de Esquerda consiste na negociação com os credores do Estado Português de um processo de negociação para uma reestruturação profunda da dívida.

Propomos uma negociação multilateral através de uma Conferência Europeia da Dívida para reestruturar as dívidas dos países do sul ou uma negociação bilateral, com Portugal.

Mas uma negociação tem pelo menos duas partes e pode acontecer que os credores, em particular os credores institucionais, o Eurogrupo, o BCE e o FMI não queiram negociar, ou persistam nas chamadas “reformas estruturais” (cortes nos salários, pensões e serviços públicos, desregulamentação do mercado de trabalho e privatizações).

Ficaremos de pé, enfrentando as Instituições, batendo o pé e recusando-nos a fazer qualquer sacrifício pelo Euro de forma a garantirmos um futuro com dignidade para o nosso povo.

Sabemos que para esse enfrentamento ser credível e poder vencer temos três pressupostos que têm que se verificar em simultâneo, o que não é nada fácil.

1. Temos que tomar uma posição muito firme!
2. Temos de garantir uma maioria social que apoie o Governo nas suas tomadas de posição e se mobilize para isso.
3. Nunca poderemos faltar à responsabilidade de dizer a verdade ao nosso povo.

Para isso temos que ter preparado um Plano alternativo, e de último recurso, para o caso de “isto correr mal”, ou seja, depois de ter sido proposta a reestruturação e o processo de negociação ter falhado.

1. Decretar unilateralmente uma moratória, suspendendo o pagamento da dívida, salvaguardando os pequenos aforradores e a segurança social.
2. Nacionalização da banca, reestruturando os seus passivos, supressão do sigilo bancário e controlo dos movimentos dos capitais.
3. Fazer uma auditoria à dívida, expurgando-a da sua parte ilegítima e odiosa.
4. No caso de as instituições retaliarem e o BCE não garantir a liquidez da economia, passar a emitir moeda própria (um novo escudo) para garantir os pagamentos de salários e pensões e as transacções económicas.
5. Nacionalização de todas as empresas públicas de importância estratégica que foram privatizadas até agora (EDP, REN, GALP, CTT, etc.)
6. Pôr em marcha, em qualquer cenário, um Plano de Reconstrução Produtiva do país que promova a transformação ecológica do modelo de desenvolvimento. Isso inclui uma transformação nos sectores de produção de energia, indústria, turismo, agricultura, silvicultura, pescas, e pecuária, tendo em particular atenção a diminuição da dependência energética, alimentar e medicamentosa. Todos esses sectores terão de ser reformados de acordo com critérios de abundância nutricional e satisfação das necessidades sociais. A Administração das empresas públicas será baseada na transparência, controle social e planeamento democrático garantindo a provisão de bens públicos.

Será dado todo o apoio às PME e ao sector social e cooperativo.

Incremento do desenvolvimento da investigação científica e da especialização produtiva.

## O CONFRONTO GREGO E A SOLIDARIEDADE SEM HESITAÇÕES

JOÃO MINEIRO E ANDREIA QUARTAU

A Europa vive uma situação histórica. Depois da crise financeira, o G20 anunciava em 2009 um conjunto de reformas para “combater a imprudência dos mercados financeiros”. Um “compromisso histórico” dizia Merkel, uma “nova ordem mundial, anunciava Gordon Brown. Tudo isso morreu. Mais rápido que a própria sombra, o capitalismo deu as voltas à sua crise e transformou a crise financeira numa suposta “crise das dívidas soberanas”. A dívida invadiu-nos a vida e a austeridade constituiu o melhor instrumento de acumulação de capital das últimas décadas. Fomos apanhados desprevenidos. Mas recuperámos terreno.

Na Grécia foi possível que a mobilização social tivesse tradução no sistema político. Pela primeira vez, um governo de esquerda consegue ser eleito e maioritário. Esse facto deu a volta ao debate europeu. No primeiro momento, o Syriza começou por ter um apoio cauteloso da Itália, da França e da Comissão Europeia. Parecíamos estar no bom caminho quando Juncker afirmava que “pecámos contra a dignidade dos povos, especialmente na Grécia, em Portugal e também na Irlanda (...) há que retirar lições da história e não repetir os erros”. Mas em Maio a mea culpa já tinha sido sacudida do capote. Já a posição do governo grego continuou clara: “O nosso Governo não pode permitir e não irá aceitar a cura que já provou por si mesma, durante cinco longos anos, ser pior do que a própria doença.” disse Varoufakis, a 27 de Maio.

Hoje o confronto é imenso. É muito sintomático que a chantagem europeia queira impor a todo o custo que a Grécia corte nas pensões, facilite os despedimentos e aumente o IVA. Mas o que é mesmo sintomático é a forma como perante um confronto tão decisivo haja quem ainda se considere do campo da esquerda e seja simultaneamente cúmplice de quem quer impedir uma alternativa anti-austeridade vença.

António Costa no dia da vitória do Syriza afirmava que a “vitória do Syriza é um sinal de mudança que dá força para seguir a mesma linha”. Hoje o discurso é bem diferente: o Syriza está a “combater de forma tonta” na Europa. Ferro Rodrigues em Janeiro dizia que a Grécia “é a primeira demonstração” de que “há consenso alargado nos países que são vítimas do fracasso estrondoso das políticas de austeridade, no sentido da mudança” e “qualquer ameaça à Grécia deve ser considerada antidemocrática e antieuropeia”. Quatro meses depois veio a cambalhota: “Somos um partido de centro esquerda. Não temos nada a ver com o Syriza”. Sérgio Sousa Pinto reforça a tese: o “PS continuará a acompanhar a posição da União Europeia (...) o PS não é nem vai passar a ser o Syriza”.

O pânico dos dirigentes socialistas com a intransigência do governo grego em não aceitar mais austeridade é bem reveladora de como nos momentos decisivos a social-democracia cede sempre ao neoliberalismo. Do que precisamos é do oposto: de um pólo social e político que em Portugal não tenha hesitações na solidariedade e possa, também aqui, começar a trilhar os caminhos de uma alternativa à austeridade.

## **DIREITO DE VOTO PARA OS IMIGRANTES: O DESAFIO DEMOCRÁTICO DE UM IMPERATIVO DE CIDADANIA**

ALBERTINA PENA, ALEX GOMES, ANA JÚLIA FILIPE, CARLOS CARUJO, CARLOS ERMIDA SANTOS, CLARA ALEXANDRE, ELISABETE FIGUEIREDO, IRINA CASTRO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, JOSÉ LUÍS CARVALHO, JOSEPH LARBAC, LUÍS FILIPE PIRES, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, NUNO MONIZ, PAULO MARTINS, PEDRO SANTOS COSTA, RICARDO SÁ FERREIRA, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES, TOMÁS NUNES

Ser imigrante é participar lado-a-lado com @s restantes cidadãos na vida de um país. Lado-a-lado a pagar impostos, lado-a-lado a cumprir regras, lado-a-lado a construir os bens públicos que sustentam a nossa vivência comum. Lado-a-lado!

Ainda assim, o sistema político continua a não admitir o sujeito político imigrante. O sistema político subalterniza a condição, restringe as esferas de participação e, quando pode, subsume, mesmo, ao mínimo, a presença social do imigrante.

No contexto atual, com milhares de cidadãos imigrantes a viver no país, a naturalização obsessiva da instância política “Estado-Nação”, que privilegia a nacionalidade em detrimento da cidadania, constitui uma forma de legitimar a exclusão d@s imigrantes da vida política. Esta narrativa, política e culturalmente construída, e socialmente legitimada, afasta @s imigrantes do debate político, da disputa pelo poder e da construção democrática de uma sociedade onde a diversidade esteja objectivamente refletida e efetivamente representada.

Nacionalidade e cidadania são duas dimensões políticas distintas, desempenhando funções políticas diversas. A cidadania é um instrumento político e uma ferramenta social que nos liga, através de múltiplos laços, com o território geográfico e político. Está presente em cada um dos nossos actos e dos actos da sociedade para conosco, sejam eles administrativos, políticos, económicos, culturais e sociais, independentemente da nossa nacionalidade.

A base da democracia é o direito que assiste a cada cidadão e cidadã em participar nas decisões que lhe dizem respeito. É certo que o direito de voto não resolverá todos os problemas das comunidades imigrantes. Mas, uma democracia “mínima” exige que se alargue a cidadania à diferença, não apenas por uma mera lógica instrumental de participação política, mas sim, por uma questão de higiene democrática. A democracia só é efectiva e completa quando for capaz de incorporar a expressão da sua diversidade e permitir que nela exista a real possibilidade desta afirmação.

Alimentar um fictício conflito entre nacionalidade e cidadania agrava não apenas a crise de representatividade, mas, sobretudo, de legitimidade democrática do regime e das suas instituições. É necessária uma rutura política radical com a praxis política presente.

@s imigrantes vivem conosco, fazem este país conosco. @s seus filh@s, como @s noss@s, são o seu presente e futuro e, com el@s partilhamos todas as obrigações e responsabilidades sociais e económicas deste país. Não há motivo nenhum para continuarem exclud@s da cidadania total e da que ainda muito conta em democracia, a cidadania política. Se queremos construir uma sociedade verdadeiramente democrática, que represente uma rutura real com o “estado a que isto chegou”, temos que ensinar-nos a decidir juntos!

Aqui vivem @s imigrantes, aqui devem votar!

## CULTURA EM TEMPO DE CRISE

JORGETE TEIXEIRA, PATRÍCIA BARREIRA

Numa altura de instabilidade, em que todos os limites são ultrapassados, a cultura é um motor de coesão, um agente reconstrutor de sentido e reconciliador com a identidade individual ou colectiva. Constituindo um território fértil e ressonante de conexão e de comunicação, faz pensar sobre o presente, que lhe dá o alcance de ser uma força crítica de mudança. Essa preservação da experiência coletiva - um espaço que é do comum - é fundamental na capacitação para o exercício de cidadania.

Num cenário de mercantilização amplificada e generalizada, a cultura, enquanto produtora de significado e difusora de valores, e por isso transformadora da sociedade, debate-se com a preservação do critério de diversidade. O agravamento das desigualdades sociais esvazia um território comum de acessibilidade cultural, afastando a cultura de uma economia em pequena escala, centrando-a exclusivamente no turismo ou nos megaeventos.

Portugal situa-se numa das últimas posições entre os 25 países observados pelo ICOM em matéria de investimento em cultura, dados verificáveis na política cultural de terra queimada deste governo. Por todo o país assistimos ao espetáculo de destruição do já em si frágil tecido que suporta a produção artística e a uma ausência irresponsável e arrogante de financiamento, destacando-se como exemplo a asfixia dos museus e completo esvaziamento da sua capacidade de acção. A informalidade é regra no campo de relações entre o artista, instituições e outros meios de mediação e recepção, que implica que um reduzido número de ilustres consiga subsistir enquanto a larga maioria luta para sobreviver. Permanece uma política de compadrios que apoiam projectos à margem dos concursos. A cultura é onde cabe tudo, é onde se servem os favores políticos, nas autarquias, nas embaixadas, cargos que nem sempre são acompanhados de formação específica.

A precarização dos trabalhadores culturais é estrutural; por outro lado, a grave dependência dos artistas das estruturas de financiamento, já em si praticamente inexistentes, está submissa a um ciclo interminável de burocracia, e de critérios pouco objectivos e transparentes.

Para os outros profissionais permanece a ideia de que trabalham numa área privilegiada, e em que há excesso de oferta. Este facto contribui para legitimar a vergonhosa condição de estagiário não remunerado, prática generalizada na maioria dos museus e outras instituições culturais, que, com o surgimento de espaços autogeridos que só subsistem com trabalho gratuito, fornecem ao problema um carácter de continuidade e de irreversibilidade.

Território de crítica e questionamento, bem como de democratização, a cultura é motor de emancipação, não surpreende, pois, que esteja sob mira do governo, no sentido de a controlar e refrear todos os excessos que podem pôr em causa a estabilidade do status quo.

## OUTRA DEMOCRACIA É POSSÍVEL

CARLOS CARUJO, CARLOS ERMIDA SANTOS, ELISABETE FIGUEIREDO, JOÃO CARLOS LOUÇA, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, JOSÉ LUÍS CARVALHO, MAMADU BA, LUÍS FILIPE PIRES, PAULO MARTINS, PEDRO SANTOS COSTA, SAMUEL CARDOSO

A falência do Lehman Brothers foi há 7 anos, a nacionalização do BPN também, o BPP faliu há 5, a resolução do BES foi o ano passado, o capitalismo colapsou?

Não, o preço dos seus fracassos está a ser pago pela anulação das conquistas sociais que a luta dos trabalhadores tinha conseguido.

Durante estes anos a América Latina conheceu cinco tentativas de golpe de Estado porque as mudanças políticas, transformando as condições de vida da população, ameaçaram a ordem social dominante.

Não contente o capitalismo ataca a democracia europeia pretendendo tornar dispensáveis as escolhas dos eleitores, o que torna claro que poder votar de 4 em 4 anos não chega.

Ao mesmo tempo que o capitalismo faz da dívida o seu cavalo de batalha, o descontentamento ferve por todo o lado, pronto a explodir com qualquer rastilho e o palco das lutas sociais deslocou-se dos locais de trabalho para as ruas.

Os gritos de revolta que ecoam por esse mundo fora nos últimos anos já não são “ocupar a fábrica” mas sim “ocupar a rua”, “ocupar a cidade” e muitos dos movimentos sociais dos últimos tempos, com grande repercussão mediática, são o reaparecimento daqueles a que Castells, nos idos de 70, chamava “movimentos sociais urbanos” e tiveram origem nas condições de vida nas cidades.

Na Turquia, por causa da construção de um Centro Comercial numa praça, no Brasil, por causa do aumento dos preços dos transportes públicos, em Hamburgo, contra o despejo do centro cultural Rote Flora, em Inglaterra e França, a revolta das periferias, por cá tivemos um cheirinho, no Porto, com a Fontinha e podíamos ter tido em Lisboa com a Horta do Monte, ou S. Lázaro, ou mesmo com a ocupação da Ponte, se a esquerda alternativa não estivesse apenas empenhada na construção de uma imagem “responsável”.

De um modo geral a contestação tomou as ruas e as praças, de Nova Iorque ao Cairo. Por cá, desde a Manifestação da Geração à Rasca até às do QSLT, foi aí que o protesto teve expressão.

Talvez porque hoje as cidades espelham bem a desigualdade social, certamente porque as pessoas começam a aperceber-se da importância de defender os seus bens comuns.

O denominador comum saído destas mobilizações foi sem dúvida a necessidade de uma maior participação cidadã nos processos decisórios e que só o seu controlo sobre os recursos comuns pode responder aos imperativos das necessidades sociais e dos direitos humanos.

A Comuna de Paris, os Sovietes de Outubro, as comissões de moradores e de trabalhadores de um tempo em que as pessoas, em Portugal, colectivamente, tomavam em mãos a resolução dos seus problemas, as transformações políticas impulsionadas pela esquerda na América Latina ou a recente chegada ao poder das plataformas alternativas de esquerda em Madrid, Barcelona, Valência e Zaragoza demonstram que existe mesmo uma alternativa, que nem tudo é impossível.

## **AOS AGRICULTORES AS ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES**

RICARDO VICENTE

Segundo dados do INE, em 2013 existiam 264,4 mil explorações agrícolas em Portugal, com uma dimensão média de 13,8ha e com um Valor de Produção Padrão (VPP) total por exploração de 17,1 mil euros. A população agrícola familiar representava 6,5% da população residente. Apenas 6,2% dos produtores agrícolas viviam exclusivamente da agricultura. Entre os produtores singulares (253 mil), sector que tinha uma idade média de 64 anos, 95% pretendiam continuar actividade, mais de metade por motivos económicos.

Em 2013, segundo o relatório do GPP de Dez. 2014, 21 mil explorações agrícolas constituíam 135 Organizações de Produtores (OP) com áreas de actividade diversas, representando estas 0,08% das explorações do país e 8,64% do Valor de Produção Comercializada (VPC). 62% das OP actuavam no sector Frutas e Produtos Hortícolas, dominando 24% do valor de comercialização nacional deste sector, e 48% estavam localizadas na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Para o quinquénio 2005-2009, o VPP das explorações agrícolas do Ribatejo e Oeste, para os sectores Hortícolas Frescos (ar livre), Vinha e Frutos de Climas Temperados, foram 9.740€, 1.967€ e 11.134€, respectivamente.

Os parágrafos anteriores descrevem resumidamente o tecido agrícola e a importância das OP a nível nacional. Sobre esta realidade desenham-se as políticas agrícolas nacionais e aplica-se a Política Agrícola Comum (PAC) com a reduzida margem de manobra que a cada Estado membro é possibilitada. O actual Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), 2º pilar da PAC, prevê um conjunto de novas medidas que favorecem os membros das OP de forma significativa: majoração de 10pp sobre o apoio ao investimento; acréscimo de 5 mil euros ao prémio de instalação de jovens agricultores; e prioridade na aprovação de projectos de investimento. As OP beneficiam ainda de ajudas comunitárias e nacionais para a constituição de um fundo financeiro denominado Fundo Operacional, que é destinado ao investimento tecnológico e funcional de toda a estrutura (membros e OP) e cujo o valor máximo depende do VPC total da OP e é constituído, grosso modo, por: contribuição dos membros + ajuda comunitária (4,1 a 4,6% do VPC) + ajuda nacional (máx. 80% da contribuição dos membros). O modo de constituição do Fundo Operacional não se alterou com o novo quadro.

Para constituição e reconhecimento de novas OP para cada sector é necessário cumprir com um conjunto de critérios, destacando-se claramente o VPC mínimo e o número de produtores necessários como principais factores limitantes. Para os sectores do Vinho e para as Frutas e Hortícolas, é exigido um VPC mínimo de 3,5 e de 3 milhões de euros, com 12 e 7 produtores membros, respectivamente. O VPC mínimo duplicou comparativamente com o quadro anterior. Em ambos os quadros, o VPC mínimo passa a metade, caso o número de membros seja 3 vezes superior ao mínimo. Estatutariamente, é permitido que os direitos de voto ou o capital social estejam concentrados 49% em apenas um membro da OP, até mesmo em situações em que esse membro não é produtor.

Perante este cenário, torna-se impossível para a maioria dos agricultores nacionais constituir uma OP. Fazemos as contas, com base no VPP do Ribatejo e Oeste, no mínimo seriam necessários: 135 produtores para as frutas; 154 para as hortícolas e 890 para o vinho. O actual Governo poderia ter feito de forma diferente, mas fez a escolha do costume: prejudicar a maioria dos agricultores e beneficiar entidades de maior dimensão, possibilitando a concentração de subsídios em forma de renda.

O Programa do BE deve incluir, entre outras medidas destinadas à agricultura:

Revogação ou alteração à Portaria 169/2015, de 4 de Junho, que possibilite a criação de OP por parte dos pequenos agricultores e limite o domínio dos grandes produtores e distribuidores sobre os direitos de voto e capitais sociais das OP já reconhecidas.

Criação de um plano de divulgação nacional e incentivo à criação de OP.

## JUSTIÇA E IGUALDADE: O TORTO E O DIREITO

LUÍS MIGUEL XAVIER, SÍLVIA CARREIRA, RUI GIL DA COSTA, ADÃO ISAQUE MOREIRA, AGOSTINHO FERREIRA, ALBANO SOUSA, ALBERTINA SILVA, AMÉRICO CAMPOS, ANA BEATRIZ SOUSA, ANDREIA BENTO, ANTÓNIO JOÃO SILVA, ARMANDO MACHADO, BERNARDINO SILVA, CARLOS ALEXANDRE NUNES ALMEIDA, CARLOS LEAL, CIDÁLIA MOREIRA, ELIAS ALVES, FERNANDO LACERDA, JOAQUIM LOUREIRO, FERNANDO MOREIRA, GABRIEL CAMPOS, HUGO BENTO, ISABEL FERREIRA, JOANA CAMPOS JÚNIOR, JOSÉ PEDROSA, LUÍS CARLOS NEVES DA SILVA, LUÍS PEREIRA SILVA, MÁRCIO MOREIRA, MARGARIDA MARIA ORDAZ PIMENTA, MARIA JORGETE TEIXEIRA, MARIA FERNANDA ROCHA, MARTA RAQUEL BARBOSA, MÓNICA FERREIRA, NUNO AMARAL, PAULO SANTOS, PAULO PATRÍCIO, PAULO TELES, PEDRO VIEIRA, PEDRO MIGUEL TEIXEIRA DOS SANTOS, RAQUEL MOURA SANTOS, RICARDO TEIXEIRA, ROSA FERREIRA, SÉRGIO FILIPE PEREIRA AMARAL, VICTOR PINTO

Há muito que o Bloco se assumiu como a força mais radical na defesa da democracia participativa. Naturalmente, esta exigência é também abordada no 4º eixo do manifesto eleitoral agora apresentado. Esta postura não se pode ficar por piedosas declarações *urbe et orbi*, devendo corresponder a formas de organização radicalmente democráticas: a democracia não se apregoa, exerce-se. No entanto, nunca se poderá falar de democracia interna no Bloco sem a eliminação dos votos por correspondência.

Uma organização democrática supõe regras claras e de aplicação geral, em particular a respeito do exercício do voto. Assim, as votações democráticas são geralmente feitas por voto secreto ou de braço do ar. No entanto, no Bloco, assume grande expressão o voto por correspondência, originalmente criado como um recurso para, de modo solidário, garantir a participação de quem estivesse impossibilitado de votar presencialmente.

No entanto, verifica-se que o voto por correspondência é, na prática, um modo pelo qual diversos caciques exercem uma influência inaceitável sobre os actos eleitorais internos do Bloco. Como tem sido insistentemente referido, os votos por correspondência são frequentemente mais que os votos presenciais, determinando o resultado das eleições. Os votos *por correspondência* são, frequentemente, entregues em mão e não *por correspondência*. Muitos militantes que votam por correspondência não têm qualquer militância e entregam o voto a um cacique local, sendo as suas quotas pagas na véspera do acto eleitoral. Observam-se irregularidades, como militantes que não recebem atempadamente o respetivo kit de voto. Noutros casos, militantes afirmam que não receberam esses materiais, mas são contados votos por correspondência em seu nome. O processo de recepção e contagem dos votos por correspondência abre ainda mais a porta a manipulações dos processos eleitorais. Recentemente, foi apresentada mais uma queixa neste sentido, relativa à concelhia de Matosinhos, que está a ser alvo de inquérito, desde 6 de Maio passado, por parte de uma comissão especialmente nomeada para o efeito pela Mesa Nacional.

No Bloco, pretendemos defender, aprofundar e exercer a democracia. Não pretendemos dar cobertura a práticas oligárquicas nem a velhos maus hábitos trazidos do passado por alguns camaradas mais traquejados na “política”. A democracia radical que o Bloco propõe - mas que não pratica - tem feito caminho na Europa. As consecutivas vitórias de partidos nossos aliados mostram o progressivo derrube da oligarquia e da sua “classe política” por movimentos de cidadãos. Neste momento, compete ao Bloco posicionar-se seriamente e decidir se quer ajudar a fazer História, ou se prefere resignar-se e passar à história: é urgente acabar com o voto por correspondência.

## **SAIR DAS TRINCHEIRAS, PASSAR AO CONTRA-ATAQUE**

ALBERTINA PENNA, ALEX GOMES, ANA JÚLIA FILIPE, CARLOS CARUJO, CARLOS ERMIDA SANTOS, CLARA ALEXANDRE, ELISABETE FIGUEIREDO, ERNESTO FERRAZ, IRINA CASTRO, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, JOSÉ LUÍS CARVALHO, LUÍS FILIPE PIRES, MAMADOU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, NUNO MONIZ, PAULO MARTINS, PEDRO SANTOS COSTA, RICARDO SÁ FERREIRA, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES, TOMÁS NUNES

A Europa hoje apresenta-se como uma economia financeirizada, baluarte do capitalismo globalizado, com uma regressão social brutal e compressão de direitos conquistados, organizada para manter o paradigma da austeridade.

Em Portugal, acrescenta-se uma esquerda política pressionada para fazer tudo agora, como noutras situações, sem haver as bases de confiança política e de organização e mobilização social, e sem a perspetiva e o esforço para as construir. Paralelamente, existem setores à esquerda que continuam reféns da ilusão da existência dum “PS de esquerda”.

Numa fase marcada pela desconfiança acentuada em relação aos partidos, em que estes são vistos como não tendo grande poder mobilizador, partimos do princípio que não podemos abdicar da ideia de partido como instrumento de transformação, agregador de lutas, motor de alianças e impulsionador de sínteses: o processo de inversão da relação de forças hoje existente implica também a disputa partidária. Nesse sentido, o Bloco não está a conseguir alcançar o seu objetivo de unir forças para uma alternativa de esquerda socialista que quebre a hegemonia e o rotativismo do centro político. A disputa de setores mais vastos da sociedade implica vincar a nossa posição como a de uma alternativa anti-sistémica, não hesitando em deixar claro que os partidos do sistema (PS incluído) são perpetuadores do problema. No entanto, é irrealista pensar que a resposta está apenas na proposta política sem que implique uma mudança profunda na organização e no modo de ação.

A disputa das maiorias sociais não é possível sem processos autónomos de organização, o processo de ganhar vozes coletivas. É preciso criar uma linguagem de ação, para além da escrita e falada, que fuja aos limites que nos impõem. Esse esforço não é tão limitado como parece: obriga também a uma exigência política em termos de processos de decisão, responsabilização e transparência que previne os vícios das rotinas, da institucionalização e da burocratização. Implica uma dialética entre a organização e os ativismos. Exige pensarmos profundamente os mecanismos pelos quais o poder se exerce e reproduz, para estarmos melhor preparados para um processo de construir uma alternativa que ambicione a disputa hegemónica.

Precisamos de mais clareza: sobre a forma como queremos disputar o poder, sobre o nosso contributo militante e enquanto partido para as organizações de base, sobre como nos relacionamos com os movimentos, sobre como pensamos o discurso para as massas numa época em que o trabalho e a vida mudaram substancialmente face ao que eram há 50 anos.

Precisamos essencialmente de perder o medo de mudar. Nas propostas, certamente. Mas acima de tudo na nossa ação e naquilo que uma sociedade globalizada parece estar mais fragilizada: na falta de esperança. Disputar maiorias como quem quer fazer caminho para vencer e não para fazer frente a mais um processo.

## **BENS COMUNS: BASE DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**

ALBERTINA PENA, ISABEL LOUÇÃ, SOFIA GOMES

O que têm em comum transportes públicos, água, energia, ambiente, cultura, educação e saúde? Estes sectores representam aspectos de uma sociedade que se pauta por valores como a justiça e igualdade sociais, a participação ativa das cidadãs/ãos e a transparência nos processos governativos. O seu papel fundamental no desenvolvimento sustentável de uma sociedade (muito para além da economia) faz deles bens, i.e., áreas dignas de protecção mais alargada e aprofundada. Por serem transversais, benéficos para todos que vivem num dado território, devem ser comuns, i.e., da comunidade como um todo, mas também de cada um/a.

Dizem-nos ser bonito mas é necessário que haja financiamento e a lógica do endividamento é insustentável, que vivemos acima das nossas possibilidades.

Contrapomos que os bens comuns não servem os mercados, o modelo economicista, nem a ninguém que não saiba pensar a sociedade como um todo, como organismo vivo e participado. Os bens comuns são o alimento de uma comunidade saudável, participativa e solidária. Não são a desigualdade social, os salários baixos, o aumento dos horários de trabalho, o sub-emprego e o desemprego que alimentam um crescimento sólido. Não, uma sociedade de excluídos, de pobres, de fome e doentes só gera corrupção nas elites e permanente estratificação em classes, etnias e géneros. O estado social passa a estado providencial e as elites promovem a caridadezinha a pessoas dependentes e acrílicas face ao estado que as empobrece.

A educação é um passo para quebrar o ciclo de pobreza e iniciar um de inovação, emprego, tempos livres e bem-estar. Mas sem pessoas saudáveis, como ser bem sucedido na educação? Sem consumo de água acessível a todos ou energia básica para as casas ou sem possibilidade de deslocações de baixas emissões a preços acessíveis, como promover a saúde e a educação?

Não queremos isto, nem para o nosso país nem para qualquer outro.

A função de um sector público incide justamente na organização destes recursos para que a dignidade das pessoas nunca seja posta em causa mas não queremos centralizar tudo na mão do Estado. A defesa dos bens comuns começa por debater quais os melhores métodos para a sua utilização e manutenção. Significa ainda uma participação interventiva dos membros da comunidade que os mesmos bens servem. Devemos lutar contra a privatização e/ou má gestão pública e para isso precisamos de construir e estar nas lutas todas contra a destruição destes bens, questionar as decisões tomadas, participar na gestão de orçamentos.

Sem controlo comunitário destes bens, construímos uma sociedade sem perspectiva de justiça social e participação. Precisamos de ter a força de dizer não aos mercados, à dívida sufocante e mobilizarmo-nos pelo acesso e qualidade dos bens comuns.

Temos a força e o poder para construir uma sociedade mais solidária que produz para todos e não para alguns. Participar, reivindicar e ocupar podem ser estratégias para o conseguirmos.

## ACESSIBILIDADES

ALBERTINA PENA, CARLOS CARUJO, CARLOS ERMIDA SANTOS, CLARA ALEXANDRA, ELISABETE FIGUEIREDO, ERNESTO FERRAZ, IRINA CASTRO, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ ANTÓNIO GUERRA, JOSÉ DIAS, LUÍS FILIPE PIRES, MAMADU BA, MARIA EMÍLIA GOMES, NUNO MONIZ, PAULO MARTINS, ROBERTO ROBLES, SAMUEL CARDOSO, SOFIA GOMES, TOMÁS NUNES

O Decreto-Lei nº 123/97 de 22 de Maio introduziu normas técnicas visando a eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetónicas nos edifícios públicos, equipamentos coletivos e via pública.

O Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto, aprovou um novo Diploma que define o regime de acessibilidades aos edifícios e estabelecimentos de frequência pública, via pública e edifícios habitacionais, visando proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada condições iguais às das restantes pessoas.

Passados 9 anos desde o último Decreto-Lei, com as coimas de baixo valor e sem serem cobradas, faz com que continuem tanto no poder central como local, a serem realizadas, edificadas e licenciadas edificações com barreiras urbanísticas e arquitetónicas. Exige-se que os licenciamentos das Câmaras Municipais cumpram e façam cumprir rigorosamente a Lei.

Exigir que nas novas e nas já existentes estradas/ruas municipais e estradas da responsabilidade das Estradas de Portugal, que nos locais de passagem de peões sejam feitos os desnivelamentos do passeio, conforme obriga a Lei.

Defender um aumento das coimas para os Municípios que licenciem, para o projetista, o responsável técnico ou o dono da obra, que não cumpram a Lei da acessibilidade.

No Decreto-Lei de 97, dava-se 7 anos, para fazer as alterações necessárias nos edifícios públicos, coletivos e vias públicas, passados 18 anos, muito poucos tiveram as adaptações exigidas.

A esmagadora maioria do edificado da Administração Central, Local e Regional e coletivos (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Casas de banho Públicas, Finanças, Tribunais, Segurança Social, Centros de Saúde, Escolas, outras Repartições, Caixas ATM, Estabelecimentos Comerciais, etc), continuam na mesma. Devemos propor o prazo de um ano para que sejam feitas as adaptações necessárias, findo o qual será exigido o pagamento de coima, agravando por cada ano que passe.

O dinheiro das coimas, serviriam para apoiar adaptações a casas de pessoas com deficiência e pequenos estabelecimentos com dificuldades económicas.

Obrigar os Senhorios e os Condóminos a aceitar que as pessoas deficientes façam as adaptações necessárias à sua mobilidade.

## PORQUE NÃO DEVEMOS RESUMIR-NOS À RECUSA DOS CÍRCULOS UNINOMINAIS

JORGE CANDEIAS, LUÍSA GONZALEZ, FERNANDO LACERDA

No documento de trabalho para o manifesto eleitoral do BE, a questão da lei eleitoral vem resumida numa frase. Citando:

*Recusa dos círculos uninominais e outras engenharias eleitorais que, por golpe administrativo, promovam artificialmente a bipartidarização e um regime de maiorias absolutas;*

Embora esta posição seja correta, resumir a posição do Bloco a isto é, julgamos, um erro crasso. Porque o facto é que o tema das mudanças na estrutura das instituições democráticas tem sido recorrente nos últimos tempos, cavalgando a onda populista da malignidade inerente aos “políticos,” embora com graus de sucesso variados. E porque, apesar de o Bloco se ter posicionado de forma correta na defesa da ideia de que o principal problema não reside na arquitetura institucional do Estado mas sim na captura da democracia por interesses privados, usando certos partidos como autênticas testas de ferro, a ideia de mudanças na arquitetura institucional do Estado, e nomeadamente no que se refere ao funcionamento da Assembleia da República, à forma de eleição dos deputados e ao seu número, tem feito o seu caminho entre a população. Começa a ser insustentável mantermo-nos simplesmente na posição de quem pretende defender o que existe e se opõe, por sistema e princípio, a qualquer ideia de mudança que possa surgir, pois ela faz com que os eleitores nos olhem com a desconfiança que dedicam, com toda a legitimidade, a todos os que protegem um sistema que lhes desagrada e, em muitas situações, os oprime. E torna demasiado fácil aos nossos adversários a acusação de imobilismo e falta de ideias, quando não mesmo de passadismo.

Seria portanto útil que o Bloco pudesse aproveitar o inevitável debate para lançar propostas próprias que fossem no sentido de um aprofundamento da democracia e da representatividade e pudessem ir ao encontro de algumas exigências populares. Nomeadamente propondo um sistema alternativo ao atual, capaz de conjugar a representação regional com a mais completa proporcionalidade possível no quadro dos condicionalismos constitucionais vigentes. No mínimo, o manifesto eleitoral deveria conter não apenas a recusa de soluções que mutilem a representatividade, mas também a defesa de soluções que a ampliem. A abertura da candidatura a listas de cidadãos está muito longe de ser suficiente, e sofre do problema, que no atual quadro, de campanha orquestrada pela direita contra a Constituição, é particularmente grave, de exigir uma revisão constitucional para poder ser posta em prática.

Seria, assim, de propor um sistema que separe o **apuramento** da **distribuição** de mandatos; um sistema que apure quantos deputados cabem a cada força política através dos resultados nacionais globais, tratando todo o país como se fosse um único círculo, e distribua os mandatos assim calculados pelos diversos círculos através de regras claras e facilmente compreensíveis pelos eleitores.



## **PARTE 4**

# **contributos de não aderentes**

## contributo de MANUEL CARLOS SILVA

### Notas, observações e sugestões: As propostas vão em geral a bold

Pag 2 Desobedecer à Austeridade, além de ser uma fórmula vaga e recuada, não é política e economicamente adequada, pois aponta os efeitos, em vez de propor o ataque às causas, nomeadamente à lógica do capital financeiro, à Europa da finança. De resto, desobedecer como termo é fraco, tem um sentido de contestar mas com um laivo moralista enquanto contramandamento (!) e não como Política Activa.

É inadequada pois quando se desobedece, desobedece-se a uma autoridade, poder, pessoa individual ou colectiva, entidade, Estado ou Troika (Comissão Europeia, FMI, BCE) etc. Quando muito, dizer: Desobedecer à política de austeridade, ou melhor, Dizer não à Política de Austeridade. Sim porque se trata de ter uma conduta colectiva contrahegemónica activa na luta geral e de quotidiana no campo da política ou das relações de poder (repscando o conceito Foucaultiano de contra-conduta) e não o desobedecer numa perspectiva amiúde de dissidência individual ou de pequeno grupo!

Pela minha parte preferiria a seguinte expressão: **Resistir e Agir contra a Política da Austeridade!**

Pag 2, parag 2:... Migração: "... um trauma social só comparável ao do tempo da guerra colonial."

Certo mas convém acrescentar as razões económicas dos anos 60, que, ainda que com outros protagonistas, se mantém. A guerra colonial foi o trauma principal de milhares de jovens que saíram, mas a vaga de emigrantes económicos por razões de pobreza e miséria foi certamente maior. E por isso formularia:

**Proposta...." um trauma social só comparável ao temo das migrações e guerra colonial dos anos sessenta do século passado."**

1.1 - pag 2 parag 3 - ..."Mas a austeridade é mais do que a senha da catástrofe económica e social portuguesa. É também o nome da estratégia de acumulação e concentração de riqueza em toda a Europa e a própria forma da integração europeia dos países da periferia da União".

Dada a polissemia do conceito de integração - ora positivo ora negativo - talvez aqui fosse mais claro o conceito de incorporação e, acrescentaria, subalternização dos países da periferia

..."... e a própria forma de incorporação e subalternização, por parte de países centrais europeus, dos países da periferia da União"

Pag 2 e 3: Ao longo do texto exposto há uma falta de clara análise incorporando a teoria da dependência e/ou centro-periferia e isso implica pôr pelo menos no horizonte a perspectiva e possibilidade de saída do euro, se as propostas de uma Europa alternativa e diferente falhar, sendo necessário consultar em referendo a população sobre qual a melhor resposta ao dictat do capital financeiro e eventual saída do euro sob consulta popular e denúncia unilateral da dívida, pois se não aceitam a reestruturação, que fazer? A situação grega demonstra que é necessária prever uma situação destas.

Se por razões táticas não convém colocar a nu a eventual saída do euro - até porque a maior parte dos portugueses não veriam bem essa hipótese -, nada impede que se aponte como situação de último recurso se as solidariedades sobretudo entre os países do Sul não se verificarem. Mas deveria apontar-se mais a criação de uma frente dos países do Sul sobre a reestruturação da dívida.

Pag 3- Certo! E se tudo isto falhar? Aliás, é o cenário mais provável, como a situação grega bem o demonstra. Assim, há que colocar em discussão a alternativa: a saída do euro e a denúncia unilateral da dívida, isto é, a bancarrota. Tal deverá passar pela consulta popular em referendo

1.1, parag 4: ..."O que se decide é se, na zona euro, é possível aplicar políticas diferentes das que são prescritas por Bruxelas."

Dado que, logo a seguir se fala da hegemonia da Alemanha e colaboracionismo de Paris, talvez seja de acrescentar a Bruxelas, Berlim e Paris, ou talvez melhor, do eixo Berlim-Paris com o colaboracionismo de governos de países nórdicos.

**Proposta: "O que se decide é se, na zona euro, é possível aplicar políticas diferentes das que são prescritas por Bruxelas, Berlim com o colaboracionismo de Paris e outros governos do centro-norte Europa**

1.2 pag 4 - Primeira ferramenta: reestruturação da dívida:

"Auditoria à dívida, para que sejam conhecidas e transparentes, para toda a cidadania, as suas origens e natureza".

Deve ser alterado "para toda a cidadania" para todos os cidadãos e cidadãs, porque a auditoria deve ser transparente não para o conceito abstracto de cidadania mas para os cidadãos/ãs.

**Proposta: "Auditoria à dívida, para que sejam conhecidas e transparentes, para todos os cidadãos e cidadãs, as suas origens e natureza".**

- (i) Pag 4 Na pag 4 fala-se correctamente da devolução dos salários cortados aos trabalhadores da função pública desde 2010

MAS não se entende por que é que, após tantos comentários e críticas do do BE também contra os cortes das pensões desde 2010, não haja referência expressa aqui porque se trata de cortes nos rendimentos. Por isso, importa acrescentar:

- (ii) Devolução dos cortes nas pensões desde 2010;

Pag 5 Obrigatoriedade de publicação pelas instituições financeiras e grandes empresas de toda a estrutura corporativa, incluindo subsidiárias, filiais, entidades offshore, veículos e estruturas legais similares.

Parece que falta o de...: publicação de

**Proposta: Obrigatoriedade de publicação, pelas instituições financeiras e grandes empresas de toda a estrutura corporativa, incluindo subsidiárias, filiais, de entidades offshore, veículos e estruturas legais similares.**

## **Estado Social**

**Pag 13:** Neste capítulo do Estado Social são apontados **3 caminhos muito importantes**, como se pode ver a seguir

1. Reforço do orçamento e investimento nos serviços públicos em função das necessidades reais.
2. Reposição integral dos salários cortados e descongelamento de carreiras.
3. Valorização do trabalho e do estatuto dos profissionais dos serviços públicos.
4. Integração nos quadros de todos trabalhadores precários que cumprem funções em postos de trabalho permanentes.

**Mas não se entende como não se coloca, a seguir à reposição integral dos salários, outro item: “a reposição integral das pensões cortadas desde 2010;**

**Proposta: após o ponto 2:**

### **3. Reposição integral dos cortes das pensões desde 2010;**

Pag 13- Escola de qualidade: **Evitar o conceito de vocação e percurso vocacional, dada a sua conotação em torno da educação dual**

**A escola como centro educativo de vocação social abrangente.** O Bloco de Esquerda defende a organização da escola em torno de quatro vocações centrais: educar os jovens e as crianças; apoiar as famílias nas suas necessidades; valorizar a articulação com as dinâmicas comunitárias e de formação ao longo da vida; apoiar o processo de educação e formação de adultos.

Proposta:

**A escola como centro educativo de orientação//OU referência// social abrangente.** O Bloco de Esquerda defende a organização da escola em torno de **quatro objetivos** centrais: educar os jovens e as crianças; apoiar as famílias nas suas necessidades; **valorizar a articulação da actividade docente com as** dinâmicas comunitárias e de formação ao longo da vida; apoiar o processo de educação e formação de adultos.

Sobre a reforma curricular, é lamentável que o BE tenha passado ao lado a necessidade de termos uma Disciplina de Introdução as Ciências Sociais ou algo parecido como Sociedade, Política e Cultura, que é como o pão para a boca se queremos ter jovens e cidadãos(ãs) críticos. No Brasil e em vários países europeus é uma disciplina obrigatória e de formação básica desde o básico até ao secundário. E a ser dada por formados numa das ciências sociais: Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Geografia, etc.

E este enviesamento subsiste no programa, quando como profissionais auxiliares na escola falam de psicólogos e técnicos de serviço social, esquecendo que os sociólogos e antropólogos estão tanto ou melhor preparados para lidar com os problemas da escola e não certamente numa perspectiva individual...que, sendo necessária, não basta.

Para evitar a argumentação sobretudo sobre a reforma curricular e a formação de adultos, deixo texto que redigimos na APS e dirigido ao Ministro Crato quando fui presidente da APS.

### **A Sociologia, a Educação de Adultos e o Projecto de Revisão da Estrutura Curricular no ensino secundário**

#### **Carta Aberta ao Ministro da Educação**

Ex.mo Senhor  
Ministro da Educação e Ciência

A Direcção da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) manifesta a sua preocupação por duas questões: o destino da Educação de Adultos ao abrigo do Programa Novas Oportunidades e o actual Projecto de Revisão da Estrutura Curricular no ensino secundário.

Quanto ao primeiro ponto, a APS, admitindo que estes programas possam ser objeto de avaliação e fiscalização, correção e melhoria, considera que não devem ser extintos não só por ver restringido o âmbito do exercício profissional por parte de especialistas em Ciências Sociais mas sobretudo porque tal afastaria de modo injusto o acesso à formação cidadãos que, por falta de recursos económicos ou culturais, não tiveram ou não têm oportunidade para tal. Neste sentido, a Direcção da APS vê com apreensão o encerramento de vários Centros, o que põe em causa o trabalho dedicado de profissionais que vêm as suas competências denegridas e os seus postos de trabalho em risco, engrossando mais ainda as fileiras de desempregados qualificados.

Relativamente ao segundo ponto, a APS, tendo avaliado o referido Projecto em curso, resultante do disposto no Decreto-Lei 94/2011, de 3 de Agosto, considera, na sequência de posições desta e doutras Direcções anteriores da APS, que mais uma vez as Ciências Sociais continuam minorizadas no ensino secundário, agora de modo mais notório. Nesta revisão, salvo o reforço de um bloco na carga horária em História e Geografia, a Sociologia continua sendo subalternizada no agrupamento em que está inserida (7º Grupo, Economia) ou então relegada para disciplina opcional, como oferta facultativa e dependente de eventual projeto de escola. Agora, a opção monodisciplinar no secundário nesta área, diminuindo o número de turmas por estratégia de redução de custos, afecta docentes e implica um estreitamento do espectro dos saberes dos alunos.

Não tendo a Sociologia alcançado no ensino secundário o lugar que deveria ter – enquanto é hoje disciplina obrigatória em vários países europeus e no Brasil, entre outros –, esta revisão, eliminando inclusive a, ainda que limitada, disciplina de Formação Cívica, tem a particularidade não só de ignorar praticamente a Sociologia como representar uma grave lacuna na formação cívico-política dos jovens. Mais, contraria reformas anteriores, inclusive de ministros da área político-partidária do actual governo (por exemplo, a proposta em 2004 por David Justino).

Os mentores desta revisão, não debatendo a sério as áreas disciplinares com os respectivos profissionais e suas associações profissionais, se arrogam o direito, em termos epistemológicos, de saber quais as disciplinas fundamentais, classificando as demais como secundárias ou mesmo dispensáveis tais como a Sociologia. Esta revisão, além de promover maior desigualdade social, tem subjacente um posicionamento positivista, segundo o qual a formação cívico-política, não sendo da esfera científica, seria irrelevante porque retórica, ideológica ou utópica e, como tal, cientificamente inútil na formação dos jovens. Porém, este propósito ‘cientificista’ pela excelência e em torno do que é fundamental no ensino não deixa de traduzir, na ‘sociedade do conhecimento’, o último achado ideológico para legitimar a política educativa em curso.

Tendo em conta os argumentos e as considerações críticas invocadas, a Direcção da APS vem reclamar mais tempo de debate e uma maior ponderação na Revisão Curricular que vise a formação integral dos alunos e reivindicar para a Sociologia um lugar que não só sociólogos e alunos mas também a sociedade, as ciências naturais e sociais exigem, o que reverterá a benefício de cidadãos mais qualificados e participativos e duma sociedade menos injusta, mais desenvolvida e culturalmente enriquecida.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2012

Pela Direcção da APS  
Manuel Carlos Silva

#### Pag 14 - 4) GESTÃO PARTICIPADA, CONTRA O MODELO PERVERSO DA MUNICIPALIZAÇÃO

##### **Proposta:**

Este processo de municipalização carrega o **risco de feudalização das instituições, política economicista na gestão das escolas..**

O Bloco de Esquerda combaterá a territorialização político-partidária das escolas e as

decorrentes tentações autoritárias, **economicistas e privatistas e de subsequentes riscos de clientelismo nos processos coordenação de escolas e de recrutamento de pessoal docente e não docente**

#### **Pag 15 - O RJIES limitou também a democracia para os docentes: acrescento a bold**

Proposta: “O modelo de governo instituído pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) eliminou os espaços de exercício da democracia e da participação. Limitando a participação efectiva dos estudantes, dos não docentes **e inclusive dos docentes**, o RJIES introduziu uma lógica mercantil

#### **Importaria pronunciar-se também contra o modelo fundacional**

3.5 pag 19: **Evitar uma ironia pontual, ainda que crítica, num texto todo ele ´serio! E que nem todo o cidadão médio entenderá o alcance.**

“E sem qualquer risco: o que o Estado não pagar, paga o doente. Perdão, o cliente.”

**Proposta: Algo similar ou mais simples e pedagogicamente acessível:**

**“E sem qualquer risco: o que o Estado não pagar, paga o doente que hoje já é designado pelo discurso mercantilista não como um cidadão com direitos mas um cliente a pagar o custo dos serviços de saúde!”**

Pag 23-25: Como se vê no excerto a seguir o **BE faz bem a análise do que se tem passado nos últimos anos sobre as Pensões, mas nem no início quanto à reposição de cortes nos rendimento nem no capítulo do Estado Social e da Segurança Social propõe a reposição integral dos cortes nas pensões, à excepção das muito elevadas**

“Os reformados e pensionistas foram violentamente assaltados pelo governo. Pensões congeladas e reduzidas, a CES, o corte dos subsídios de férias e de Natal, a sobretaxa de IRS e, mais tarde, o agravamento do próprio IRS, reduziram drasticamente o seu poder de compra e qualidade de vida. Mesmo os beneficiários de pensões mínimas viram a inflação “comer” os pequeníssimos aumentos verificados”.

**- pag 27 O verbo pára tem acento para se distinguir de para**

Proposta - Reforço do combate à violência de género, um fenómeno que não **pára** de agravar-se sob o

Pag 28. Procurar traduzir de modo mais simples “... reconhecimento de identidades não-binárias”

**Pag 29 - Ao falar do Instituto do Defensor Público: sugestão não só de MCS mas sobretudo de FBR:**

É manifestamente pouco e pobre! É preciso resolver o problema do uso abuso da prisão preventiva (ver o artigo do Louçã sobre isto em <http://www.esquerda.net/opiniao/ha-alguem-por-ai-para-enfrentar-triste-degradacao-da-justica/37351>), e a falta de controlo democrático das magistraturas (uma verdadeira “casta”, para utilizar uma expressão tão do agrado do Pablo Iglesias, totalmente corporativa e praticamente imune a mecanismos efetivos de controlo e censura. É preciso abrir as instâncias de controlo aos cidadãos, através da sua participação nelas por via da escolha democrática pelos deputados. É necessário ainda reformar profundamente o código penal, reforçando o carácter ressocializador da pena, valor severamente atingido com as reformas das últimas duas décadas que, entre outras medidas, agravaram as penas e dificultaram o acesso à liberdade condicional. Para além, claro, da insuficiente aplicação de medidas alternativas à prisão e de uma cultura carcerária que nos coloca em lugar de destaque nesse lamentável grupo de países que encarceram em massa. Tal implica rever profundamente o sistema de recrutamento, formação e avaliação dos magistrados. (suegFBR) e MCS)

**Pag 30** ▪ Abrir as eleições legislativas à participação de listas de cidadãos:

**Falta referência explícita às eleições autárquicas**

Proposta: **Abrir as eleições legislativas e autárquicas à participação de listas de cidadãos, exigindo, nomeadamente nas autárquicas, um número mais reduzido de subscritores;**

**Pag 31 inclusive e não inclusivé: inclusive não tem acento**

**Pag 34: após Defesa do desarmamento pôr :**

**Defesa do desarmamento:** opor-se à constituição de uma força armada europeia

**Pag 35: não mereceria uma referência de recusa do TPPI?**

**Fim das instituições da desregulação liberal**, como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, a substituir por um banco de pagamentos internacionais e de apoio ao desenvolvimento, a ser criado e gerido por um sistema de cooperação em que os países pobres tenham voto decisório.

**Pag 37 Evitar uma palavra 'comodificação': de difícil entendimento para o cidadão não letrado, pois só quem estiver familiarizado com o inglês pode inferir...**

**Proposta:** É, além do mais, a agenda que permite resistir de forma mais eficaz à tendência privatizadora e à mercantilização dos recursos.

**Ou mercadorização de recursos**

**Pag 37**

"Sob a égide do "desenvolvimento"....

**O abuso da retórica do governo era sobre o crescimento. O conceito de desenvolvimento, ainda que polissémico, conhece vários modelos e não tem que ser conspurcado com o entendimento neoliberal**

**Proposta: "Sob a retórica do 'crescimento'....**

Pag 41: "Todas as comunidades intermunicipais têm obrigatoriamente, nos termos constitucionais, uma assembleia deliberativa eleita directamente".

**Deve ser defendida claramente não apenas a descentralização mas a regionalização e, por isso, falar em comunidades intermunicipais deve ser evitado pela conotação com as actuais CI que são uma autêntica manta de retalhos....**

**Proposta: Todas as regiões têm obrigatoriamente, nos termos constitucionais, uma assembleia deliberativa eleita directamente".**

--

Mais um comentário e sugestão de FBR:

Pag1 Para além dos reparos feitos nos comentários, o programa tem duas lacunas graves: desporto e turismo, nomeadamente o relacionado com o mar. Nesta matéria, existe um notório desconhecimento sobre a importância económica, nomeadamente geradora de emprego qualificado, como o que se prende com a construção, reparação e manutenção de embarcações de recreio. O mesmo se aplica ao desporto: ele não se pode resumir ao escolar, indiscutivelmente importante (nem tão-pouco ao futebol), antes deve ser promovido de forma ampla, pois é também um campo económico da maior importância, gerando emprego qualificado (treinadores, formadores, médicos e técnicos especializados.). E também na construção de equipamentos. Por exemplo, as canoas utilizadas pelas principais equipas mundiais de canoagem são produzidas por uma empresa de Vila do Conde

E última sugestão minha: .

Sabemos como o país continua num estado de emergência e urgência pelas razões que todos conhecemos e cujas experiências sociais duríssimas afectam de maneira violenta e devastadora o país e a maioria da população: desemprego, precariedade, níveis mais elevados de pobreza, cortes nos salários e pensões,

emigração inclusive qualificada, venda de empresas públicas e uma dívida insustentável.

Sem deixar de atacar basicamente a direita e obviamente não deixar de criticar o PS onde deve ser criticado, não começar a dizer que com o PS nunca governará e coisas do género - que só afasta e empurrarão mais as pessoas para o voto útil no PS, quando o que interessa é mostrar disponibilidade e dizer que o voto no BE pode ser útil para acordos inclusive de governação, desde que alguns pontos essenciais sejam salvaguardados.

O tempo de 1 a 2 dias para fazer sugestões obviamente é curto...Em todo o caso aí vão, esperando que pelo menos algumas sejam e úteis.

## contributo de LUÍS FIGUEIREDO

Aqui vão algumas ideias que gostavam de ver implementadas neste nosso país. Estas ideias precisam de mais trabalho mas são um ponto de partida.

- Fim da prescrição de todos os crimes de natureza económica. A prescrição só deveria acontecer com a morte da pessoa em causa.
- Fim da prescrição de qualquer processo em que esteja em causa o interesse público.
- Fim da obrigatoriedade dos organismos públicos terem que fazer todas as suas aquisições de bens através da central de compras do estado. Esta central de compras beneficia apenas as grandes empresas que têm condições de integrar essa mesma central de compras. Uma pequena empresa não tem possibilidades de integrar essa central de compras, mesmo que tenha preços mais baixos. A regra deveria ser que os organismos pudessem fazer a aquisição de bens em qualquer fornecedor que tivesse um preço mais baixo que o existente na central de compras. Isto permitiria dinamizar as comunidades locais potenciando o seu comércio local e diminuindo os custos de transporte. Não faz sentido que uma instituição que necessite de alfaces para a sua cantina não as possa comprar a um fornecedor local que as coloca mais frescas, como menos custos de transporte e mais baratas, e tenha que obrigatoriamente fazer essa aquisição ao um qualquer grande produtor situado a centenas de kms dessa instituição.
- Simplificar as obrigações legais que as microempresas têm que ter. Só quem conhece o dia a dia de um microempresa é que percebe o tempo que se perde em processos de comunicação de informação às mais variadas entidades (Autoridade Tributária, Segurança Social, Instituto Nacional de estatística, Banco de Portugal) para além de ter que cumprir um excessivo conjunto de normas que em nada contribuem para o bom desenvolvimento da empresa.
- Vedar por completo as possibilidades das câmaras municipais, ou empresas municipais, apoiarem, direta ou indiretamente clubes de futebol profissionais, com a exceção dos apoios concedidos à formação de jovens desses clubes.
- Aumentar a majoração para efeitos de IRS e IRC nos donativos de pessoas e empresas a instituições de utilidade pública e a associações culturais.
- Terminar com a diferença em termos do pagamento de IMI de clubes desportivos e associações culturais. A cultura não pode ser menos importante que o desporto. As associações culturais que tenham uma sede própria são obrigadas a pagar IMI por essa mesma sede, enquanto um clube desportivo não paga IMI.
- Tendo em conta um recente concurso de funcionários para a Assembleia de República em que não aceitam licenciados pós Bolonha ([http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=4595656](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=4595656)), obrigar o Estado a reconhecer que o 2º ciclo de estudos (mestrado de Bolonha), faz parte da formação superior obrigatória e como tal as propinas não podem ser mais elevadas que as do 1º ciclo de Bolonha
- Aumentar as Unidades de Saúde Familiar para cobrir o máximo de população, tendo em conta os excelentes serviços de saúde que prestam.

## **contributo de** JOSÉ JANELA

Sugeria que:

1- Alargassem o âmbito da retirada do amianto em edifícios públicos (deve exigir-se o cumprimento dessa legislação, Lei 2/2011) para defender a importância da definição de um Plano de Ação Nacional para o Amianto (pedido pela Quercus <http://www.quercus.pt/comunicados/2015/fevereiro/4143-quercus-pede-ao-primeiro-ministro-um-plano-de-acao-para-o-amianto>).

2- Pensem erradicar do amianto em Portugal até 2032, tal como é defendido pelo «Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre o tema “Eliminar amianto na EU”», que está disponível no site oficial do CESE em (português): <http://toad.eesc.europa.eu/viewdoc.aspx?doc=ces/ccmi/ccmi130/pt/eesc-2014-05005-00-00-ac-tra-pt.docx>. É um documento muito interessante e muito forte, que irá certamente pressionar a Comissão Europeia e a Europa em geral.

Diz que «A erradicação do amianto deve ser um objetivo prioritário da União Europeia; Prazos: erradicar o amianto até 2032;»

## **“POR UMA BANCA AO SERVIÇO DO POVO” OU “DONDE VEM A DÍVIDA?”**

JOSÉ CASTRO

O documento de trabalho “Manifesto Eleitoral” indica no ponto 1.2 “libertar os recursos para distribuir riqueza”, duas ferramentas essenciais: a reestruturação da dívida e a revolução fiscal para acabar com a punição do trabalho. São, acertadamente, ferramentas essenciais. Mas não será necessário que antes da proposta de reestruturação da dívida se diga mais claramente “Donde vem a dívida?”.

É este aspecto em falta que proponho tratar. A reestruturação da dívida é absolutamente essencial, tendo até em conta os valores brutais dos juros (sempre superiores a 7.000 milhões de euros/ano) e das amortizações a pagar. Sem considerar os certificados de aforro e do tesouro, em 2016 só o valor das amortizações é superior a 16 mil milhões de euros, em 2017 é mais de 15 mil milhões, em 2021 ultrapassará os 20 mil milhões de euros. Mas a reestruturação da dívida só ganhará apoio de milhões de pessoas em Portugal se conseguirmos mostrar claramente que a principal componente ou origem da dívida pública tem tudo a ver com as gigantescas transferências do Estado (constantes aliás no OE) para o sistema bancário. E na parte inicial do manifesto eleitoral tal perspetiva não é suficientemente marcada.

Sobre as parcerias público-privadas (rodoviárias, de saúde e de segurança...) são muito divulgados os números do gasto público (quase 8 mil milhões de euros desde 2008). De obras de requalificação de escolas públicas, certa imprensa lança os números da despesa. De projetos de novas infraestruturas aeroportuárias e de ferrovia de velocidade elevada também são conhecidos os valores. Mas qual o montante de encargos assumidos pelo Estado (com a consequente repercussão no défice e na dívida) para salvar o sistema financeiro da bancarrota a que a ganância o conduziu?

Nesta matéria, os analistas económicos estão calados. Mas compete às forças de esquerda, e em concreto ao Bloco de Esquerda quebrar este silêncio ensurdecedor. Não é tarefa fácil, mas os combates que decidimos travar são sempre os mais difíceis. Uma pista importante, à falta de dados apresentados pelo Banco de Portugal (BdP) ou pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), são os elementos (pouco conhecidos, é certo) divulgados pela Associação Portuguesa dos Bancos (APB). Constata-se que só desde Julho de 2011 foram utilizadas garantias do Estado (inscritas no OE) por 6 bancos, no montante de 16,5 mil milhões de euros. Para recapitalização (outra das formas de “ajuda”), apenas entre 2012 e 2014, foram utilizados quase 10 mil milhões de euros. Dados da Comissão Europeia, indicam que a “ajuda” do Estado português utilizada pelos bancos até 2010 foi de 3% do PIB, subindo em 2013 para 19% do PIB, ou seja, quase 32 mil milhões de euros só em 2013, um valor colossal de dinheiros públicos transferido para a banca...

De tudo isto, deve tirar-se uma primeira conclusão: ao contrário da narrativa da direita, a dívida pública (mais de 220 mil milhões em Maio de 2015) nada tem a ver com “um povo a viver acima das possibilidades” nem com o “gasto excessivo do Estado com as prestações sociais”. A dívida pública tem, sim, tudo a ver com o gigantesco gasto do Estado para salvar os bancos... E uma segunda conclusão é esta: a banca é o principal problema do país, pelo que deve estar na primeira linha das propostas do BE e não num secundário ponto 1.3

Controlo público, pois claro, em que participem trabalhadores, eleitos locais, clientes, e também associações, instâncias bancárias e outras representações da cidadania. Para controlar o quê? Como estão a ser cumpridas as duas finalidades principais duma banca ao serviço do desenvolvimento social. E quais são essas finalidades?

1ª: a concessão de crédito (se o crédito vai para o atividades produtivas ou para negócios especulativos) e 2ª: o investimento (onde são aplicados os depósitos: comprando derivados, ações de empresas privadas que não valem nada ou em títulos que garantam retorno seguro).

Uma melhor compreensão pela população sobre as origens (“ajudas” à banca) da gigantesca dívida pública é um elemento decisivo para uma maior aceitação popular da proposta do BE de reestruturação da dívida. Pelo que no Manifesto Eleitoral e na campanha eleitoral a ideia duma BANCA AO SERVIÇO DO POVO pode ganhar uma enorme força. Cabe a todos nós alcançar esse objetivo.